DIARIO de PERNAMBUCO
QUARTA-FEIRA Recife, 24 de abril de 2024 nº 115
RUMO AOS 200 ANOS
diariodepernambuco.com.br
O JORNAL MAIS ANTIGO EM CIRCULAÇÃO NA AMÉRICA LATINA. 198 ANOS DE CREDIBILIDADE

Conta de luz vai ficar mais barata em Pernambuco

Redução média no valor da energia para a maioria dos clientes residenciais será de 2,63%. Reajuste entrará em vigor na próxima segunda-feira e terá efeito para os mais de 4 milhões de clientes da Neoenergia em todo o estado. Economia 6

AEROPORTOS

CÃO MORRE APÓS EMBARQUE ERRADO

Cachorro deveria ser enviado ao Mato Grosso, mas foi colocado pela Gol em voo para Fortaleza. Tutor queixa-se de maus-tratos. Radar 14

REPRODUÇÃO REDES SOCIAIS

PRISCILLA MELO/DP FOTO

HOLIDAY

PRÉDIO É AVALIADO EM R$ 35 MILHÕES

Valor do edifício, em Boa Viagem, foi definido a partir de perícia contratada pela Justiça para o leilão que ocorrerá em maio. Três empresas estariam interessadas no imóvel. Vida Urbana 11

FAIXAS SALARIAIS DA PM

Governo sofre derrota e projeto volta à estaca zero

Política 3

Sport: reforma prevê cobertura e cadeiras retráteis

Esportes 15

ISSN 1807-7072

sac
(81) 9217 0191 (whatsapp)
sac@diariodepernambuco.com.br

assinaturas
(81) 3320 2020 (capital)
0800 2818822 (interior)
Fotografe o QR code e acesse a página para fazer a sua assinatura do Diario

nas redes
YouTube diariodepernambucotv
Telegram DiariodePernambucoOficial
Twitter @DiarioPE
Facebook Diario de Pernambuco
Instagram @diariodepernambuco

Anuncie no classilíder 3419 9000
classilider@diariodepernambuco.com.br
editais@diariodepernambuco.com.br
depto.comercial@diariodepernambuco.com.br

*Os artigos publicados nesta página são de responsabilidade dos seus autores e não refletem necessariamente a opinião do jornal.

Delmiro Campos *

A responsabilidade dos clubes de futebol por ações violentas de "torcedores": uma análise ampliada

A violência no futebol brasileiro é um problema crônico que assola o esporte há décadas. As ações de torcedores, muitas vezes organizados em grupos violentos, causam danos materiais, físicos e psicológicos a outros torcedores, jogadores, árbitros e até mesmo a pessoas que não possuem nenhuma ligação com o futebol.

Diante desse cenário, diversos debates e pesquisas têm sido realizadas buscando soluções para combater essa violência no futebol. De todas as medidas adotadas nenhuma obteve grande sucesso, uma vez que os problemas continuaram.

Pois bem, em 23.02.204, escrevi para a coluna digital de Esportes do **Diario de Pernambuco** a crônica "Vai esperar morrer alguém?". No texto, fiz considerações sobre o atentado criminoso sofrido pelo ônibus da delegação do Fortaleza, após um jogo na Arena Pernambuco contra o Sport pela Copa do Nordeste. Ressaltei também o protagonismo da Procuradoria do Superior Tribunal de Justiça Desportiva de Futebol ao apresentar denúncia ampliando o conceito de praça desportiva, recepcionando a Lei Geral do Esporte.

O conceito de "praça desportiva" é fundamental para entender a responsabilidade dos clubes de futebol por ações violentas de seus torcedores. De acordo com o Código Brasileiro de Justiça Desportiva (CBJD), praça desportiva é "o local onde se realizam competições desportivas, inclusive seus acessos e adjacências".

Ao longo dos anos, a jurisprudência do STJD de Futebol e dos demais Tribunais de Justiça Desportiva do país sempre foi no sentido de não mitigar esse conceito, declarando a sua incompetência para tratar atos de violência fora dos estádios.

Entretanto, após esse nefasto episódio ocorrido em terras pernambucanas, o STJD revisitou os precedentes anteriores, alinhando-se a tese apresentada pela Procuradoria, determinando a responsabilização do clube, e com isso ampliado o conceito de praça desportiva aos trajetos das delegações para os jogos (chegada e saída).

> **Conceito de praça desportiva foi ampliado e os clubes têm o dever de zelar pela segurança de jogadores e torcedores**

Essa ampliação do conceito se baseia no fato de que os clubes de futebol têm o dever de zelar pela segurança de seus jogadores, comissão técnica e torcedores, em todos os momentos em que estiverem sob sua responsabilidade.

A ampliação do conceito de "praça desportiva" pelo STJD de Futebol levou a Confederação Brasileira de Futebol a incluir no artigo 79 do Regulamento Geral de Competições de 2024 a responsabilidade dos clubes pelos atos de seus torcedores "contra delegações de Clubes e equipes de arbitragem em deslocamentos para partidas".

Diante dessa "resposta" da CBF resta espancada qualquer discussão sobre a competência da justiça desportiva receber processos que versem sobre atos de violência fora dos estádios.

Como defensor da tese há quase 20 anos, considero essa mudança de paradigma como um reforço ao enfrentamento da violência no futebol brasileiro. Acresce-se ainda que houve um endurecimento nas punições, afinal, segundo a entidade, qualquer incidente que resulte em fatos de "extrema gravidade" possibilitará a perda de pontos ou até mesmo a desclassificação da equipe.

Com essas medidas valendo já para todas as séries do Campeonato Brasileiro e demais competições em curso sob a organização da CBF, os clubes de futebol assumem definitivamente uma "nova responsabilidade extracampo" pela segurança de seus jogadores, das comissões técnicas e via de consequência dos torcedores.

Ante o exposto, entendo que haverá um efeito pedagógico imediato, repercutindo em especial nesses criminosos travestidos de torcedores, na medida em que agora sabem que o mal desejado ao adversário resultará em prejuízos de incerta reparação aos clubes que alegam torcer.

*** Advogado e Procurador do STJD de Futebol e do STJD do Surfe**

Giovanni Mastroianni *

Alerta aos que ignoram ser a injúria racial crime de racismo

Muito se tem abordado, nos últimos tempos, as injúrias raciais ao atleta da seleção brasileira Vinicius Júnior. Ignoram, por certo, os injuriadores que a Lei n.º 14.543, vigente, no País, desde janeiro de 2023, equiparou injúria racial ao crime de racismo, após ser sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na mesma data em que empossou as atuais ministras Anielle Franco e Sonia Guajajara, respectivamente, da Igualdade Racial e dos Povos Indígenas, ato que teve como palco o Palácio do.Planalto. em Brasília.

Tal legislação, portanto, alterou a Lei do Crime Racial e o próprio Código Penal, tipificando a injúria racial como crime de racismo. Certamente a modificação melhor caracteriza as atitudes que, antes, não eram enquadradas como racismo e que, hoje, estão incorporadas como crime. Evidente que tais modificações ensejaram maior gravidade às penalidades impostas. Assim, as sanções, quando impostas, passam a ser de reclusão e podem ser estabelecidas pelos julgadores entre dois e cinco anos, além de pena pecuniária, ou seja, mais a imposição de multa, ponderada a talante dos julgadores.

Apesar da imprensa, tanto escrita, radiofônica, como televisiva, diariamente alardear atos ofensivos ocorridos, principalmente, em campos de futebol e em repartições públicas como estabelecimentos privados, nem por isso os fatos criminosos deixam de se repetir, sem que os imprudentes considerem tais ponderações.

Reza a nova legislação que "injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro, em razão de raça, cor, etnia ou procedência nacional" é passível de punição. Tem servido de alerta, como exposto acima, o caso de "Vini Jr", que se comoveu, deixando patente seu sofrimento e até mesmo superação, quando de uma coletiva da seleção brasileira, na capital espanhola, que antecedeu o jogo amistoso do Brasil com a Espanha, asseverando estar muito triste e até, às vezes, pensa em deixar de jogar futebol. Todavia, asseverou que seguirá lutando, apesar de sua batalha contra a discriminação racial, que, em outras palavras, significa: comportamento de restrição ou distinção por certa raça. No Brasil, tal expressão é substituída pelo condenado verbete de "racismo", sempre relacionada às pessoas negras.

É bom que se diga que as penas impostas pela legislação vigente têm, também, agravante e serão aumentadas pelos julgadores se impostas por recreação, diversão ou descontração, bem como se praticadas por funcionário público, "no exercício de suas funções ou a pretexto de exercê-las".

*** Advogado, administrador e jornalista**

DIRETORIA

Presidente Carlos Frederico A. Vital | **Diretora de Jornalismo** Paula Losada | **Diretor de Redação** Augusto Maia Leite

Editora-executiva: Tatiana Notaro | **Editores**: Amanda Azevedo, Gustavo Lucchesi, Juliana Sampaio, Marcos Leandro, Pedro Ivo Bernardes, Ricardo Novelino e Wladmir Paulino | **Coordenador de arte:** Ira Oliveira

COMO ENTRAR EM CONTATO COM O DIARIO:
Leitor: **81 2122 7500** assinante: **3320 2020** (capital) **0800-2818822** (interior) Depart. Comercial e Marketing: **81 21227888/7892**

VENDA AVULSA

Localidade	TERÇA a SEXTA	SUPER EDIÇÃO
PE	R$ 3,00	R$ 5,00
PB	R$ 3,00	R$ 5,00
Outros estados	R$ 4,00	R$ 8,00

ASSINATURAS*

	PE / PB	Outros estados
segunda a domingo:		
anual	R$ 990,50	R$ 1.877,00
semestral	R$ 495,25	R$ 938,50
sábado e domingo:		
anual	R$ 260,00	R$ 624,00

Baixe o nosso novo app: DP DIGITAL Disponível na Play Store e na App Store

por Ricardo Dantas Barreto
Diario político
diariopolitico@diariodepernambuco.com.br

Surpresas na Alepe

O Governo do Estado levou um susto, ontem, na votação do projeto substitutivo da deputada Gleide Ângelo (PSB), alterando a proposta original sobre o fim das faixas salariais dos policiais e bombeiros militares. A vitória da oposição até era esperada entre os governistas, antes da reunião da Comissão de Segurança Pública iniciar. Se esperava que votariam com Gleide os deputados Joel da Harpa (PL) e Romero Albuquerque (UB) e contra apenas Antônio Moraes. Com 3 a 1, o presidente Fabrízio Ferraz (SD) não precisaria dar seu voto. Porém, aconteceu a primeira surpresa com a ausência de Romero, e a suplente Socorro Pimentel (UB) sentou na cadeira. Pronto, a situação estaria mais tranquila para o Governo, que garantiu dois votos. Só que o imponderável aconteceu. Com 2 a 2, coube ao coronel Fabrízio surpreender a todos votando contra vontade do Governo e a favor dos colegas de farda. Assim, tudo volta ao começo na CCLJ, que ainda não tem data para se reunir. Os governistas acreditam que foi um susto e, na CCLJ, tudo voltará à normalidade, já que são maioria. Na primeira votação, o placar foi apertado de 5 a 4, mas, como se diz no futebol, o que vale é a vitoria. Se não houver nova surpresa, o resultado pode se repetir contra o substitutivo de Gleide e ficará valendo o projeto enviado pela governadora Raquel Lyra (PSDB) para ser votado no plenário. Serão necessários 25 votos, quantidade que o Palácio do Campo das Princesas acredita superar. As galerias, contudo, deverão estar cheias de PMs e bombeiros fazendo pressão sobre os parlamentares.

Crítica a Lula também

A deputada Gleide Ângelo (PSB) não critica apenas o Governo do Estado na questão dos PMs. Ontem, ela foi à tribuna apelar para que os deputados federais pernambucanos derrubem o veto do presidente Lula (PT) aos direitos de policiais civis, na votação prevista para hoje. Lula vetou aposentadoria integral, licença gestante, entre outros pontos.

Duque aguarda Marília

Pré-candidato a prefeito de Serra Talhada, o deputado Luciano Duque aguarda o sinal verde da líder do Solidariedade em Pernambuco, Marília Arraes. Ele até procurou o presidente nacional, Paulinho da Força, mas a orientação será mesmo de Marília.

Risco de cassação

O deputado federal Glauber Braga (Psol/RJ) corre risco de ter o mandato cassado por agredir um militante do Movimento Brasil Livre (MBL). O pedido foi feito pelo partido Novo e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), já encaminhou ao Conselho de Ética.

Pernambuco/China

O Governo de Pernambuco está bem na relação com a China. Ontem, Raquel Lyra firmou cooperação técnica com a cidade de Sichuan. A governadora também enviou equipe da Secretaria de Ciência e Tecnologia para participar do Seminário Tecnologia, Inovação e Empreendedorismo do Brasil, em Xangai. Faz parte da comemoração dos 50 anos de relação entre o Brasil e a China.

REBECA ALVES/ ALEPE

Texto de Gleide Ângelo (PSB) foi aprovado com o voto de Minerva de Fabrizio Ferraz (PL)

Em reviravolta, deputados impõem derrota a Raquel

Comissão de Segurança da Alepe aprovou relatório que extingue faixas salarias de PM e bombeiros já em 2025. Projeto do Executivo previa mudanças em 2026

GUILHERME ANJOS

A Comissão de Segurança da Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe) aprovou, ontem, o relatório da deputada estadual Gleide Ângelo (PSB), que extingue as faixas salariais de policiais Militares e Bombeiros já em 2025, substituindo texto original de autoria da governadora Raquel Lyra (PSDB).

A votação foi decidida pelo voto de minerva do presidente do colegiado, Fabrizio Ferraz (PP). Joel da Harpa (PL) também seguiu a relatora Gleide Ângelo, enquanto Socorro Pimentel (PSDB) e Antônio Moraes (PP) se opuseram. Agora, o projeto de Lei (PL) volta para a Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (CCLJ) para votação na terça-feira (30).

O relatório - o mesmo apresentado pelo deputado Diogo Moraes (PSB) na Comissão de Finanças - propõe o fim da faixa "A" ainda em 2024 e a unificação das remanescentes em 2025, com maior percentual de aumento salarial em ambos os anos comparado ao projeto original do governo do Estado, que dava fim às faixas escalonadamente até 2026, com um aumento de 3,5% no vencimento dos militares, em 2024 e 2025, e de 3%, em 2026.

"Nossa segurança pública está um caos, nossos números estão alarmantes. O número de medidas protetivas aumentou em 10%, e tem muita delegacia hoje sem delegado, muitos entregaram os plantões porque só ganham R$ 300 para trabalhar 12 horas", discursou Gleide, que representa a categoria na Casa.

O deputado Joel da Harpa (PL) se sentiu representado pelas alterações propostas pela socialista, e usou sua fala para reverberar as reivindicações das classes, que não se sentem satisfeitas com apenas o fim das faixas, e cobra por mais políticas públicas de incentivo.

"Esta não é uma luta política, mas uma luta classista. Só acabar as faixas não é o necessário. A categoria esperava uma política de valorização, aumento da gratificação de motorista, de transporte, fardamento, refeição. A gratificação não atende a necessidade do profissional para se alimentar, fazer algo básico na rua em um serviço de 24 horas, precisa pedir aos comerciantes", declarou.

O deputado ressaltou ainda que o relatório de Gleide Ângelo não fere a Lei de Responsabilidade Fiscal, porque não abala os cofres do Estado em 2024. Ambos afirmaram que há orçamento para dar sequência ao substitutivo.

CATEGORIA

A reviravolta gerou celebração da Associação de Cabos e Soldados de Pernambuco. Em nota, o presidente Luís Torres convocou as classes para estar presente na votação da CCLJ. "É um dia em que os policiais e bombeiros puderam renovar suas esperanças em um projeto que se adequa à nossa realidade. Não dá para esperar até 2026 o que pode ser feito em curto prazo. Nossa luta não acaba agora. Estivemos presentes nas reuniões das três comissões, e estaremos aqui na Alepe também no próximo dia 30, para representar todos os nossos irmãos e irmãs de farda. Polícia unida jamais será vencida", escreveu.

Edmar Lyra
edmar.lyra@hotmail.com

Gilson Machado aposta no bolsonarismo

Apesar da vitória de Lula ter sido elástica em Pernambuco, no Recife, o cenário foi mais apertado, com Lula atingindo 56% dos votos válidos contra quase 44% de Jair Bolsonaro. No primeiro turno, Lula teve 54% contra 39% de Bolsonaro. Enquanto para o Senado, Teresa Leitão ficou com 43% contra 39% de Gilson Machado.

Esses números comprovam que há um contingente de cerca de 40% do eleitorado recifense alinhado com o bolsonarismo, ou pelo menos com a pauta da direita. É neste contexto que o ex-ministro do Turismo, Gilson Machado, tem apostado para alavancar sua pré-candidatura a prefeito pelo PL.

A sua relação muito próxima com o ex-presidente é o seu grande trunfo na disputa da capital pernambucana, além disso contará com o expressivo tempo de televisão do PL, cerca de 2 minutos e um número significativo de inserções durante a programação. Nas redes sociais, Gilson perde apenas para João Campos em engajamento, então são estes fatores que animam o postulante do PL a seguir com sua pré-candidatura.

O PL aposta na polarização com o atual prefeito João Campos para fazer de Gilson Machado um nome competitivo na disputa eleitoral de outubro. Seu grande desafio será manter a chama acesa do eleitorado bolsonarista para talvez levá-lo ao segundo turno contra o favoritíssimo João Campos.

Acesso em Serra Talhada

O senador Fernando Dueire (MDB) viabilizou os recursos para a construção do acesso ao equipamento do Sesc que deverá ser inaugurado no dia 23 de maio, em Serra Talhada. O presidente da Fecomercio/Sesc, Bernardo Peixoto, fez um reconhecimento público do gesto do senador no café da manhã institucional promovido pela entidade. A prefeita Márcia Conrado já acelera o passo providenciando a licitação para as obras de pavimentação do acesso.

Araripina

Com uma gestão bem-avaliada, o prefeito Raimundo Pimentel (União Brasil) terá que decidir sobre quem será o nome escolhido para a sua sucessão. O vice-prefeito Evilasio Mateus sonha acordado com a indicação, enquanto Edson de Maru também poderá ser o escolhido pela relação de plena confiança com o gestor. Ambos estão filiados ao PDT.

Workshop

Nesta quarta-feira será realizado o workshop "Eleições 2024 – Saiba o que está valendo" com os advogados Marcelo Cumaru e Pablo Bismack e o jornalista Edmar Lyra. O evento começa a partir das 14h, no auditório do RioMar Trade Center, e promete reunir políticos, assessores e juristas do direito eleitoral para avaliar a conjuntura da disputa.

Novo

No Recife, o Novo decidiu lançar Tecio Teles. O ex-ministro Gilson Machado avalia reeditar a aliança entre os dois partidos e não descarta colocar Tecio em sua vice.

Reforma Tributária volta ao centro das discussões

Textos da Lei Complementar, que regulamenta as mudanças na tributação do país, serão enviados ao Congresso Nacional ainda nesta semana, assegurou Lula

MARCELO CAMARGO/ AGÊNCIA BRASIL

Presidente e o ministro Fernando Haddad tentarão manter os mesmos relatores da PEC

O presidente Lula (PT) afirmou, na manhã de ontem, que os textos finais que tratam da regulamentação da reforma tributária estão fechados e devem ser enviados ao Congresso ainda nesta semana. Em café da manhã com jornalistas no Palácio do Planalto, Lula disse que gostaria que os relatores dos projetos de lei sejam os mesmos que trabalharam na análise da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) — o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), na Câmara, e Eduardo Braga (MDB-AM), no Senado.

"Ontem [segunda], nós fechamos a proposta final daquilo que vai para a regulamentação da reforma tributária. Vamos levar uma proposta que está de acordo com o governo. Obviamente sabemos que quando chegar na Câmara que ela poder ser mudada. As pessoas podem acrescentar, podem tirar e podem votar do jeito que nós tiramos. O que seria ideal do ponto de vista dos interesses da Fazenda, que já trabalhou na aprovação do projeto principal, é que você tivesse o mesmo relator porque ele já está familiarizado", disse.

No Senado, o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), decidiu continuar com Braga na relatoria. Presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) ainda não definiu se vai manter Agnaldo Ribeiro. Lula disse que irá respeitar a prerrogativa do parlamentar.

"Longe de mim querer indicar um relator para cuidar da política tributária. É o papel do presidente da Câmara, dos deputados. Eu só queria que as pessoas levassem em conta isso: quem já foi relator da reforma tributária, está muito familiarizado, já fez negociação, já conversou com partidos e poderia facilitar a tramitação", completou o presidente.

LEI COMPLEMENTAR

O secretário extraordinário da Reforma Tributária no Ministério da Fazenda, Bernard Appy, afirmou que o texto do primeiro Projeto de Lei Complementar (PLP) tem 300 páginas, com 500 artigos, que tratam sobre os principais pontos do novo modelo de tributo, incluindo a Cesta Básica Nacional de Alimentos (CeNA).

O secretário garantiu que, hoje, "colocaremos a base sobre a qual será feita a discussão no Parlamento" sobre a não cumulatividade do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). "A ideia é mandar agora esse primeiro projeto de lei, que trata do IBS, CBS, Imposto Seletivo, das questões específicas sobre tributos federais e da transição do sistema tributário atual para o novo", declarou.

Além desse primeiro projeto, mais dois serão enviados, posteriormente, para o Congresso. Outro PLP e um Projeto de Lei Ordinária (PLO). "O que ficou para o segundo projeto são as questões relativas ao IBS, a forma de organização do Comitê Gestor, o contencioso administrativo do IBS", contou Appy.

No segundo projeto, ainda sem data para ser enviado ao Parlamento, está prevista a transição do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). "Mas as coisas gerais estão no primeiro projeto. Ainda há finalização com estados e municípios", apontou. De acordo com o secretário da reforma, este último deve vir no PLO, em que estará detalhado como será feita a transferência pro Fundo de Desenvolvimento Regional. **(Correio Braziliense)**

DESCUBRA O BRILHO ÚNICO DO CONCEITO STAR.

Um marco na saúde do Nordeste se aproxima: a chegada do conceito Star em Pernambuco, com a nova torre do Hospital Memorial São José.

Pernambuco sempre ocupou um lugar especial na história da Rede D'Or. Pela reputação da comunidade médica do estado, de reconhecimento internacional, foi em Recife que iniciamos o nosso plano de expansão pelo Brasil, em 2007.

As unidades Star são planejadas para proporcionar uma experiência única de internação, emergência e cirurgia. O que há de mais avançado em tecnologia, segurança assistencial e hotelaria se une a um corpo clínico do mais alto nível técnico para oferecer uma medicina de padrão internacional à população de Pernambuco.

Uma nova estrela ilumina Recife.

No coração de nossa cidade. Abertura ao público em breve.

 Rua Paissandu, 300

 www.rededorsaoluiz.com.br/star/redestar

Hospital Memorial São José - Registro: 3347-PE
Diretor Técnico: Hélio Flávio F. dos Santos - CRM: 15445-PE

*Escaneie o **QR Code** e saiba mais sobre o conceito Star de cuidado*

Aneel aprova redução na conta de luz

Reajuste da Neoenergia teve índice negativo de 2,69% para os consumidores residenciais de Pernambuco. Novo valor começa nesta segunda

JULIANA SAMPAIO

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou, ontem, o Reajuste Tarifário Anual 2024 da Neoenergia Pernambuco - distribuidora que atende mais de 4 milhões de unidades consumidoras. Mas para alivio do bolso dos pernambucanos, neste ano, não haverá alta na conta de luz, e sim uma redução de 2,69% no valor cobrado pelo consumo de energia elétrica.

Segundo a Neoenergia, a redução no valor da energia entra em vigor a partir de segunda-feira (29). Na prática, os consumidores começarão a pagar a conta de luz mais barata a partir das cobranças emitidas em maio.

O índice médio referente ao consumo de baixa tensão será de -2,63%, condição que inclui a maioria dos clientes residenciais. A variação aplicada aos clientes de alta tensão, como indústrias e comércio de médio e grande porte, será de -2,85%.

Segundo as informações da Aneel, os fatores que mais contribuíram para a redução tarifária do reajuste foram a diminuição dos custos com aquisição de energia e atividades relacionadas à distribuição de energia.

Os custos com a compra de energia tiveram redução de 3,95%. O alívio no caixa da Neornergia está relacionado ao fim do contrato, no próximo dia 14 de maio, da compra da energia da Termopernambuco - usina termelétrica à base de gás natural, localizada no Complexo Industrial Portuário de Suape, cujo preço médio é de R$ 391,11 MWh, segundo informações do mercado.

A construção da UTE, em 2021, foi uma compromisso firmado pela Neoenergia (à época Grupo Guaraniana) para a aquisição da antiga Celpe, quando de sua privatização.

A Termopernambuco vendeu toda a sua capacidade de instalação, de 498 MegaWatts, no primeiro leilão de Reserva da Capacidade, promovido pela Aneel em dezembro de 2021. O início do fornecimento de energia será a partir de 1º de julho de 2026, com vigência de 15 anos, para garantir o fornecimento de energia elétrica ao Sistema Interligado Nacional (SIN).

TARIFA

Na composição da tarifa, a parte que compete à distribuidora, ou seja, à Neoenergia, apresenta o menor impacto. Do valor cobrado na fatura, 43,6% são destinados para pagar os custos com a compra e transmissão de energia. Os tributos (encargos setoriais e impostos) continuam tendo uma grande participação nos custos da tarifa de energia elétrica, representando 31,7% do total.

Segundo informou a Neoenergi, a distribuidora fica com 24,7% do valor pago pelos consumidores pernambucanos para cobrir os custos de operação, manutenção, administração do serviço e investimentos. Isso significa que, para uma conta de R$ 100,00, por exemplo, R$ 24,70 são destinados efetivamente à empresa para operar, manter e expandir todo o sistema elétrico nas 184 cidades atendidas pela distribuidora e Fernando de Noronha.

MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL

Tarifa mais barata está relacionada à redução dos custos da empresa com compra de energia

ebrasil ELETRICIDADE DO BRASIL S.A. - EBRASIL

CNPJ Nº 10.538.273/0001-48

Balanços patrimoniais em 31/12/23 e 2022 *(Em MR$)*

Ativo	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	10.127	15.239	79.697	90.469
Contas a receber de clientes	9	-	-	55.542	19.290
Estoques	10	-	-	48.113	50.139
Impostos correntes	31	592	416	601	425
Impostos a recuperar	11	-	1.114	668	1.689
Outras contas a receber	12	4.479	3.475	45.346	14.706
Total do ativo circulante		**15.198**	**20.244**	**229.967**	**176.718**
Não circulante					
Outras contas a receber	12	1.495	3.652	10.356	15.060
Impostos a recuperar	11	-	-	5.175	2.527
Impostos diferidos	23	-	-	3.090	3.090
Partes relacionadas - mútuos a receber	25	192	725	8.620	16.366
Investimentos	13	389.162	460.975	198.740	231.352
Imobilizado	14	511	74.803	40.965	155.052
Intangível	15	-	-	260.676	6
Total do ativo não circulante		**391.360**	**540.155**	**527.622**	**423.453**
Total do ativo		**406.558**	**560.399**	**757.589**	**600.171**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante					
Fornecedores	16	38	156	66.399	9.679
Debêntures	18	27.901	56.468	27.901	56.468
Impostos e obrigações tributárias	19	-	-	1.975	1.207
Impostos correntes	31	26	25	3.392	3.169
Obrigações estimadas		-	-	817	4
Taxas regulamentares	20	-	-	2.464	13.055
Partes relacionadas - mútuos a pagar	25	70.091	56.121	1.100	199
Dividendos a pagar		53.015	52.917	53.015	52.917
Outras contas a pagar	21	-	-	5.941	3.388
Obrigações com aquisição de ativos	1.1a)	-	-	105.623	-
Total do passivo circulante		**151.071**	**165.687**	**268.627**	**140.086**
Não circulante					
Debêntures	18	-	27.384	-	27.384
Partes relacionadas - mútuos a pagar	25	-	-	45.163	516
Provisão para contingência	22	-	-	552	795
Tributos e contribuições sociais		-	-	1.993	1.536
Obrigações com aquisição de ativos	1.1a)	-	-	109.850	-
Total do passivo não circulante		**-**	**27.384**	**157.558**	**30.231**
Patrimônio líquido	24				
Capital social		75.658	75.658	75.658	75.658
Reserva de capital		82.512	82.512	82.512	82.512
Reserva de lucros		97.317	209.158	97.317	209.158
Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		**255.487**	**367.328**	**255.487**	**367.328**
Participação de não controladores		-	-	75.917	62.526
Total do patrimônio líquido		**255.487**	**367.328**	**331.404**	**429.854**
Total do passivo e patrimônio líquido		**406.558**	**560.399**	**757.589**	**600.171**

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31/12/23 e 2022 *(Em MR$)*

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Prejuízo líquido do exercício	**83.007**	**265.648**	**87.107**	**100.410**
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total	**83.007**	**265.648**	**87.107**	**100.410**
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores	83.007	265.648	83.007	265.648
Acionistas não controladores	-	-	4.100	(165.238)
Resultado abrangente total	**83.007**	**265.648**	**87.107**	**100.410**

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31/12/23 e 2022 *(Em MR$)*

	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita operacional líquida	26	-	-	160.130	144.186
Custo dos produtos vendidos	27	-	-	(124.511)	(60.812)
Lucro bruto		-	-	**35.619**	**83.374**
(Despesas) receitas operacionais					
Gerais e administrativas	28	(8.603)	(4.146)	(50.403)	(53.146)
Outras receitas e (despesas) líquidas	29	-	-	69.504	356
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**(8.603)**	**(4.146)**	**54.720**	**30.584**
Receitas financeiras	30	479	25.913	18.179	44.712
Despesas financeiras	30	(16.140)	(42.422)	(20.371)	(52.812)
Despesas financeiras líquidas	29	**(15.661)**	**(16.509)**	**(2.192)**	**(8.100)**
Resultado antes da equivalência patrimonial e impostos		**(24.264)**	**(20.655)**	**52.528**	**22.484**
Resultado de equivalência patrimonial	13	107.271	286.303	56.125	56.572
Prejuízo antes do IR e da C.S.		**83.007**	**265.648**	**108.653**	**79.056**
IR e C.S.					
Correntes	31	-	-	(27.397)	(15.134)
Diferidos		-	-	-	29.470
Incentivo fiscal Sudene	31	-	-	5.851	7.018
Prejuízo do exercício		**83.007**	**265.648**	**87.107**	**100.410**
Resultado atribuível aos:					
Acionistas controladores		83.007	265.648	83.007	265.648
Acionistas não controladores		-	-	4.100	(165.238)
Resultado do exercício		**83.007**	**265.648**	**87.107**	**100.410**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31/12/23 e 2022 *(Em MR$)*

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reserva Legal	Retenção de lucros	Lucros (Prejuízo) acumulados	Total	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
		Atribuível aos acionistas controladores		Reserva de lucros					
Saldos em 31/12/21		**506.078**	**82.512**	**24.118**	**111.601**	**-**	**724.309**	**95.810**	**820.119**
Efeito de ajuste na participação dos não controladores								131.954	131.954
Aumento do capital social		198.859	-	-	(111.601)	-	87.258	-	87.258
Redução de capital social		(629.279)	-	-	-	-	(629.279)	-	(629.279)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	265.648	265.648	(165.238)	100.410
Destinação do resultado do exercício:									
Dividendos declarados e pagos		-	-	-	-	(28.575)	(28.575)	-	(28.575)
Dividendos declarados e não pagos		-	-	-	-	(52.033)	(52.033)	-	(52.033)
Constituição da reserva de retenção de lucros		-	-	-	185.040	(185.040)	-	-	-
Saldos em 31/12/22		**75.658**	**82.512**	**24.118**	**185.040**	**-**	**367.328**	**62.526**	**429.854**
Efeito de ajuste na participação dos não controladores		-	-	-	-	-	-	9.291	9.291
Lucro líquido do exercício	24	-	-	-	-	83.007	83.007	4.100	87.107
Destinação do resultado do exercício:									
Dividendos declarados e pagos	24	-	-	-	(59.711)	(83.007)	(142.718)	-	(142.718)
Dividendos declarados e não pagos	24	-	-	-	(52.130)	-	(52.130)	-	(52.130)
Constituição da reserva de retenção de lucros	24	-	-	(8.986)	8.986	-	-	-	-
Saldos em 31/12/23		**75.658**	**82.512**	**15.132**	**82.185**	**-**	**255.487**	**75.917**	**331.404**

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto Exercícios findos em 31/12/23 e 2022 *(Em MR$)*

	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro (Prejuízo) do exercício		83.007	265.648	87.107	100.410
Ajustes por:					
Provisão para contingência		-	-	-	(340)
Equivalência patrimonial	13	(107.271)	(286.303)	(56.125)	(56.572)
Depreciação e amortização	14	136	34	51.471	52.532
Impostos correntes	31	-	-	21.546	8.116
Impostos diferidos	30	-	-	-	(29.412)
(Ganho) perdas com investimento em participação societária		15.060	-	(1.624)	-
Ganho (perdas) com instrumentos financeiros derivativos		-	(11.423)	-	(11.423)
Resultado na venda do ativo imobilizado	14	-	-	(37.715)	-
Provisão (reversão) para contingência	22	-	-	(243)	-
Juros a receber de mútuo com partes relacionadas		-	(3.858)	-	-
Juros provisionados de mútuo com partes relacionadas	25	6.457	7.795	-	-
Juros provisionados empréstimos	17	-	4.542	-	4.542
Juros provisionados debêntures	18	9.580	16.393	9.580	17.792
		6.969	**(7.172)**	**73.997**	**85.645**
Variação nos ativos e passivos					
Contas a receber de clientes		-	-	(6.805)	48.683
Impostos a recuperar		938	158	23.715	1.848
Estoques		-	-	2.026	(1.049)
Outros ativos		1.153	23.364	(25.936)	(3.231)
Fornecedores		(118)	105	39.089	(25.862)
Impostos e contribuições, líquido		1	(617)	(26.433)	5.584
Outros passivos		-	-	(9.708)	(1.340)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		**8.943**	**15.838**	**69.945**	**110.278**
Juros de empréstimos bancários pagos	17	-	(2.338)	-	(2.338)
Juros de debêntures pagos	18	(9.975)	(16.549)	(9.975)	(18.198)
Impostos pagos		-	-	(22.481)	(4.153)
Fluxo de caixa líquido (utilizados nas) proveniente das atividades operacionais		**(1.032)**	**(3.049)**	**37.489**	**85.589**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Aquisição de ativos		-	-	(74.529)	-
Caixa adquirido na aquisição de ativos		-	-	55.831	-
Mútuos concedidos a partes relacionadas	25	-	(49.954)	-	-
Recebimento de mútuos de partes relacionadas	25	533	140.116	7.746	4.210
(Aumento) redução de capital em investidas	13	115.611	(209)	41.663	(10.684)
Dividendos recebidos de investidas avaliados por equivalência patrimonial	13	122.361	111.419	57.989	57.942
Alienação de ativo imobilizado	14	-	-	113.688	40.444
Aquisições de imobilizado	14	-	(681)	(45.891)	(7.598)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de investimentos		**238.505**	**200.691**	**156.497**	**84.314**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Amortização do valor principal - debêntures	18	(55.556)	(55.556)	(55.556)	(86.248)
Amortização do principal de empréstimos - mútuo com partes relacionadas		-	-	(552)	(1.718)
Capitação de empréstimos com partes relacionadas	25	7.721	47.458	46.100	-
Amortização do principal dos empréstimos bancários	17	-	(157.772)	-	(157.772)
Pagamento de dividendos a acionistas	23	(194.750)	(28.575)	(194.750)	(28.575)
Fluxo de caixa líquido utilizados nas atividades de financiamento		**(242.585)**	**(194.445)**	**(204.758)**	**(274.313)**
(Redução) Aumento em caixa e equivalentes de caixa		**(5.112)**	**3.197**	**(10.772)**	**(104.410)**
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	8	15.239	12.042	90.469	194.879
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	8	10.127	15.239	79.697	90.469
(Redução) Aumento em caixa e equivalentes de caixa		**(5.112)**	**3.197**	**(10.772)**	**(104.410)**

Diretoria: Dionon Lustosa Cantareli Junior - **Diretor Presidente**; Carlos Wilson S. Ribeiro - **Diretor Financeiro**; Kátia Cilene de Oliveira Jucá e Lima - **Diretora de Controladoria**; Richard Kehrer Kovacs - **Diretor de Novos Negócios e Planejamento.** Mayara Peixoto Quintino Martorelli - **Contadora** CRCPE 021.099/O-5

As Demonstrações Financeiras na íntegra, auditadas pela KPMG Auditores Independentes LTDA, estão sendo publicados nesse jornal em sua edição digital na data de hoje e estão disponíveis na sede da empresa.

Do vazio, imagens infinitas

ANDRÉ GUERRA

Carregada de ideias sobre a memória, a presença e o vazio – em seus múltiplos significados –, a instalação multimídia de fotografia Retrato Oco, realizada pelo pernambucano PV Ferraz, estreia amanhã, a partir das 18 horas, em dois ambientes de visitação na Torre Malakoff, no Recife Antigo: um espaço imersivo de projeção de vídeos e outro de sala de fotos. Reunindo fotografia, audiovisual e técnicas de design com objetos centrais sendo recortados e recolocados em outros fundos e cenários, o artista traz grande parte do seu acervo pessoal de registros feitos por ele ao longo dos anos em função de uma narrativa visual que deve ressoar de diferentes maneiras em cada um.

Inspirado por referências visuais e filosóficas – as colagens invisíveis de Michael Tunk, os artistas célebres do surrealismo, ao exemplo de Renée Magritte e os retratos de olhos vazios de Amedeo Modigliani –, PV vê o 'oco' da imagem como uma metáfora para os vazios que habitam as pessoas, conscientes ou não. O projeto é para ele também um processo de entendimento como artista e indivíduo e está ainda em desenvolvimento constante para ganhar vida em outras possibilidades formais. Diretor de formatos híbridos, com prêmios em videoclipes, cinema e videodança, PV lançou em 2022 o curta-metragem 'Redoma', vencedor do prêmio de melhor curta-metragem no IFO's Flórida e selecionado para mais de 40 festivais pelo mundo.

O curador da exposição, o fotógrafo recifense Iezu Kaeru, relembra as origens da instalação e ressalta as características artísticas que mais lhe interessam no trabalho em conjunto com PV. "Começamos a nos encontrar de formas aleatórias pela cidade, em momentos diversos e sempre conversando sobre um futuro livro de artista, fotolivro e projetos semelhantes. Depois de muitos encontros e trocas, inclusive virtuais, antes do processo de pesquisa, e então passamos a debater o conceito da exposição, buscando novas imagens e ideias. Uma das fortalezas de PV é que ele tem uma escuta muito boa, mesmo sendo tão perfeccionista na sua própria visão, e me agrada muito esse tipo de personalidade, de sempre buscar aprimorar tudo, colocar em prática as coisas pensadas. É uma alegria imensa estar nessa primeira exposição", enaltece Iezu. "Esse trabalho vem de uma gestação longa de PV, que amadureceu muito a ideia e deu um salto enorme através da residência artística que fizemos. Me atrai muito como curador essa inquietação e esse raciocínio musical, cheio de referências, estudos e experimentações estéticas que fazem parte da obra de PV. Temos pretensão de vários desdobramentos com o Retrato Oco, e essa exposição é apenas o início", completa.

"A ideia da exposição foi um desafio instigante, já que a minha formação é em audiovisual. Para além da exposição, eu penso nela como um projeto que busca criar imagens abertas, com múltiplos sentidos. Não importam tanto os significados que eu busquei, mas que elas mexam com as pessoas, provoquem o público nesse flerte constante entre a fantasia e a realidade. Espero que a instalação desperte emoções profundas e estimule reflexões sobre a existência de cada um", afirma PV ao *Viver*. "Foi muito interessante ser acompanhado e orientado por Iezu, uma pessoa tão sensível e experiente que é capaz de olhar a minha obra e até traduzi-la para mim. Quando eu lanço um trabalho, é comum eu mesmo não entender completamente o que ele representa e é através dessa parceria que eu vou descobrindo. Fico feliz em dizer que o Retrato Oco é algo vivo dentro de mim e que será desdobrado de várias outras formas em próximos projetos", promete o artista.

Exposição multimídia de fotografia 'Retrato Oco', do pernambucano PV Ferraz, explora subjetividade da imagem a partir de técnicas de transposições visuais e chega amanhã à Torre Malakoff, no Bairro do Recife

FOTOS:DIVULGAÇÃO

Exposição segue até 26 de maio, com entrada gratuita

RUAN PABLO/DP FOTO

Diva dos pincéis

Aos 96 anos, a pintora Anete Cunha não para. Nesta quinta-feira, a partir das 13h, ela receberá seus muitos amigos na abertura de sua nova exposição, no The Black Angus, restaurante de Boa Viagem.

A artista pernambucana, que se inspira nos pássaros e já rodou o mundo com suas telas, confessa: "A ansiedade é muito grande. Sempre me emociono vendo as pessoas valorizando os meus trabalhos".

EDUARDO CUNHA/DIVULGAÇÃO SECULTPE

Primeira mulher preta a ocupar o cargo de secretária executiva de Cultura de Pernambuco, Yasmin Neves é saudada por Cacau de Paula

ARQUIVO PESSOAL

A escritora e procuradora Andrea Nunes curte Paris com o marido, Décio Padilha, auditor e conselheiro do BNB

Evangelizar

Centenas de fiéis da Arquidiocese de Olinda e Recife participam neste sábado, na praia do Pina, do *Evangelizar é Preciso*, promovido pela associação homônima, do padre Reginaldo Manzotti. As atrações locais serão os padres Damião Silva e João Carlos. Uma missa presidida pelo arcebispo dom Paulo Jackson e show do próprio Manzotti completam o roteiro.

Associado

A Associação Brasileira de Empresas de Eventos comemora a chegada do Pernambuco Centro de Convenções como seu mais novo membro. A comunicação ao setor de eventos e turismo foi feita pelos dirigentes da Regional PE, Bruno Herbert, Tatiana Marques e Gisela Latache. É o maior equipamento para feiras e eventos de grande porte do Norte e Nordeste.

DIVULGAÇÃO

Augusto Coutinho se reúne com o presidente do BRB, Paulo Henrique Costa, e o presidente do Santa Cruz, Bruno Rodrigues, para conversa sobre a SAF do clube

Dividindo vivências

Gustavo Dubeux fala hoje para empresários sobre sua trajetória pessoal e profissional como um dos fundadores da Moura Dubeux. O executivo é o convidado do evento *Trajetória Empresarial – Histórias que Inspiram*, no Mar Hotel, ao meio-dia.

Reunião em Brasília

O deputado Waldemar Borges, presidente da Comissão de Educação e Cultura, apresenta hoje, em Brasília, um conjunto de sugestões para integrar a Alepe às comemorações do bicentenário da Confederação do Equador. O convite foi da comissão do Senado, presidida por Teresa Leitão, da qual também fazem parte os senadores Humberto Costa e Fernando Dueire.

Homenagem do Gere

Nesta sexta, no Spettus Premium, o Grupo de Executivos do Recife, presidido por Ricardo Lustosa, presta homenagem ao Sinduscon e ao presidente da entidade, Antônio Cláudio Sá Barreto Couto. A saudação será feita por Jorge Côrte Real.

O retorno de Skylab

O multiartista Rogério Skylab volta ao Recife neste sábado. Desta vez, o show será no Burburinho, no Recife Antigo.

POSE FILMES/DIVULGAÇÃO

Camila e Guilherme Carvalho, com Vivi Rolemberg, no comando de mais um lançamento imobiliário da Exata Engenharia

ARQUIVO PESSOAL

O oftalmologista Francisco Lobato e a empresária Isabelle Gayoso voltando de férias na Suíça, após a inauguração do novo HVisão

HUGO MUNIZ/DIVULGAÇÃO

No Paço do Frevo, a diretora Luciana Félix recebe Fábio Scarano, curador do Museu do Amanhã

Condomínio na praia

Lançado pela Soma Incorporação na praia de Carneiros, o Paratiisi conta com projeto arquitetônico assinado por Carlos Fernando Pontual e paisagístico, por Luiz Vieira.

Ato simbólico

Amanhã, a partir das 10h, crianças atendidas pelo Instituto do Autismo participarão de um ato simbólico, dentro da programação do Abril Azul. Elas farão a pintura de uma vaga de estacionamento especial para autistas, na Arena Pernambuco.

DIVULGAÇÃO

Isabela Coutinho, Rossini Barreira e Filipe Bitu em encontro sobre saúde coletiva

Reforma

O presidente do Conselho Regional de Contabilidade de Pernambuco, Roberto Nascimento, é o convidado principal do 29º Seminário Acadêmico de Contabilidade do Vale do São Francisco, de hoje a sexta, em Petrolina. O evento, organizado pela Faculdade de Petrolina – Facape, vai marcar o Dia do Profissional de Contabilidade, comemorado em 25 de abril. Nascimento e o contador Eduardo Amorim falarão sobre as novidades da reforma tributária.

Tampinhas

O Shopping Guararapes estabeleceu parceria com o Grupo de Ajuda a Crianças Carentes com Câncer (GAC) para potencializar a campanha *Tampinhas Solidárias* e angariar fundos. Com a instalação de coletor de tampinhas de plástico na Praça de Alimentação do mall, os clientes terão a oportunidade de ajudar no tratamento oncológico de muitas crianças.

Doação

Também no Guararapes, o Hemope realiza hoje uma coleta externa de bolsas de sangue.

Complexo

Amanhã, Caruaru passará a contar com o maior equipamento esportivo das regiões Agreste e Sertão do Estado: o Complexo Olímpico Rei Pelé. A inauguração acontece às 16h, com as presenças do prefeito Rodrigo Pinheiro e dos secretários Andrews Melo e Aline Tiburcio.

Niver

Demazinho Gomes, Edmilson Menezes, Fabiana Karla Cavalcanti, Fernanda Guerra, Gabriel Galvão, Juliana Farinha Tavares de Melo, Lula Portela, Marconi Vieira, Maria Alice Collier, Maria Tereza Pugliesi, Renata Medeiros, Tereza Cabral, Valdejane de Moraes e Vicente Jorge Espíndola.

DIVULGAÇÃO

Tiê pousa no jardim

Dona do megahit *A Noite*, a cantora e compositora Tiê abre neste sábado o *Festival Viva Mães*, que o Plaza Shopping vai promover no jardim do piso L2. Até dia 5, nomes como Martins, Ana Vilela, Larissa Lisboa e Mombojó se apresentarão gratuitamente por lá.

Ação solidária

A Associação dos Amigos da Justiça, que tem à frente Sandra Paes Barreto, como presidente, e Amanda Campos, como vice, comprou 2 mil bolsas de colostomia com doações voluntárias e com o resultado do evento Venda do Bem, realizado na Dona Santa. Ontem, a Associação dos Ostomizados de Pernambuco já recebeu uma remessa de bolsas.

Família imaginada

Logo mais, às 19h, a francesa Juliette Mauveaux abre a mostra de fotografias *Amada Família*, na Casa Estação da Luz.

DIVULGAÇÃO

O Talk & Show Sucesu PE reuniu seis presidentes da ATI-PE: Mônica Bandeira, Romero Guimarães, Fred Mayrink, Ila Carrazzone, Joaquim Costa e o atual, Allan Araújo

Três décadas passadas a limpo no Classic Hall

Linha fina: Retornando após 30 anos para uma turnê especial, a promessa é que o Soweto faça um show com mais de três horas, no próximo sábado

PEDRO CUNHA
Especial para o Diario

THAIS MARQUES/DIVULGAÇÃO

Belo chega para show com o Soweto em meio ao polêmico fim de seu casamento

Era início da década de 1990 quando Marcelo Pires, o Belo, foi promovido a vocalista pelos integrantes de um grupo então em ascensão: o Soweto. O sucesso veio a partir de 1994, com o primeiro disco, e, seis anos depois, Belo decidiu seguir carreira solo. Com as canções ocupando lugar há 30 anos no coração e na memória de milhões de fãs, o Soweto retornou aos palcos em uma turnê comemorativa de três décadas de história da banda. Pernambuco é o segundo estado a receber o grupo neste retorno, no próximo sábado, no Classic Hall.

O cantor chega a Pernambuco em meio ao ruidoso fim de seu casamento de 16 anos com Gracyanne Barbosa. O personal trainer da dançarina, Gilson de Oliveira, é apontado como pivô da separação, inclusive tendo admitido o affair com Gracyanne entre fevereiro e agosto do ano passado

Ao lado dos antigos colegas de formação do grupo, Criseverton, Claudinho de Oliveira, e de Dado Oliveira, que entrou em 2009, Belo pretende fazer um show com mais de três horas com hits como 'Derê' e 'Farol das Estrelas', e canções que ficaram de fora dos álbuns anteriores.

"O Soweto é um grupo formado por garotos da periferia que gostavam de boa música. Fazia aulas de cavaquinho e muitas vezes me atrasava para entrar na aula porque perdia a noção do tempo tocando. Tinha um professor que até falava que eu devia fazer o que amava: música. Meu amigo de infância Buiú (morto em 1997) me levou para o grupo. No começo, eu não era o vocalista, tocava cavaquinho. Um dia o vocalista faltou e como eu sabia todo o repertório, por tocar instrumento de harmonia, assumi o vocal. Eles amaram e eu me tornei o vocalista. E o Soweto foi o grupo que me projetou no mercado nacional".

O vocalista também explicou sua saída do grupo e garantiu que o rompimento não foi causado por brigas com os demais integrantes, mas pelo desejo de fazer algo diferente do que o Soweto fazia. "Eu queria fazer um trabalho que não dava para fazer dentro do grupo. Fui muito bem-sucedido porque segui minha linha, abri espaço para outras coisas que eu queria fazer".

Palavras cruzadas

O mais famoso médium brasileiro / Recurso de quem não tem crédito no celular mas precisa ligar para alguém / 3ª vogal / Monges (?), escribas medievais / Led Zeppelin, Rush, Yes e Black Sabbath / Inscrição gravada na Cruz de Cristo / Palco da abertura da Copa 2014 / Mário Prata, escritor e dramaturgo / O cheque aceito no crediário informal / Renovação (?), movimento católico / Aquele que expõe o que pensa / Museu Oscar Niemeyer (sigla) / Avenida (abrev.) / Está bem! (pop.) / Instrumento musical análogo à lira / Código da Alemanha no endereço da Web / Tosquia / Ponto de encaixe de lâmpadas / Membro feminino de clube esportivo / "Contra (?) não há argumentos" (dito) / Emissora paulista / Titânio (símbolo) / Santo (abrev.) / 101, em romanos / Repercutir bem / Pessoa maçante / O travor do caju / Município cearense / Feitio do bambolê / Frágil; quebradiço / Flecha de sarabatana / (?) Gillan, roqueiro / Certo serviço social / Impresso que acompanha remédios / Rival do CRB no futebol alagoano / Beethoven, por sua deficiência física / Troca da moeda de um país pela de outro / (?)-2, o bombardeiro invisível / Kurt Elling, cantor de jazz / Salma Hayek, atriz / Hora, em inglês / Feng (?), sistema chinês de estética / Assume expressão de alegria / Alfred Nobel: inventou a dinamite / Para (pop.) / Agravamento de doença / Aparelho detectado por GPS de carros / Cantora gospel de "Casa do Pai" / Partido que fazia oposição a Vargas

BANCO 3/ian. 4/acro — hour — shui. 6/citara — uamiri. 7/canindé. 8/copistas. 18

EXERCITE SUA MENTE COM >>>> COQUETEL
Disponível em bancas de todo o Brasil!
/revistacoquetel @coquetel @editoracoquetel

Astros

ÁRIES (21/03 a 20/04)
Esse pode ser um daqueles dias nos quais você sabe o que quer; as pessoas sabem do que você precisa, mas os dois não coincidem nunca. A prática de exercícios pode ser um bom meio de canalizar seu vigor e deixá-lo mais calmo.

TOURO (21/04 a 20/05)
Você costuma ser excelente negociador, mas, na ânsia de atingir o objetivo, pode se prejudicar.

GÊMEOS (21/05 a 20/06)
Dificuldade de concentração deve ser seu maior problema hoje, principalmente quando o assunto não desperta interesse. Evite os chatos e aproxime-se dos charmosos.

CÂNCER (21/06 a 22/07)
Uma conjunção de aspectos sugere que lhe faltará a energia necessária para tirar vantagem Do que o dia pode lhe proporcionar.

LEÃO (23/07 a 22/08)
Seja você solteiro ou comprometido, o dia se apresenta bastante promissor no campo do romance. Infelizmente, você se mostrará complacente demais, o que pode dar a impressão de indiferença.

VIRGEM (23/08 a 22/09)
Você hoje pode ter a agradável surpresa de ver mais de uma pessoa fazer algo bacana por você, sem nenhum motivo especial, simplesmente por impulso.

LIBRA (23/09 a 22/10)
Você pode mergulhar em algo sem considerar os fatos. Antes de assumir compromisso cheque duas vezes: a hora, o lugar, como, quando, quem e porquê!

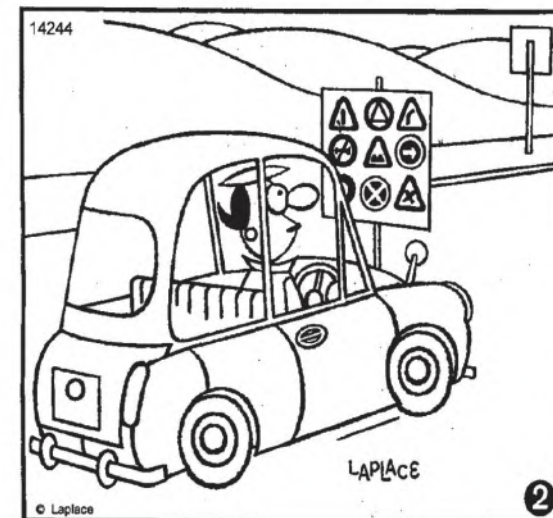
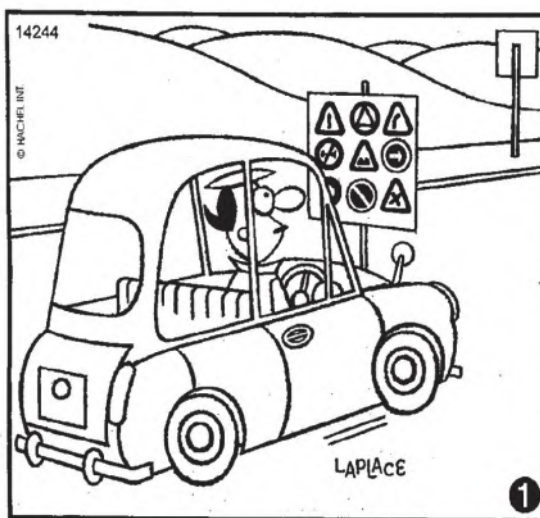
ESCORPIÃO (23/10 a 21/11)
Cuidado para não misturar prazer com trabalh. Seja qual for situação, por mais interessante que seja a pessoa, mantenha uma postura profissional.

SAGITÁRIO (22/11 a 21/12)
Tarefas que normalmente executa com facilidade podem estar cheias de complicações inesperadas. Para que tudo termine bem, é importante não fazer nada correndo.

CAPRICÓRNIO (22/12 a 20/01)
Você é produtivo demais para ficar se gabando dos seus feitos. No entanto se tiver a oportunidade de fazê-lo, não se sinta constrangido.

AQUÁRIO (21/01 a 19/02)
Eventos que incluam gastos altos, ou apostas, devem ser evitados a qualquer custo.

PEIXES (20/02 a 20/03)
Você normalmente não é egoísta ou ciumento com os seus pertences. Mas hoje a situação pode ser diferente, e quem lhe pedir qualquer coisa corre o risco de passar por uma situação desagradável.

8 erros

Resolução: 1. Calçada. 2. Mala do carro. 3. Traseira do carro. 4. Orelha da mulher. 5. Placa. 6. Montanha. 7. Mão da mulher. 8. Rastro do pneu.

Holiday avaliado em quase R$ 35 milhões

Esse é o valor estabelecido pela perícia contratada pela Justiça pernambucana. Imóvel vai a leilão em maio, com previsão para os dias 22 e 23

Saiu o valor do Edifício Holiday, em Boa Viagem, na Zona Sul do Recife. O imóvel vai a leilão em maio deste ano por quase R$ 35 milhões. A informação foi confirmada pela assessoria de comunicação do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), ontem. Na última segunda-feira, os peritos entregaram o laudo com o valor oficial do prédio, que foi desocupado em 2019, devido a riscos estruturais: R$ 34.924.000.

Na nota, o TJPE disse que o Juízo da 7ª Vara da Fazenda Pública da Capital intimou as partes do processo através do sistema de Processo Judicial eletrônico (PJe) para manifestação até o dia 8 de maio de 2024 sobre o valor da avaliação. “Após o prazo, havendo ou não manifestação das partes, o Juízo vai decidir sobre o laudo apresentado. Em seguida, as partes serão intimadas da decisão, estando o leilão designado para os dias 22 e 23 de maio de 2024”, acrescentou. O prédio de 17 andares e 476 apartamentos abrigava cerca de três mil moradores.

A vistoria foi feita este mês por uma equipe de seis engenheiros, coordenada pelo perito oficial do processo, Gustavo Farias, que é presidente do Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia Seccional Pernambuco (Ibape-PE).

Presidente do TJPE informou que três empresas já estariam interessadas em participar do leilão

PRISCILLA MELO/ DP FOTO

Imóvel foi construído em 1956 e está desocupado desde 2019 por riscos estruturais

HISTÓRICO

O imóvel, construído em 1956, foi desocupado a partir de decisão judicial proferida em 13 de março de 2019, após constatação de irregularidades na estrutura, que poderia acarretar em desmoronamentos; na existência de material residual que pudesse servir à combustão e provocar incêndios no local; e no fornecimento de energia elétrica de forma irregular em algumas unidades.

A equipe de perícia conseguiu percorrer dez dos 17 andares e utilizou um drone para observar o restante. O leilão está previsto para os dias 22 e 23 de maio.

RETROFIT

No dia 5 de abril, o presidente do TJPE falou que existem três empresas interessadas em participar do leilão. Uma das propostas das construtoras, segundo Paes Barreto, será a implementação de um Retrofit, processo que tem por objetivo restaurar prédios antigos de forma a preservar a arquitetura original.

RMR

Adolescente morre atropelado por ônibus

REDES SOCIAIS/ REPRODUÇÃO

Sinistro aconteceu na Av. Belmiro Correia, S.Lourenço

Um adolescente morreu após ser atropelado por um ônibus, na tarde de ontem, em São Lourenço da Mata, no Grande Recife. A informação foi confirmada pelo Sindicato dos Rodoviários do Recife e da Região Metropolitana e pelo Grande Recife Consórcio de Transporte. Ainda não há informações sobre como teria acontecido o sinistro, registrado por volta das 15h, na Avenida Doutor Belmiro Correia, no bairro de Nova Tiúma.

Segundo o sindicato das empresas que operam o transporte público de passageiros, a Urbana-PE, o acidente aconteceu no nomento em que o adolescente corria em direção ao veículo, “O jovem correu em direção ao veículo em movimento, tendo se chocado com a lateral traseira do ônibus. Uma equipe da empresa foi enviada ao local para oferecer o suporte necessário”, disse o sindicato por meio de nota.

Vídeos que circulam nas redes sociais mostram imagens da vítima presa embaixo dos pneus traseiros do coletivo. O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) chegou a ser acionado, porém constatou que a vítima já estava sem vida.

A Polícia Civil disse por meio de nota que “está investigando o acidente de trânsito com vítima fatal que vitimou um adolescente de 13 anos. O fato aconteceu na tarde de hoje (ontem), 23 de abril, no município de São Lourenço da Mata”.

TREM BALA

Integrantes de facção criminosa condenados

O 4º Tribunal do Júri da Capital condenou três integrantes de uma facção criminosa por um homicídio registrado em Sirinhaém, no Litoral Sul de Pernambuco. Segundo o Ministério Público de Pernambuco (MPPE), a sentença saiu na semana passada. Ainda conforme o MPPE, Fábio Barreto Mulato da Silva (Mago), Emerson da Silva Santos (Mexa) e Felipe Laureano (Felipinho) pegaram penas de 18 anos de reclusão em regime prisional inicial fechado.

Integrantes da organização Trem Bala, eles foram condenados pelo homicídio qualificado de Washington Henrique de Albuquerque, em 2018. O crime foi praticado “por motivo torpe, consistente no controle de pontos de tráfico de drogas em diversos municípios do litoral sul de Pernambuco. A pena também foi estabelecida, uma vez que a Justiça entendeu que o trio usou “recurso que dificultou a defesa da vítima”.

O promotor de Justiça Fernando Della Latta Camargo, responsável pela acusação, informou que todos os pedidos do Ministério Público de Pernambuco foram acolhidos pelo Conselho de Sentença.

Os condenados respondem a outras ações penais por latrocínio, tráfico de drogas, associação ao tráfico, porte ilegal de arma de fogo e homicídios na região, sendo considerados de elevada periculosidade.

Iphan quer retirada de letreiros luminosos

Instituição alega que anúncios em abrigos nos pontos de ônibus dificultam "visibilidade de prédios tombados" no Centro do Recife

NICOLLE GOMES

O Instituto do Patrimônio Histórico e Cultural Nacional (Iphan) pediu a retirada de anúncios superiores luminosos de pontos de ônibus no Centro do Recife. A solicitação foi encaminhada para a empresa responsável pelos novos abrigos. Segundo o Iphan, os letreiros de duas paradas seriam responsáveis "pela interceptação de visibilidade de patrimônios tombados". O pedido veio após uma denúncia do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB/PE).

A entidade constatou interferências causadas pelos elementos publicitários luminosos no Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico do Bairro do Recife. Procurado pela reportagem, o Iphan informou que recebeu a denúncia e verificou interposições dos abrigos de ônibus. A empresa encaminhou sua defesa à Superintendência do Iphan em Pernambuco e o caso está em análise pela Procuradoria Federal.

MOURA PARTICIPAÇÕES S.A. CNPJ/MF 09.815.671/0001-85 - NIRE 2630001072-1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO EXERCÍCIO DE 2023 Senhores Acionistas, A Moura Participações S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de Belo Jardim, estado de Pernambuco e tem por objeto social participar de outras sociedades com atividades não financeiras, sediadas no Brasil ou no exterior, como sócia ou acionista, podendo exercer o controle do capital destas na forma de holding ou atuar como simples sociedade de participação, sem controle acionário. Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Companhia submete à apreciação dos Senhores Acionistas o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, fornecedores, colaboradores e parceiros de negócios, pela confiança demonstrada ao longo do ano e aos diretores e funcionários pelo esforço, competência, lealdade e dedicação que possibilitaram os resultados alcançados no período. A Diretoria, Tiago Tasso **Diretor Executivo**; Moacy Freitas **Diretor Executivo** e Alexandre Fernando de Lima Rios **Contador CRC SP 293.938/O-2**

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
Ativo	**Nota**	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	316	87	41.645	27.078
Aplicações financeiras	9	10.711	32.874	809.348	787.986
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	1.588	-
Contas a receber de clientes	10	-	-	456.257	507.899
Estoques	11	17	-	572.145	693.584
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	12.1	5.428	-	25.654	32.355
Tributos a recuperar	12.2	756	91	171.822	178.219
Dividendos a receber	14	30.675	13.539	-	-
Adiantamentos a terceiros		319	263	54.408	62.532
Mútuos com partes relacionadas	21	-	-	-	4.500
Despesas antecipadas		754	449	838	542
Outras contas a receber		8.575	10.108	20.419	18.192
Total do ativo circulante		**57.551**	**57.411**	**2.154.124**	**2.312.887**
Ativo não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras	9	4.180	12.695	51.062	74.238
Tributos a recuperar	12.2	-	-	1.399	1.426
Precatórios a receber	12.3	-	-	170.838	157.795
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	12.1	-	-	39.241	31.787
Tributos diferidos		-	-	15.021	10.527
Adiantamento para futuro aumento de capital	14e	7.418	7.365	5.181	4.328
Mútuo com partes relacionadas	21	49.804	-	56	-
Depósitos judiciais	13	-	-	625	2.103
Outras contas a receber		-	-	853	466
Total do realizável a longo prazo		**61.402**	**20.060**	**284.276**	**282.670**
Investimentos	14	3.338.564	3.174.295	58.250	43.517
Imobilizado	15	8.356	2.188	1.481.044	1.233.419
Intangível	16	10.014	3.297	188.254	181.314
Total do ativo não circulante		**3.418.336**	**3.199.840**	**2.011.824**	**1.740.920**
Total do ativo		**3.475.887**	**3.257.251**	**4.165.948**	**4.053.807**

		Controladora		Consolidado	
Passivo	**Nota**	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Passivo circulante					
Fornecedores	17	4.894	4.516	211.859	255.242
Empréstimos e financiamentos	18	606	-	88.011	201.790
Passivo de contratos		-	-	-	2.201
Salários e encargos a pagar		12.227	10.427	72.250	68.706
Tributos a recolher	19	380	369	51.423	45.658
Imposto de renda e contribuição social a recolher	19.1	-	171	1.446	26.058
Dividendos a pagar	22	109.603	109.821	109.646	110.401
Outras contas a pagar		1.842	766	55.917	18.996
Total do passivo circulante		**129.552**	**126.070**	**590.552**	**729.052**
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	18	3.721	-	132.466	91.525
Tributos a recolher	19.1	-	-	356	514
Tributos diferidos		-	-	26.942	25.708
Provisão para perda de investimento	14	1.207	-	1.207	-
Mútuo com partes relacionadas	21	-	-	6.100	-
Provisão para contingências	20	2	-	44.934	40.099
Outras contas a pagar		978	1.177	6.394	9.082
Total do passivo não circulante		**5.908**	**1.177**	**218.399**	**166.928**
Patrimônio líquido	22				
Capital social		430.724	430.724	430.724	430.724
Reservas de lucros		2.844.263	2.567.322	2.844.263	2.567.322
Ajuste de avaliação patrimonial		65.440	131.958	65.440	131.958
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		**3.340.427**	**3.130.004**	**3.340.427**	**3.130.004**
Participação dos acionistas não controladores		-	-	16.570	27.823
Total do patrimônio líquido		**3.340.427**	**3.130.004**	**3.356.997**	**3.157.827**
Total do passivo e patrimônio liquido		**3.475.887**	**3.257.251**	**4.165.948**	**4.053.807**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.
As demonstrações completas encontram-se na sede da companhia.

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Receita operacional líquida	23	-	-	2.426.349	2.568.286
Custos dos produtos vendidos e das mercadorias revendidas	24	-	-	(1.643.886)	(1.716.991)
Lucro bruto		**-**	**-**	**782.463**	**851.295**
Despesas de vendas	24	-	-	(168.583)	(207.916)
Provisão para perda esperada de créditos	24	-	-	(14.459)	(196)
Administrativas e gerais	24	(10.552)	(11.711)	(209.531)	(222.122)
Outras receitas operacionais, líquidas	24	154	358	19.446	39.140
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos		**(10.398)**	**(11.353)**	**409.336**	**460.201**
Receitas financeiras	25	15.214	1.947	291.761	276.340
Despesas financeiras	25	(24.811)	(1.872)	(210.294)	(189.266)
Resultado financeiro, líquido		**(9.597)**	**75**	**81.467**	**87.074**
Resultado de equivalência patrimonial		**458.995**	**451.463**	**(1.980)**	**(1.796)**
Resultado antes dos impostos		**439.000**	**440.185**	**488.823**	**545.479**
Imposto de renda e contribuição social	26				
Corrente		(588)	(903)	(48.671)	(80.078)
Diferido		-	-	3.260	(13.115)
Lucro líquido do exercício		**438.412**	**439.282**	**443.412**	**452.286**
Resultado atribuído aos:					
Acionistas controladores				438.412	439.282
Acionistas não controladores				5.000	13.004
Lucro líquido do exercício		**438.412**	**439.282**	**443.412**	**452.286**
Lucro por ação em Reais básico e diluído	22	**34**	**34**	**34**	**35**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.
As demonstrações completas encontram-se na sede da companhia.

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Lucro líquido do exercício		**438.412**	**439.282**	**443.412**	**452.286**
Efeito da aplicação do CPC 42 (hiperinflação)	24	70.514	103.268	77.561	108.818
(Perda) Ganho na conversão de investimentos no exterior	24	(141.226)	(76.225)	(155.987)	(76.225)
Constituição da reserva de Hedge	24	4.013	(2.201)	4.013	(2.201)
Resultado abrangente total		**371.713**	**464.124**	**368.999**	**482.678**
Resultado abrangente atribuível aos:					
Acionistas controladores				371.713	464.124
Acionistas não controladores				(2.714)	18.554
Resultado abrangente total		**371.713**	**464.124**	**368.999**	**482.678**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.
As demonstrações completas encontram-se na sede da companhia.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		**438.412**	**439.282**	**443.412**	**452.286**
Ajustado por :					
Depreciação e amortização	15/16	1.070	453	118.753	104.240
Resultado da equivalência patrimonial	14	(458.995)	(451.463)	1.980	1.796
Ajustes de avaliação patrimonial	15/16	-	(1.028)	(24.199)	6.488
Valor residual das baixas do imobilizado	15	-	-	14.627	4.037
Valor residual das baixas do intangível	16	-	40	208	1.600
Constituição de provisão para contingências	20	2	-	4.835	25.438
(Reversão) de provisão para perdas esperadas de crédito	10	-	-	14.459	196
(Reversão) Constituição de provisão para perda de estoque	11	-	-	(4.122)	(2.772)
Impostos diferidos	26	-	-	(3.260)	13.115
Imposto de renda e contribuição social corrente	26	588	903	48.671	80.078
Outras receitas sobre recuperação de despesas	12.3	-	-	-	(23.196)
Juros de precatórios	12.3	-	-	(13.043)	(25.002)
Juros e variações sobre mútuos ativo	21	(540)	(25)	371	(50)
Juros e variações sobre mútuos passivo	21	-	1.852	962	-
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas ativo	9	(2.802)	(1.904)	(32.770)	(53.639)
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas passivo	18	17	-	(17.737)	27.398
Perda com instrumentos financeiros	9	12.546	-	12.546	-
Outros		-	(65)	50	-
		(9.702)	**(11.955)**	**565.743**	**612.013**
Variações:					
Decréscimo (acréscimo) de ativos					
Contas a receber de clientes		-	-	37.184	1.604
Estoques		(17)	-	125.561	(63.793)
Tributos a recuperar		(6.093)	253	(53.392)	(46.536)
Adiantamentos a terceiros		(56)	193	8.124	(11.387)
Despesas antecipadas		(305)	109	(296)	77
Depósitos judiciais	13	-	-	1.478	(261)
Outras contas a receber		1.533	7.575	(2.614)	12.310
Acréscimo (decréscimo) de passivos					
Fornecedores	17	378	2.662	(96.523)	8.268
Salários e encargos a pagar		1.800	1.208	3.544	7.875
Tributos a recolher	19	68	(727)	5.765	(41.003)
Outras contas a pagar		877	195	34.233	9.652
Caixa (usado nas) gerado pelas atividades operacionais		**(11.517)**	**(487)**	**628.807**	**488.819**
Recebimento de juros de mútuo	21	-	25	603	77
Pagamento de juros de mútuo	21	-	(2.540)	-	-
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social		(816)	-	(14.378)	(11.015)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	18	-	-	(30.377)	(33.410)
Aplicações financeiras		-	(193.700)	(2.561.076)	(1.937.687)
Resgates de aplicações financeiras	9d	-	157.940	2.578.509	1.883.929
Fluxo de caixa gerado pelas (usados nas) atividades operacionais		**(12.333)**	**(38.762)**	**602.088**	**390.713**
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aplicações financeiras		(152.317)	-	(762.845)	(1.261.473)
Resgates de aplicações financeiras		173.251	-	767.451	1.153.042
Adições de imobilizado	15	(6.836)	(728)	(340.532)	(175.297)
Adições de intangível	16	(7.119)	(2.486)	(39.877)	(23.105)
Baixa (Aumento) de investimento em controlada	14	(1.450)	(7.987)	-	(5.297)
Adiantamento para futuro aumento de capital	14e	(16.884)	(6.187)	(17.684)	(3.150)
Mútuo concedido	21	(49.264)	-	-	(4.755)
Recebimento de mútuo	21	-	388	3.470	228
Dividendos recebidos	14d	230.559	124.607	1.466	1.475
Fluxo de caixa gerado pelas (usado nas) atividades de investimento		**169.940**	**107.607**	**(388.551)**	**(318.332)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captações de empréstimos e financiamentos	18	4.758	-	151.369	144.507
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos	18	-	-	(178.078)	(152.033)
Captação de mútuo	21	-	-	5.138	-
Pagamentos de mútuos	21	-	(15.000)	-	-
Pagamento de arrendamentos	18	(447)	-	(6.783)	(6.814)
Pagamento de dividendos	22d	(161.689)	(54.402)	(170.616)	(55.108)
Fluxo de caixa usado nas atividades de financiamento		**(157.378)**	**(69.402)**	**(198.970)**	**(69.448)**
Aumento (Redução) de caixa e equivalente de caixa		**229**	**(557)**	**14.567**	**2.933**
Variação de caixa e equivalente de caixa					
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício		87	644	27.078	24.145
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício		316	87	41.645	27.078
Aumento (Redução) de caixa e equivalente de caixa		**229**	**(557)**	**14.567**	**2.933**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.
As demonstrações completas encontram-se na sede da companhia.

Contador: Alexandre Fernando de Lima Rios
CRC: SP293.938/O-2

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

		Atribuível aos acionistas controladores							
			Reserva de lucros						
	Nota	**Capital social**	**Reserva legal**	**Reserva especial de dividendos**	**Lucros acumulados**	**Ajuste de avaliação patrimonial**	**Subtotal**	**Participação de não controladores**	**Total consolidado**
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**430.724**	**86.145**	**2.087.973**	**-**	**107.199**	**2.712.041**	**11.387**	**2.723.428**
Ajuste de investimentos		-	-	-	-	(83)	**(83)**	**(929)**	**(1.012)**
Lucro líquido do exercício		**-**	**-**	**-**	**439.282**	**-**	**439.282**	**13.004**	**452.286**
Efeito da aplicação do CPC 42 (hiperinflação)	24	-	-	-	-	103.268	103.268	5.550	108.818
Reserva de Hedge	24					(2.201)	(2.201)	-	(2.201)
Ganho (perda) na conversão de investimentos no exterior	24	-	-	-	-	(76.225)	(76.225)	-	(76.225)
Resultado abrangente total		**-**	**-**	**-**	**439.282**	**24.842**	**464.124**	**18.554**	**482.678**
Dividendos não reclamados				65.555			65.555		65.555
Destinação do lucro:									
Reserva especial de dividendos	24	-	-	329.461	(329.461)	-	-	-	-
Dividendos distribuídos	24	-	-	(1.812)	(109.821)	-	(111.633)	(1.189)	(112.822)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**430.724**	**86.145**	**2.481.177**	**-**	**131.958**	**3.130.004**	**27.823**	**3.157.827**
Ajuste de investimentos		-	-	-	-	181	181	(149)	32
Lucro líquido do exercício		**-**	**-**	**-**	**438.412**	**-**	**438.412**	**5.000**	**443.412**
Efeito da aplicação do CPC 42 (hiperinflação)	24	-	-	-	-	70.514	70.514	7.047	77.561
Reserva de Hedge		-	-	-	-	4.013	4.013	-	4.013
Ganho (perda) na conversão de investimentos no exterior	24	-	-	-	-	(141.226)	(141.226)	(14.761)	(155.987)
Resultado abrangente total					**438.412**	**(66.699)**	**371.713**	**(2.714)**	**368.999**
Dividendos pagos				(51.868)	-	-	(51.868)	(8.364)	(60.232)
Destinação do lucro:									
Reserva especial de dividendos	24	-	-	328.809	(328.809)	-	-	-	-
Dividendos distribuídos	24	-	-	-	(109.603)	-	(109.603)	(26)	(109.629)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**430.724**	**86.145**	**2.758.118**	**-**	**65.440**	**3.340.427**	**16.570**	**3.356.997**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis. As demonstrações completas encontram-se na sede da companhia.

D4Sign d038ff9e-8044-4382-81b5-4cc679caad8d - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

Conteúdo produzido pelo jornal Diario de Pernambuco S/A
A autenticidade deste documento pode ser comprovada pelo QR Code ao lado ou acessando o site
https://publicidadelegaldp.com.br/20240424/

DIVULGAÇÃO

Atuação ocorre em diversas regiões, contemplando áreas urbanas e também rurais

Projeto tem como meta transformar realidades

Transformação foi criado em 2018 e oferece distribuição de roupas, cestas básicas e eventos especiais ao longo do ano, abrangendo desde crianças até idosos

JULIANE MARINHO

Em busca de promover impacto positivo e mudanças significativas na vida de pessoas em vulnerabilidade social, o projeto Transformação foi criado em 2018. O propósito é transformar realidades, resgatando a cidadania por meio de atividades práticas e rápidas, sendo elas pontuais ou emergenciais. O público atendido pela ação abrange desde crianças até idosos.

O projeto trabalha com ações de assistencialismo e desenvolvimento, procurando unir esses dois pilares para um bom resultado. Entre as atividades estão o Varal Solidário, que distribui peças de roupas, entrega de cestas básicas, recargas de botijões de gás e eventos especiais ao longo do ano, como Natal Solidário, Páscoa e Dia das Mães. A entidade junto a seus parceiros oferecem oficinas de empreendedorismo, capacitando indivíduos para que eles possam contruir um futuro melhor. “Nessas ações, encontramos a capacidade de acolher, conquistar e estabelecer vínculos profundos, tudo com base no respeito mútuo. Estamos todos interligados, e ações positivas geram mais feitos positivoss, criando uma corrente de amor e solidariedade”, salientou fundadora do projeto, Ellen Faye.

O projeto atua em diversas regiões, abrangendo tanto áreas urbanas quanto rurais. Na capital, são desenvolve atividades na comunidade 21 de Abril, no bairro da Várzra, Zona Oeste do Recife. Também são atendidas a cidade de Araçoiaba, na Região Metropolitana do Recife e São José da Coroa Grande, no Litoral Sul de Pernambuco. “É uma fonte de inspiração poder ajudar as pessoas e colaborar com outros que compartilham propósitos semelhantes, incentivando-os a desenvolverem seus próprios potenciais”, disse a idealizadora da iniciativa.

Os maiores desafios do projeto estão alinhados com as suas principais metas, sendo a busca pela sustentabilidade financeira, visando garantir a continuidade e o crescimento das das ações. Outra demanda é a obtenção de um espaço físico próprio e formalização do projeto como uma Organização Não-Governamental (ONG). “Com a obtenção de um espaço próprio poderemos organizar salas equipadas dedicadas a diferentes atividades, como atendimento de saúde mental, realização de oficinas e proporcionando momentos de lazer para a comunidade.”, detalhou Ellen.

É possível ajudar o projeto por meio doações de materiais, entrando em contato pela rede social Instagram, @_projetotransformacao ou deixando os itens na sede da ação, na Rua Manoel Correia, 245, no bairro da Várzea. Também pode ser feita uma doação financeira através do Pix transformacaoempatia@gmail.com (e-mail).

Se você participa de uma Organização Não-Governamental (ONG) ou conhece projeto social e deseja que a história dessa ação seja contada no DP+Social, sugira através do nosso e-mail: social@diariodepernambuco.com.br.

AUXÍLIO

Mães de Pernambuco tem prazo prorrogado

O Governo de Pernambuco anunciou, ontem, que o Programa Mães de Pernambuco prorrogou o prazo para as mulheres que ainda não confirmaram participação no site oficial da iniciativa. O período original de confirmação se encerra amanhã. O pagamento para as mulheres que confirmarem até lá está previsto para o dia 13 de maio, a segunda-feira seguinte ao Dia das Mães. Quem perder essa data terá entre 30 de abril e 20 de maio para formalizar a confirmação; esse grupo, no entanto, só receberá a partir de junho, quando os pagamentos passam a ocorrer até o quinto dia útil.

“O cronograma envolve as próximas etapas, que incluem enviar para a Caixa Econômica Federal os dados das beneficiárias para operacionalização dos pagamentos, emissão e envio dos cartões. Por isso decidimos estender o prazo para quem ainda não confirmou, sem prejudicar aquelas que já deixaram seu aceite”, avalia o secretário Carlos Braga, da Secretaria de Assistência Social, Combate à Fome e Políticas sobre Drogas (SAS).

Até ontem, 68 mil mulheres tinham entrado no site www.maesdepernambuco.pe.gov.br e confirmado que estão interessadas em receber o auxílio. Esse total representa um universo de 82 mil crianças alcançadas.

O programa vai pagar um auxílio mensal de R$ 300 para mães e cuidadoras mais vulneráveis. Os recursos já estão no orçamento de 2024, oriundos do Tesouro Estadual: são R$ 30 milhões mensais investidos pelo governo do estado, um total de R$ 360 milhões por ano.

COMO FAZER

As mulheres precisam cumprir cinco critérios, simultaneamente: ser responsável familiar; morar em Pernambuco; ser beneficiária do Programa Bolsa Família e manter os dados do Cadastro Único (CadÚnico) atualizados; estar gestante, ser mãe ou responsável por criança de 0 a 6 anos; e não ter vínculo empregatício formal.

HESÍODO GÓES/SECOM

Programa foi lançado pelo governo no fim do mês de março

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAMANDARÉ

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo nº 09/2024 Concorrência Eletrônica nº 04/2024. Obras. Contratação de serviços de engenharia para construção de uma escola de 05 salas (projeto padrão FNDE) no Engenho Coqueiro, Zona Rural do Município de Tamandaré. Sessão de Abertura: 13/05/2024 às 09h. Edital e anexos serão obtidos pela Plataforma Bolsa Nacional de Compras: **www.bnc.org.br**. Outras informações podem ser obtidas em dias úteis, no horário de **8h:00m às 14h:00m**, no Setor da Comissão de Contratação - Sede da Prefeitura, na Av. José Bezerra Sobrinho, s/n, centro, ou ainda, por e-mail: **licitacaotamandare@gmail.com**.

Tamandaré/PE, 22/04/2024

Silmara Lima da Silva
Secretária de Educação

Cachorro morre após erro em vôo da Gol

Joca saiu com o tutor, João, de Guarulhos, com destino a Sinop. O pet, contudo, foi enviado a Fortaleza. No retorno a São Paulo, morreu

REPRODUÇÃO/REDES SOCIAIS

Família de João acusa a Gol de não ter cuidado de Joca

Um cachorro da raça golden retriever, de 4 anos, morreu durante o transporte aéreo da Gollog — empresa da companhia Gol. Na segunda-feira (22), o pet deveria ter sido levado do Aeroporto de Guarulhos, em São Paulo, para Sinop (MT), no mesmo voo do tutor, mas por um erro na logística da companhia aérea, o animal foi mandado para Fortaleza (CE). Joca, como era chamado, ao ser levado novamente à Guarulhos para reencontrar o dono, foi encontrado morto.

Após desembarcar em Sinop, o tutor, João Fantazzini, foi notificado do erro e optou por voltar a Guarulhos para reencontrar o pet. Porém, quando chegou foi informado da morte de Joca. A família de João acusa a empresa de não ter prestado os cuidados necessários ao animal. A Gol afirma que acompanhou Joca em todo o trajeto e que o falecimento foi em São Paulo, depois do retorno.

"Chegando em Fortaleza, eles [Gol], deixaram o cachorro no sol na pista dentro da caixa. Nosso Joca chegou em SP e deram a notícia de que ele estava morto! Lamentável, Joca era um cachorro de apoio emocional. [...] Por um erro, acabou com nossa família! Nada vai trazer o nosso Joca de volta", contou Giovanna Fantazzini, irmã do tutor do Joca.

Em nota, a empresa disse que se solidariza com o sofrimento do tutor e de sua família: "entendemos a sua dor e lamentamos"

O QUE DIZ A GOL

Por meio de nota enviada à reportagem, a Gol afirmou que foi surpreendida pela morte do animal e que está oferecendo desde o primeiro momento todo o suporte necessário ao tutor e sua família. A apuração dos detalhes do ocorrido está sendo conduzida com total prioridade. "A GOL se solidariza com o sofrimento do tutor do Joca e de sua família. Entendemos a sua dor e lamentamos profundamente pela perda do seu animal de estimação", informou em nota. **(Correio Braziliense)**

ELETRICIDADE DO BRASIL S.A. - EBRASIL

CNPJ 10.538.273/0001-48 NIRE 2630.001.692-3

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 2024

1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada aos 19 de abril de 2024, às 14 horas, na sede social da **ELETRICIDADE DO BRASIL S.A. - EBRASIL** ("Companhia"), localizada na cidade de Recife, estado de Pernambuco, na Avenida Engenheiro Antonio de Góes, nº 60, conjunto 801-D, Bairro do Pina, CEP 51010-000. **2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação, conforme o disposto no art. 14, parágrafo 2° do Estatuto Social da Companhia, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **3. MESA:** Presidente: Dionon Lustosa Cantareli Júnior; e Secretário: Carlos Wilson Silva Ribeiro. **4. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre **(i)** a aprovação para a prestação, pela Companhia, de garantia fidejussória na forma de aval ("Aval"), de forma a garantir todas as obrigações da **CENTRAIS ELÉTRICAS DE PERNAMBUCO LTDA.**, sociedade empresária limitada com sede na cidade de Recife, Estado de Pernambuco, na Avenida Engenheiro Antonio de Goes, nº 60, conjunto 801, Pina, CEP 51010-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica ("CNPJ") sob o n.º 06.212.748/0001-34 ("Emissora"), no âmbito da 1ª (primeira) emissão de notas comerciais escriturais, com garantia fidejussória, em 2 (duas) séries, da Emissora ("Notas Comerciais"), para colocação privada ("Emissão"), nos termos do "*Termo de Emissão da 1ª (Primeira) Emissão de Notas Comerciais Escriturais, com Garantia Fidejussória, em 2 (Duas) Séries, para Colocação Privada, da Centrais Elétricas de Pernambuco Ltda.*" ("Termo de Emissão"), a ser celebrado entre a Emissora, na qualidade de emitente das Notas Comerciais, a **OPEA SECURITIZADORA S.A.**, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ") sob o nº 02.773.542/0001-22, na qualidade de subscritora das Notas Comerciais ("Securitizadora"), e, na qualidade de avalistas, a Companhia, e o **DIONON CANTARELI**; inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ("CPF") sob o nº 932.713.018-91 ("Dionon Cantareli" e, em conjunto com a Companhia, "Avalistas") **(ii)** a autorização para a prática, pela Diretoria da Companhia e/ou por seus procuradores constituídos, de todo e qualquer ato necessário ou conveniente à outorga do Aval no âmbito da emissão das Notas Comerciais para vinculação aos certificados de recebíveis da 6ª (sexta) emissão da Securitizadora, em duas séries ("CR"), os quais serão ofertados por meio de distribuição pública, realizada sob o rito de registro automático, nos termos dos artigos 25 e 26, inciso VIII, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160"), por se tratar de oferta pública de distribuição de títulos de securitização emitidos por companhia securitizadora registrada na CVM destinada a Investidores Profissionais (conforme definidos no artigo 11 da Resolução CVM nº 30, de 11 de maio de 2021), nos termos da Resolução CVM 160, da Resolução da CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme alterada, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta"), e a celebração de todos os documentos e eventuais aditamentos no âmbito da Emissão e da Oferta, incluindo, mas não se limitando à assinatura do Termo de Emissão e do "*Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, sob o Regime Misto de Garantia Firme e Melhores Esforços de Colocação, de Certificados de Recebíveis de Notas Comerciais das 1ª (Primeira) e 2ª (Segunda) Séries da 6ª (Sexta) Emissão da Opea Securitizadora S.A.*" ("Contrato de Distribuição") a ser celebrado entre a Companhia, a Securitizadora, os Avalistas e instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenador Líder"), e **(iii)** ratificação de todos os atos relacionados às deliberações acima já praticados pela Diretoria da Companhia e/ou pelos procuradores por esta nomeados, relacionados ao Aval, às Notas Comerciais, à Emissão e à Oferta. **5. DELIBERAÇÕES:** Após a discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, a Diretoria aprovou, sem quaisquer ressalvas, o quanto segue: **5.1.** A outorga do Aval pela Companhia, em garantia do fiel e integral cumprimento (1) das obrigações principais, acessórias e moratórias, presentes ou futuras, no seu vencimento original ou antecipado, inclusive decorrentes dos juros, multas (inclusive indenizatórias), penalidades, dever de recompra, Encargos Moratórios (conforme abaixo definido) e indenizações relativas aos Direitos Creditórios (conforme abaixo definido); e (2) de todos os custos e despesas comprovadamente incorridos em relação à Emissão, incluindo penas convencionais, honorários advocatícios, custas, despesas judiciais ou extrajudiciais e tributos ("Obrigações Garantidas"). Nos termos a serem previstos no Termo de Emissão, a Emissão terá as seguintes características principais: **(a) Número da Emissão**: A Emissão constituirá a 1ª (primeira) emissão de Notas Comerciais da Emissora. **(b) Número de Séries**: A Emissão será realizada em 2 (duas) séries. **(c) Valor Total da Emissão**: O valor total da Emissão será de R$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), na Data de Emissão ("Valor Total da Emissão"), sendo (i) R$ 170.000.000,00 (cento e setenta milhões de reais) referentes às Notas Comerciais colocadas no âmbito da 1ª (primeira) série ("Notas Comerciais Sêniores"); e (ii) R$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) referentes às Notas Comerciais colocadas no âmbito da 2ª (segunda) série ("Notas Comerciais Subordinadas"). **(d) Destinação dos Recursos**: A totalidade dos recursos líquidos captados pela Emissora por meio da Emissão será destinada para reforço de capital de giro da Emissora, bem como para usos corporativos gerais ("Destinação dos Recursos"). **(e) Vinculação aos CR**: A Securitizadora subscreverá a totalidade das Notas Comerciais e, após tal subscrição, será a única titular das Notas Comerciais, passando a ser credora de todas as obrigações, principais e acessórias, devidas pela Emissora e pelos Avalistas no âmbito das Notas Comerciais, bem como de todos e quaisquer encargos moratórios, multas, penalidades, indenizações, despesas, custas, honorários e demais encargos contratuais e legais previstos ou decorrentes do Termo de Emissão ("Direitos Creditórios"). As Notas Comerciais serão vinculadas aos CR, que serão objeto de Oferta, a ser realizada nos termos da Resolução CVM 160 e da Resolução CVM 60, sendo que os CR serão distribuídos em regime misto de garantia firme e melhores esforços de colocação, nos termos do "*Termo de Securitização dos Certificados de Recebíveis de Notas Comerciais das 1ª (Primeira) e 2ª (Segunda) Séries da 6ª (Sexta) Emissão da Opea Securitizadora S.A. com Lastro em Direitos Creditórios Devidos pela Centrais Elétricas de Pernambuco Ltda.*", a ser celebrado entre a Securitizadora e a **VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº 22.610.500/0001-88, na qualidade de agente fiduciário ("Agente Fiduciário" e "Termo de Securitização", respectivamente). **(f) Direito de Preferência**: Não haverá direito de preferência na subscrição das Notas Comerciais. **(g) Valor Nominal Unitário**: O valor nominal unitário das Notas Comerciais, na Data de Emissão, será de R$1.000,00 (mil reais) ("Valor Nominal Unitário"). **(h) Quantidade de Notas Comerciais Escriturais**: Serão emitidas 200.000 (duzentas mil) Notas Comerciais, sendo (i) 170.000 (cento e setenta mil) Notas Comerciais Sêniores e **(ii)** 30.000 (trinta mil) Notas Comerciais Subordinadas. **(i) Data de Emissão**: Para todos os efeitos, a data de emissão das Notas Comerciais será aquela definida no Termo de Emissão ("Data de Emissão"). **(j) Prazo e Data de Vencimento**: Observado o disposto no Termo de Emissão, as Notas Comerciais terão prazo de vigência de 1.096 (um mil e noventa e seis) dias contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 23 de abril de 2027 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Notas Comerciais ou de resgate antecipado total decorrente de Oferta Facultativa de Resgate Antecipado (conforme definido abaixo) ou de Resgate Antecipado Facultativo Total (conforme definido abaixo) das Notas Comerciais, nos termos do Termo de Emissão e da legislação e regulamentação aplicáveis. **(k) Colocação das Notas Comerciais**: As Notas Comerciais serão objeto de colocação privada, sem a intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, não estando sujeitas, portanto, ao registro de emissão perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei de Valores Mobiliários"), e ao registro perante a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA"), conforme previsto no Termo de Emissão. **(l) Registro para Distribuição, Negociação, Custódia Eletrônica e Liquidação**: As Notas Comerciais não serão registradas para negociação em qualquer mercado regulamentado de valores mobiliários. As Notas Comerciais não poderão ser, sob qualquer forma, cedidas, vendidas, alienadas ou transferidas, exceto em caso de eventual liquidação do patrimônio separado dos CR ("Patrimônio Separado"), nos termos a serem previstos no Termo de Securitização. As transferências de titularidade das Notas Comerciais serão realizadas conforme os procedimentos da **FRAM CAPITAL DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, inscrita no CNPJ sob o nº 13.673.855/0001-25, na qualidade de escriturador das notas comerciais ("Escriturador"). **(m) Preço de Subscrição e Forma de Integralização:** As Notas Comerciais serão subscritas pela Securitizadora e integralizadas mediante o cumprimento de determinadas condições precedentes a serem previstas, à vista e em moeda corrente nacional, (i) na primeira Data de Integralização ("Primeira Data de Integralização"), pelo Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais, e (ii) após a Primeira Data de Integralização, pelo Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais, acrescido da respectiva Remuneração (conforme abaixo definido), calculada *pro rata temporis*, desde a Primeira Data de Integralização até a data da efetiva integralização ("Preço de Integralização"), observado o disposto no Termo de Emissão; **(n) Conversibilidade e Permutabilidade**: As Notas Comerciais serão simples e não serão conversíveis em participação societária na Sociedade, conforme disposto no artigo 45 da Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021, conforme em vigor ("Lei 14.195"). **(o) Espécie**: As Notas Comerciais Escriturais serão da espécie com garantia fidejussória. **(p) Forma, Tipo e Comprovação de Titularidade**: As Notas Comerciais serão emitidas sob a forma escritural, nos termos do artigo 45 da Lei 14.195, sem emissão de certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Notas Comerciais será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Escriturador das Notas Comerciais, que servirá como comprovante de titularidade de tais Notas Comerciais, nos termos dos artigos 45 e 49 da Lei 14.195. **(q) Garantia Fidejussória**. Os Avalistas outorgarão, no âmbito do Termo de Emissão, em caráter irrevogável e irretratável, na condição de avalistas, principais pagadores e responsáveis solidários, em garantia do fiel e integral cumprimento das Obrigações Garantidas, conforme a serem estabelecidas no Termo de Emissão ("Aval"). **(r) Atualização Monetária**: O Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais não será atualizado monetariamente. **(s) Remuneração das Notas Comerciais**: Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Sêniores e o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Subordinadas, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", calculadas e divulgadas diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página na rede mundial de computadores (http://www.b3.com.br) ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de sobretaxa (*spread*) de (i) 1,20% (um inteiro e vinte centésimos por cento) ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis para as Notas Comerciais Sêniores, e (ii) 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis para as Notas Comerciais Subordinadas ("*Spread*" e, em conjunto com a Taxa DI, "Remuneração"), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, calculado durante o respectivo Período de Capitalização (conforme a ser definido no Termo de Emissão), desde a primeira Data de Início da Rentabilidade ou a Data de Pagamento da Remuneração (conforme abaixo definido) imediatamente anterior, exclusive, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, inclusive, de acordo com a fórmula a ser prevista no Termo de Emissão. Para fins do Termo de Emissão, "Data Início da Rentabilidade" significa a Primeira Data de Integralização das Notas Comerciais **(t) Pagamento dos Juros Remuneratórios**: Sem prejuízo dos pagamentos decorrentes de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Notas Comerciais, de resgate antecipado total decorrente de Oferta de Resgate Antecipado ou do Resgate Antecipado Facultativo Total das Notas Comerciais ou, ainda, de Amortização Extraordinária Facultativa (conforme definido abaixo), nos termos previstos no Termo de Emissão, o pagamento efetivo da Remuneração será feito: **(i)** mensalmente, nas datas a serem previstas no Termo de Emissão (cada uma dessas datas, uma "Data de Pagamento da Remuneração"), sendo o primeiro o pagamento em 23 de maio de 2024, para as Notas Comerciais de ambas as séries e o último na Data de Vencimento das Notas Comerciais de ambas as séries; **(ii)** na data da liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Notas Comerciais em razão dos Eventos de Vencimento Antecipado (conforme definido abaixo); e/ou **(iii)** na data em que ocorrer o resgate antecipado total das Notas Comerciais, conforme a ser previsto no Termo de Emissão. **(u) Amortização do Principal das Notas Comerciais**: Sem prejuízo dos pagamentos decorrentes de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Notas Comerciais, de resgate antecipado total decorrente de Oferta Facultativa de Resgate Antecipado ou do Resgate Antecipado Facultativo Total das Notas Comerciais ou, ainda, de Amortização Extraordinária Facultativa, nos termos a serem previstos no Termo de Emissão, o Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais, conforme o caso, será amortizado em uma única data, na Data de Vencimento. **(v) Direito ao Recebimento dos Pagamentos**: Farão jus aos pagamentos relativos às Notas Comerciais aqueles que sejam titulares de Notas Comerciais ao final do Dia Útil imediatamente anterior a cada Data de Pagamento da Remuneração. **(w) Repactuação Programada**: As Notas Comerciais não serão objeto de repactuação programada. **(x) Local e Horário de Pagamento**: Os pagamentos a que fizerem jus as Notas Comerciais serão efetuados pela Emissora mediante crédito a ser realizado exclusivamente na conta corrente nº 99438-3, agência 0910 do Itaú Unibanco S.A. (341), vinculada ao patrimônio separado dos CR ("Conta do Patrimônio Separado"). **(y) Prorrogação dos Prazos**: Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se a data do vencimento coincidir com dia que não seja um Dia Útil no local de pagamento das Notas Comerciais, não sendo devido qualquer acréscimo aos valores a serem pagos. Para todos os fins do Termo de Emissão, considera-se "Dia Útil" (ou "Dias Úteis") todo dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional na República Federativa do Brasil. **(z) Encargos Moratórios**: Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido pela Emissora à Securitizadora nos termos do Termo de Emissão, adicionalmente ao pagamento da respectiva Remuneração das Notas Comerciais e Atualização Monetária, conforme aplicável, calculada *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, sobre todos e quaisquer valores em atraso incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, **(i)** juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados pro rata temporis desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e **(ii)** multa moratória, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) ("Encargos Moratórios"). **(aa) Resgate Antecipado Facultativo Total Ordinário**: A Emissora poderá resgatar antecipadamente a totalidade das Notas Comerciais Sêniores e/ou das Notas Comerciais Subordinadas, conforme o caso, a seu exclusivo critério, sendo vedado o resgate antecipado parcial da respectiva série, conforme o caso, mediante pagamento do Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total (conforme a ser definido no Termo de Emissão), a qualquer tempo a partir da Data de Início de Rentabilidade ("Resgate Antecipado Facultativo Total Ordinário"), observados os prazos, termos e condições estabelecidos no Termo de Emissão. Para fins de clareza, (1) as Notas Comerciais Subordinadas somente poderão ser resgatadas se (i) ocorrer, concomitantemente o resgate antecipado das Notas Comerciais Sêniores; e (ii) a Securitizadora receber a totalidade dos recursos do resgate das Notas Comerciais Sêniores e/ou das Notas Comerciais Subordinadas, conforme o caso, e (2) as Notas Comerciais Sêniores poderão ser resgatadas a qualquer tempo, independentemente do resgate antecipado das Notas Comerciais Subordinadas. **(bb) Resgate Antecipado Total por Alteração de Tributos.** Caso qualquer órgão competente venha a exigir, mesmo que sob a legislação fiscal vigente, o recolhimento, pagamento e/ou retenção de quaisquer outros tributos federais, estaduais ou municipais sobre os pagamentos ou reembolso previstos no Termo de Emissão, ou a legislação vigente venha a sofrer qualquer modificação ou, por quaisquer outros motivos, novos tributos venham a incidir sobre os pagamentos previstos no Termo de Emissão ("Alteração de Tributos"), a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade das Notas Comerciais, sendo vedado o resgate parcial ou o resgate total de apenas uma das séries das Notas Comerciais, a qualquer tempo, mediante comunicação prévia à Securitizadora e ao Agente Fiduciário com, no mínimo, 5 (cinco) Dias Úteis de antecedência da data proposta para o resgate, informando **(a)** a data em que o pagamento do preço de resgate das Notas Comerciais será realizado; **(b)** a descrição pormenorizada da hipótese de Alteração de Tributos que ensejou o resgate; e **(c)** as demais informações relevantes para a realização do resgate antecipado da totalidade das Notas Comerciais ("Resgate Antecipado Facultativo Total por Alteração de Tributos"). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total por Alteração de Tributos, a Emissora deverá realizar o pagamento do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais, acrescido **(i)** da Remuneração das Notas Comerciais da respectiva série, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Início da Rentabilidade ou a Data de Pagamento da Remuneração das Notas Comerciais da respectiva série imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, **(ii)** de eventuais Encargos Moratórios devidos e **(iii)** de eventuais tributos devidos nos termos a serem previstos no Termo de Emissão, não sendo devido o pagamento de qualquer prêmio. **(cc) Amortização Extraordinária Facultativa:** A Emissora poderá, a partir da Data de Início de Rentabilidade, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade da Securitizadora e, consequentemente, dos titulares dos CR, realizar a amortização extraordinária da totalidade das Notas Comerciais ou da totalidade de cada uma das séries das Notas Comerciais, conforme o caso, limitada a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais da respectiva série ("Amortização Extraordinária Facultativa"), observados os prazos, termos e condições a serem previstos no Termo de Emissão. Fica desde já ajustado que as Notas Comerciais Subordinadas somente poderão ser amortizadas extraordinariamente **(i)** caso seja realizada, concomitantemente, a Amortização Extraordinária Facultativa das Notas Comerciais Sêniores, na mesma proporção ou **(ii)** caso, após a realização da Amortização Extraordinária Facultativa das Notas Comerciais Subordinadas, o Índice de Senioridade (conforme a ser definido no Termo de Securitização) seja igual ou inferior ao índice de senioridade máximo de 85% (oitenta e cinco por cento) ("Índice de Senioridade Máximo"), nos termos a serem previstos no Termo de Securitização, conforme informado pela Securitizadora à Emissora. **(dd) Oferta Facultativa de Resgate Antecipado**: A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar oferta facultativa de resgate antecipado da totalidade das Notas Comerciais, com o consequente cancelamento das referidas Notas Comerciais que venham a ser resgatadas na forma deste item, que será endereçada à Securitizadora, de acordo com os termos e condições a serem previstos no Termo de Emissão ("Oferta Facultativa de Resgate Antecipado"). **(ee) Aquisição Facultativa**. A Emissora não poderá adquirir as Notas Comerciais. **(ff) Liquidez e Estabilização**: Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Notas Comerciais. **(gg) Fundo de Amortização**: Não será constituído fundo de amortização para a Emissão; **(hh) Vencimento Antecipado Automático**: A Securitizadora deverá, automaticamente, considerar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis, pela Emissora e/ou pelos Avalistas, observados os prazos de cura a serem estabelecidos individualmente nas hipóteses a serem previstas no Termo de Emissão, quando for o caso, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, todas as obrigações da Emissora e/ou dos Avalistas referentes às Notas Comerciais, na data em que tomar ciência da ocorrência de qualquer uma das hipóteses a serem previstas no Termo de Emissão ("Eventos de Vencimento Antecipado Automático"). **(ii) Vencimento Antecipado Não Automático**. A Securitizadora deverá convocar assembleia especial dos titulares de CR, no prazo a ser previsto no Termo de Emissão, e comunicar a Emissora, observados os termos e condições a serem previstos no Termo de Emissão, para que os titulares de CR reunidos em assembleia especial especialmente convocada para este fim, possam deliberar a respeito de eventual declaração do vencimento antecipado das obrigações da Emissora referentes às Notas Comerciais e, caso declarado o vencimento antecipado, exigirá da Emissora o pagamento do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais da respectiva série, acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade, ou da última Data de Pagamento da Remuneração da respectiva série, o que ocorrer por último, até a data do seu efetivo pagamento, sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios, quando for o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora em relação à respectiva série, nos termos do Termo de Emissão ("Eventos de Vencimento Antecipado Não Automáticos" e, em conjunto com os Eventos de Vencimento Antecipado Automáticos, os "Eventos de Vencimento Antecipado"). **(jj) Demais Características**: As demais características e condições da Emissão serão especificadas no Termo de Emissão. **5.2.** A prática, pela Diretoria da Companhia e/ou por seus procuradores constituídos, de todo e qualquer ato necessário ou conveniente à outorga do Aval no âmbito da emissão das Notas Comerciais para vinculação aos CR, nos termos da Resolução CVM 60 e da Lei 14.430, a serem ofertados nos termos da Resolução CVM 160, inclusive a celebração de todos os documentos e seus eventuais aditamentos no âmbito da Emissão e da Oferta, incluindo mas não se limitando à assinatura do Termo de Emissão e do Contrato de Distribuição. **5.3.** Ratificar todos os atos relacionados às deliberações acima já praticados pela Diretoria da Companhia e/ou pelos procuradores por esta nomeados, relacionados ao Aval, às Notas Comerciais, à Emissão e à Oferta. **6. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos, dos quais se lavrou a presente ata para que, depois de lida, achada conforme e aprovada, foi assinada por todos os presentes. **Mesa**: Presidente: Dionon Lustosa Cantareli Júnior; e Secretário: Carlos Wilson Silva Ribeiro. Conselheiros de Administração: Dionon Lustosa Cantareli Júnior, Josimary Lima Cantarelli, Diogo Lustosa Cantarelli e Lucas Lustosa Cantarelli. Certifico que a presente ata é cópia fiel da original, lavrada em livro próprio. São Paulo, 19 de abril de 2024. Mesa: Dionon Lustosa Cantareli Júnior - Presidente; Carlos Wilson Silva Ribeiro - Secretário.

Nova reforma **na Ilha**

Em participação ontem em programa no YouTube, presidente do Sport Yuri Romão revelou os planos de intervenções estruturais na casa rubro-negra

IGOR CYSNEIROS/SPORT

ÁGUA MINERAL NATURAL
SANTA CLARA
Ao seu lado em todos os momentos.
Desde 1937
www.aguasantaclara.com.br

Mandatário leonino está apresentando o novo projeto à Prefeitura do Recife para aprovação

HAIM FERREIRA E PAULO MOTA

O atual presidente do Sport, Yuri Romão, revelou planos ambiciosos para a Ilha do Retiro. Com a reforma acontecendo desde o início do ano para a troca do gramado e de toda parte elétrica, a Arena de Pernambuco vem sendo a casa temporária do Leão.

Ontem, em entrevista ao programa do colunista do DP Esportes Léo Medrado no YouTube - Léo Medrado e Traíras -, o mandatário rubro-negro revelou que o clube está se estruturando para colocar cadeiras retráteis e cobertura em todos os setores do estádio. Seria uma segunda etapa da reforma da Ilha.

Na nova proposta, também está prevista a criação de novos camarotes acima da arquibancada frontal, o que faria a capacidade aumentar para 35 mil pessoas. Hoje ela é de 32.983, mas só há autorização para 26.418 torcedores.

"Ainda não estamos fazendo reforma estrutural. Estamos tramitando e já apresentamos o nosso projeto a três órgãos da prefeitura. Estamos elaborando o projeto executivo para dar entrada no órgão competente (CCU) para aprovar", disse Romão.

Ainda não há data para essa nova etapa ser iniciada, mas a ideia é começar no ano que vem. "Vamos encadeirar, colocar camarotes e a ideia é fechar o estádio todo com esta tela que é usada nos estádios mais modernos. O aumento não é tão significativo do ponto de vista de público, mas sim em conforto", complementou Yuri Romão.

Segundo o presidente, os rubro-negros devem voltar a jogar na Ilha do Retiro em julho, se o clima ajudar. Este período é conhecido pelas fortes chuvas na Região Metropolitana do Recife, o que pode adiar o planejamento do retorno. No entanto, nada disso será impedimento para a reforma mais ampla prevista para sair do papel no ano que vem.

"A gente precisa aprovar na prefeitura para ter o alvará. Esse ano eu vou deixar tudo pronto para começar quando chegar a hora", finalizou.

FOLHA

No mesmo programa, Yuri revelou o quanto o Sport gasta mensalmente com o time de futebol profissional. O mandatário disse que o Leão gasta cerca de R$ 2,6 milhões por mês. O dirigente afirmou que o valor é menor do que o gasto no ano passado.

"O investimento esse ano, no que diz respeito à folha, por incrível que pareça é menor do que a do ano passado. Acho que vai haver mais algum investimento ou não. Isso vai ficar muito a critério do comitê gestor e dos diretores executivos e por parte também do professor Mariano Soso", afirmou.

No início de ano, o Leão contratou três jogadores em transações milionárias: Gustavo Coutinho: (R$ 7 milhões), Romarinho (R$ 2,5 milhões) e Thiago Couto (R$ 1,9 milhões). Yuri Romão justificou o alto investimento no futebol como sendo a única forma do Sport conseguir formar um time competitivo.

NÁUTICO

Mais agressividade no ataque

CAIO ANTUNES

O sistema ofensivo vem sendo o grande calcanhar de Aquiles do Náutico na temporada. Foi assim na Era Allan Aal e tem se repetido com o novo técnico, Mazola Júnior. Nas três partidas sob nova direção, a equipe marcou apenas um gol. E antes do empate por 1 a 1 contra a equipe do São Bernardo, no último domingo (21), pela 1ª rodada da Série C do Campeonato Brasileiro, eram quatro partidas seguidas sem balançar as redes.

Em entrevista coletiva na tarde de ontem, o atacante Gustavo Maia (uma das novas apostas para sistema ofensivo alvirrubro) falou sobre pedidos do treinador para melhorar desempenho do ataque do Timbu.

"Ele (Mazola) nos deixa muito à vontade, costuma pedir muita agressividade, 'facão' e muito chute ao gol. Tenho certeza de que a filosofia de trabalho do técnico é muito boa e teremos muitos gols pela frente", falou Gustavo Maia.

O Náutico volta a campo no próximo sábado (27), diante do ABC, em Natal.

RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Em reunião realizada ontem à noite, o Conselho Deliberativo decidiu que a multa a ser paga pelo Grupo Mateus será destinada apenas para a Recuperação Judicial - havia a possibilidade de uma parte ser investida no futebol.

Pela desistência unilateral do negócio - aluguel de três hectares do CT do Alvirrubro -, o grupo varejista vai destinar R$ 3 milhões ao Náutico, sendo R$ 2 milhões este ano e mais R$ 1 milhão até junho do ano que vem.

GABRIEL FRANÇA/NÁUTICO

Gustavo Maia estava no Vila Nova e veio para a Série C

Percepções distintas

Bastante distintas. Analisando o rendimento dos times pernambucanos nas estreias nacionais, advogo perspectivas bem diferentes para a disputa nas Séries. O Sport precisa de alguns ajustes, é bem verdade, mas há qualidade no time e no elenco. Mesmo sem três titulares, a equipe rendeu um bom futebol. Criou dez situações claras de gol, além dos três convertidos, teve uma boa intensidade na produção e na ação ofensiva e somente falhou nos gols sofridos por erros pontuais de Felipe e Fabinho. E apesar das críticas desferidas pelos torcedores às alterações de Soso, as opções dele pras vagas dos atletas "poupados" foram corretas. Cassiano, Titi Ortiz e Barletta entraram bem nas vagas de Thyere, Ruiz e Lucas. As mudanças durante o jogo, a exceção da troca recorrente de Coutinho por Zé Roberto, podem ser discutidas, mas não o condeno por elas. No Náutico a história é bem diferente. Sigo cético em não acreditar na evolução desse grupo. O time marca mal, não cria e, consequentemente, pouco, pouquíssimo, finaliza. Difícil acreditar nos discursos políticos e nas "frases feitas" de Mazola. Fui pros Aflitos domingo desejando, torcendo arduamente por um crescimento que não constatei em nenhum setor do time. Além de perceber um grupo de jogadores totalmente inseguros. Mazola pediu mais três semanas. Vamos aguardar, então. Mas não me passa a menor convicção de que vá dar certo. Convicção essa que, sinceramente, nem ele tem...

Seleção no Arruda

O estádio tricolor receberá a Seleção Brasileira feminina de futebol para um amistoso com renda toda revertida para o Santa Cruz. O jogo acontecerá em uma das duas datas FIFA programadas para final de maio/início de junho. Será a última ou a penúltima apresentação da Canarinha feminina antes das Olimpíadas de Paris. O desafio é ultrapassar a barreira dos 30 mil pagantes.

Yuri no Traíras I

A folha atual é menor que a do ano passado. Soso foi sugestão de Odair (gestor de mercado) e equipe. A Ilha terá na primeira etapa (prevista pra ser concluída em julho) gramado e drenagem novos e capacidade para 32 mil pessoas.

Yuri no Traíras II

Na segunda etapa, prevista pra 2027, cobertura com lona metálica e camarotes na arquibancada frontal e encadeiramento total do estádio. Os jogos voltarão pra Ilha em agosto, mas alguns confrontos "especiais" poderão acontecer na Arena, mesmo após a liberação da casa rubro-negra. E até o final de julho, deveremos ter jogos do Sport também no Arruda. A divulgação da tabela com dias e horários previamente definidos será o start para a definição das partidas no Arrudão. Segundo Yuri, se a data do jogo contra o Vila tivesse saído antes, o Sport jogaria lá contra o Vila Nova.

Duelo paulista vai agitar Geraldão no domingo

Sesi Bauru eliminou o Joinville nas semifinais e vai enfrentar o Campinas na final da Superliga Masculina; jogo será no Recife, assim como a decisão feminina

JEFFREY VILA NOVA

Finalistas definidos. A grande final da Superliga Masculina, que acontecerá no próximo domingo (28), no Geraldão, conheceu o segundo time que disputará o título. Trata-se do Sesi Bauru, que fechou a série diante do Joinville em dois jogos a um e carimbou a passagem para Recife. O outro finalista já era conhecido, também do interior do estado de São Paulo, o Campinas.

O Sesi precisou do terceiro e decisivo confronto para garantir a vaga na final. A série contra o Joinville foi bem disputada, mas o time do interior de São Paulo não quis dar margem para erros e fechou o jogo 3 na noite da última segunda-feira (22) por 3 sets a 0, contando com boa atuação dos opostos Darlan e Lucas Bergman, que foi eleito o melhor jogador da partida.

Agora, o Sesi Bauru vai encarar o Campinas, que vem fazendo história na Superliga. O time que leva o nome da cidade do interior de São Paulo é a primeira equipe da história da competição a se classificar em oitavo para os playoffs e conseguir chegar na grande decisão.

MARCELO FERRAZOLI/SESI-SP

Sesi e Campinas farão final em um Geraldão lotado

Esta será a segunda vez em sua história que o Campinas disputará o título nacional.

Já o Sesi está mais habituado com finais, sendo esta a sexta final que o time participará, mas desde 2019 que a equipe não chegava em uma decisão.

A final da Superliga masculina promete ser disputada em um Geraldão lotado, como aconteceu no último domingo (21), onde Praia Clube e Minas decidiram o título da Superliga Feminina. Minas sagrou-se campeão ao derrotar o Praia por 3 sets a 1.

A decisão masculina será o sexto grande evento de vôlei na capital pernambucana nos dois últimos anos. Em 2023, o Geraldão sediou o Sul-Americano Feminino e Masculino de Seleções. Já este ano, o Recife também foi a sede de duas etapas do Vôlei de Praia, uma do Circuito Brasileiro e outra do Internacional. Os jogos foram disputados na praia do Pina, Zona Sul do Recife.

LOTERIAS

MEGA-SENA 2716

05 20 27 28 48 49

ACERTOS	GANHADORES	RATEIO (R$)
SENA	ACUMULOU	2.587.516,86
QUINA	24	58.527,17
QUADRA	1.750	1.146,65

QUINA 6423

24 25 32 68 71

ACERTOS	GANHADORES	RATEIO (R$)
QUINA	1	51.066.753,16
QUADRA	122	10.824,76
TERNO	11.444	109,90

LOTOFÁCIL 3086

01 03 04 05 06 07 11 12 13 16 17 18 19 21 23

FAIXA	GANHADORES	RATEIO (R$)
15	ACUMULOU	1.369.088,49
14	173	1.659,35
13	6444	30,00
12	89206	12,00
11	476103	6,00

TIMEMANIA 2083

35 40 43 53 60 68 77

TIME DO CORAÇÃO: CRUZEIRO /MG

FAIXA	GANHADORES	RATEIO (R$)
7	ACUMULOU	353.856,00
6	1	39.327,65
5	24	1.638,66
4	621	10,50
3	6.659	3,50

ebrasil ELETRICIDADE DO BRASIL S.A. - EBRASIL

CNPJ Nº 10.538.273/0001-48

Balanços patrimoniais em 31/12/23 e 2022 *(Em MR$)*

Ativo	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	10.127	15.239	79.697	90.469
Contas a receber de clientes	9	-	-	55.542	19.290
Estoques	10	-	-	48.113	50.139
Impostos correntes	31	592	416	601	425
Impostos a recuperar	11	-	1.114	668	1.689
Outras contas a receber	12	4.479	3.475	45.346	14.706
Total do ativo circulante		**15.198**	**20.244**	**229.967**	**176.718**
Não circulante					
Outras contas a receber	12	1.495	3.652	10.356	15.060
Impostos a recuperar	11	-	-	5.175	2.527
Impostos diferidos	23	-	-	3.090	3.090
Partes relacionadas - mútuos a receber	25	192	725	8.620	16.366
Investimentos	13	389.162	460.975	198.740	231.352
Imobilizado	14	511	74.803	40.965	155.052
Intangível	15	-	-	260.676	6
Total do ativo não circulante		**391.360**	**540.155**	**527.622**	**423.453**
Total do ativo		**406.558**	**560.399**	**757.589**	**600.171**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante					
Fornecedores	16	38	156	66.399	9.679
Debêntures	18	27.901	56.468	27.901	56.468
Impostos e obrigações tributárias	19	-	-	1.975	1.207
Impostos correntes	31	26	25	3.392	3.169
Obrigações estimadas		-	-	817	4
Taxas regulamentares	20	-	-	2.464	13.055
Partes relacionadas - mútuos a pagar	25	70.091	56.121	1.100	199
Dividendos a pagar		53.015	52.917	53.015	52.917
Outras contas a pagar	21	-	-	5.941	3.388
Obrigações com aquisição de ativos	1.1a)	-	-	105.623	-
Total do passivo circulante		**151.071**	**165.687**	**268.627**	**140.086**
Não circulante					
Debêntures	18	-	27.384	-	27.384
Partes relacionadas - mútuos a pagar	25	-	-	45.163	516
Provisão para contingência	22	-	-	552	795
Tributos e contribuições sociais		-	-	1.993	1.536
Obrigações com aquisição de ativos	1.1a)	-	-	109.850	-
Total do passivo não circulante		**-**	**27.384**	**157.558**	**30.231**
Patrimônio líquido	24				
Capital social		75.658	75.658	75.658	75.658
Reserva de capital		82.512	82.512	82.512	82.512
Reserva de lucros		97.317	209.158	97.317	209.158
Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		**255.487**	**367.328**	**255.487**	**367.328**
Participação de não controladores		-	-	75.917	62.526
Total do patrimônio líquido		**255.487**	**367.328**	**331.404**	**429.854**
Total do passivo e patrimônio líquido		**406.558**	**560.399**	**757.589**	**600.171**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31/12/23 e 2022 *(Em MR$)*

	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita operacional líquida	26	-	-	160.130	144.186
Custo dos produtos vendidos	27	-	-	(124.511)	(60.812)
Lucro bruto		-	-	**35.619**	**83.374**
(Despesas) receitas operacionais					
Gerais e administrativas	28	(8.603)	(4.146)	(50.403)	(53.146)
Outras receitas e (despesas) líquidas	29	-	-	69.504	356
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**(8.603)**	**(4.146)**	**54.720**	**30.584**
Receitas financeiras	30	479	25.913	18.179	44.712
Despesas financeiras	30	(16.140)	(42.422)	(20.371)	(52.812)
Despesas financeiras líquidas	29	**(15.661)**	**(16.509)**	**(2.192)**	**(8.100)**
Resultado antes da equivalência patrimonial e impostos		**(24.264)**	**(20.655)**	**52.528**	**22.484**
Resultado de equivalência patrimonial	13	107.271	286.303	56.125	56.572
Prejuízo antes do IR e da C.S.		**83.007**	**265.648**	**108.653**	**79.056**
IR e C.S.					
Correntes	31	-	-	(27.397)	(15.134)
Diferidos		-	-	-	29.470
Incentivo fiscal Sudene	31	-	-	5.851	7.018
Prejuízo do exercício		**83.007**	**265.648**	**87.107**	**100.410**
Resultado atribuível aos:					
Acionistas controladores		83.007	265.648	83.007	265.648
Acionistas não controladores		-	-	4.100	(165.238)
Resultado do exercício		**83.007**	**265.648**	**87.107**	**100.410**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31/12/23 e 2022 *(Em MR$)*

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Prejuízo líquido do exercício	**83.007**	**265.648**	**87.107**	**100.410**
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total	**83.007**	**265.648**	**87.107**	**100.410**
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores	83.007	265.648	83.007	265.648
Acionistas não controladores	-	-	4.100	(165.238)
Resultado abrangente total	**83.007**	**265.648**	**87.107**	**100.410**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31/12/23 e 2022 *(Em MR$)*

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reserva Legal	Reserva de lucros: Retenção de lucros	Lucros (Prejuízo) acumulados	Total	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31/12/21		**506.078**	**82.512**	**24.118**	**111.601**	**-**	**724.309**	**95.810**	**820.119**
Efeito de ajuste na participação dos não controladores								131.954	131.954
Aumento do capital social		198.859	-	-	(111.601)	-	87.258	-	87.258
Redução do capital social		(629.279)	-	-	-	-	(629.279)	-	(629.279)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	265.648	265.648	(165.238)	100.410
Destinação do resultado do exercício:									
Dividendos declarados e pagos		-	-	-	-	(28.575)	(28.575)	-	(28.575)
Dividendos declarados e não pagos		-	-	-	-	(52.033)	(52.033)	-	(52.033)
Constituição da reserva de retenção de lucros		-	-	-	185.040	(185.040)	-	-	-
Saldos em 31/12/22		**75.658**	**82.512**	**24.118**	**185.040**	**-**	**367.328**	**62.526**	**429.854**
Efeito de ajuste na participação dos não controladores		-	-	-	-	-	-	9.291	9.291
Lucro líquido do exercício	24	-	-	-	-	83.007	83.007	4.100	87.107
Destinação do resultado do exercício:									
Dividendos declarados e pagos	24	-	-	-	(59.711)	(83.007)	(142.718)	-	(142.718)
Dividendos declarados e não pagos	24	-	-	-	(52.130)	-	(52.130)	-	(52.130)
Constituição da reserva de retenção de lucros	24	-	-	(8.986)	8.986	-	-	-	-
Saldos em 31/12/23		**75.658**	**82.512**	**15.132**	**82.185**	**-**	**255.487**	**75.917**	**331.404**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto Exercícios findos em 31/12/23 e 2022 *(Em MR$)*

	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro (Prejuízo) do exercício		83.007	265.648	87.107	100.410
Ajustes por:					
Provisão para contingência		-	-	-	(340)
Equivalência patrimonial	13	(107.271)	(286.303)	(56.125)	(56.572)
Depreciação e amortização	14	136	34	51.471	52.532
Impostos correntes	31	-	-	21.546	8.116
Impostos diferidos	30	-	-	-	(29.412)
(Ganho) perdas com investimento em participação societária		15.060	-	(1.624)	-
Ganho (perdas) com instrumentos financeiros derivativos		-	(11.423)	-	(11.423)
Resultado na venda do ativo imobilizado	14	-	-	(37.715)	-
Provisão (reversão) para contingência	22	-	-	(243)	-
Juros a receber de mútuo com partes relacionadas		-	(3.858)	-	-
Juros provisionados de mútuo com partes relacionadas	25	6.457	7.795	-	-
Juros provisionados empréstimos	17	-	4.542	-	4.542
Juros provisionados debêntures	18	9.580	16.393	9.580	17.792
		6.969	**(7.172)**	**73.997**	**85.645**
Variação nos ativos e passivos					
Contas a receber de clientes		-	-	(6.805)	48.683
Impostos a recuperar		938	158	23.715	1.848
Estoques		-	-	2.026	(1.049)
Outros ativos		1.153	23.364	(25.936)	(3.231)
Fornecedores		(118)	105	39.089	(25.862)
Impostos e contribuições, liquido		1	(617)	(26.433)	5.584
Outros passivos		-	-	(9.708)	(1.340)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		**8.943**	**15.838**	**69.945**	**110.278**
Juros de empréstimos bancários pagos	17	-	(2.338)	-	(2.338)
Juros de debêntures pagos	18	(9.975)	(16.549)	(9.975)	(18.198)
Impostos pagos		-	-	(22.481)	(4.153)
Fluxo de caixa liquido (utilizados nas) proveniente das atividades operacionais		**(1.032)**	**(3.049)**	**37.489**	**85.589**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Aquisição de ativos		-	-	(74.529)	-
Caixa adquirido na aquisição de ativos		-	-	55.831	-
Mútuos concedidos a partes relacionadas	25	-	(49.954)	-	-
Recebimento de mútuos de partes relacionadas	25	533	140.116	7.746	4.210
(Aumento) redução de capital em investidas	13	115.611	(209)	41.663	(10.684)
Dividendos recebidos de investidas avaliados por equivalência patrimonial	13	122.361	111.419	57.989	57.942
Alienação de ativo imobilizado	14	-	-	113.688	40.444
Aquisições de imobilizado	14	-	(681)	(45.891)	(7.598)
Fluxo de caixa liquido proveniente das atividades de investimentos		**238.505**	**200.691**	**156.497**	**84.314**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Amortização do valor principal - debêntures	18	(55.556)	(55.556)	(55.556)	(86.248)
Amortização do principal de empréstimos - mútuo com partes relacionadas		-	-	(552)	(1.718)
Capitação de empréstimos com partes relacionadas	25	7.721	47.458	46.100	-
Amortização do principal dos empréstimos bancários	17	-	(157.772)	-	(157.772)
Pagamento de dividendos a acionistas	23	(194.750)	(28.575)	(194.750)	(28.575)
Fluxo de caixa liquido utilizados nas atividades de financiamento		**(242.585)**	**(194.445)**	**(204.758)**	**(274.313)**
(Redução) Aumento em caixa e equivalentes de caixa		**(5.112)**	**3.197**	**(10.772)**	**(104.410)**
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	8	15.239	12.042	90.469	194.879
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	8	10.127	15.239	79.697	90.469
(Redução) Aumento em caixa e equivalentes de caixa		**(5.112)**	**3.197**	**(10.772)**	**(104.410)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às DFs individuais e consolidadas *(Em MR$)*

1 Contexto operacional: A Eletricidade do Brasil S.A. - EBRASIL ("EBrasil" ou "Cia.") é uma S.A. de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede em Recife - Pernambuco. A EBRASIL foi constituída em 14/10/08, com o objetivo de participar em outras Cias./Empresas, comercializar energia e na gestão de empreendimentos. As DFs da Cia. abrangem a Cia. e suas controladas (conjuntamente referidas como 'Grupo'). A Cia. deixou de ser uma controlada integral da DC Energia e Participações S.A., a partir da venda da DC Energia e Participações S.A. em outubro de 2022, passando a ser controlada pelos antigos acionistas da DC Energia. O capital circulante líquido da Controladora e Consolidado, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, em 31/12/23 está negativo em R$ 135.873 (R$ 145.443 em 2022) e negativo em R$ 38.660 (R$ 36.632 positivo em 2022). Vale ressaltar os pontos a seguir: • A Cia. não apresenta histórico de prejuízo com o lucro líquido da controladora e do consolidado, respectivamente, em 2023 no valor de R$ 83.007 (R$ 265.648 em 2022) e R$ 99.066 (R$ 100.410 em 2022). • Saldo relevante de transações com partes relacionadas entre as empresas do Grupo no passivo circulante da controladora no montante de R$ 70.091 (R$ 56.121 em 2022). Se os saldos a pagar com partes relacionadas forem desconsiderados, o capital circulante líquido da controladora passa a ser negativo em R$ 65.782 em 2023 e R$ 89.322 em 2022. • Saldo relevante de dividendos a pagar no passivo circulante no valor de R$ 53.015 (R$ 52.917 em 2022). Se os saldos a pagar aos acionistas forem desconsiderados, juntamente com os saldos com partes relacionadas, o capital circulante líquido do consolidado passam a ser positivos em R$ 15.455 em 2023 (R$ 89.748 em 2022). • Conforme notas explicativas nº 17 e 18, a Cia. não apresentou quebra de cláusulas contratuais em decorrência da posição financeira atual. Adicionalmente, até a data de emissão destas DFs, o Grupo vem amortizando normalmente suas dívidas com terceiros relacionadas as debêntures, de forma que para os vencimentos que ocorrerão em 2024, a Administração não espera dificuldades em cumprir com essas obrigações, levando em consideração, entre outros fatores, o relacionamento com as instituições financeiras. O Grupo apresenta histórico de fluxo de caixa operacional positivo no consolidado no montante de R$ 37.489 em 2023 (R$ 85.589 em 2022) e patrimônio líquido consolidado no montante de R$ 329.753 em 2023 (R$ 429.854 em 2022), e dessa forma a Administração entende que não existe incerteza quanto à continuidade operacional do Grupo. **1.1 Eventos relevantes em 2023 e em 2022:** Durante o exercício de 2023, o Grupo realizou evento relevante conforme demonstrado a seguir: *a) Aquisição de ativos:* Em 22/11/23, a Cia. adquiriu a participação societária das empresas Pecém Energia S.A. e Energética Camaçari Muricy S.A., detentoras das UTEs Pecem II e Camaçari Muricy II, autorizadas pela Portaria ANEEL nº 7 e 9 de 01/2014 a operar até 2049, conforme o Edital de Leilão no 002/06-ANEEL ("Edital"), e outros dispositivos legais, as quais são investidas da, também adquirida, holding Celne Participações S.A., que detém 100% de participação. Estes ativos por si só não são capazes, sem os *inputs* de inteligência de negócio, pessoas, *links*, implantação de sistemas, cobranças, gerenciamento e outros, de gerar qualquer resultado (*outputs*) para a Cia., não caracterizando uma Combinação de Negócios. Dessa forma, a essência de sua operação refere-se a aquisição dos contratos das UTEs Pecem II e Camaçari Muricy II. A tabela a seguir resume os ativos adquiridos líquidos:

	Celne Valor em 22/11/23	Pecém Valor em 22/11/23	Muricy II Valor em 22/11/23	Total da aquisição
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	18	27.973	27.840	55.831
Contas a receber de clientes	-	14.699	14.748	29.447
Impostos a recuperar	-	12.728	12.790	25.518
Total dos ativos identificáveis	**18**	**55.400**	**55.378**	**110.778**
Passivos				
Fornecedores	4	25.098	25.065	50.167
Impostos e obrigações tributárias	-	14.379	14.437	28.816
Outros passivos	1.140	671	672	2.483
Total passivos	**1.144**	**40.148**	**40.174**	**80.322**
Total dos ativos identificáveis líquidos	**(1.126)**	**15.252**	**15.204**	**29.330**

Assim, a respectiva operação foi classificada como aquisição de ativos e o valor pago foi distribuído da seguinte forma:

Valor pago (i)	74.528
Saldo do preço de aquisição (ii)	215.474
Valor de pagamento	**290.002**
(-) Ativos e passivos adquiridos, liquidos	30.456
Valor de aquisição dos contratos de energia - custo	**260.672**

(i) Com relação ao preço de aquisição referente as aquisições da Pecém e Muircy II, o montante de R$ 74.528 foi realizado no momento da transação. (ii) O saldo remanescente é de R$ 215.473 a ser liquidado da seguinte forma: a) R$ 32.589 referente a 50% dos custos incorridos e pagos pela antiga acionista; b) R$ 63.178 relativos a custos futuros a serem incorridos; c) R$ 119.708 relativos a 9% da receita operacional bruta a partir do mês de dez/2023 até o final do contrato, em 31/10/2035. Os valores serão atualizados pelo IPC-A e a primeira parcela possui a expectativa para liquidação em junho de 2024, no valor de R$ 107.168, mediante a entrada em operação comercial das Usinas. O saldo remanescente será liquidado no decorrer do concessão. Durante o exercício de 2022, o Grupo realizou alguns eventos relevantes conforme demonstrado a seguir: a) Redução de capital no valor de R$ 629. 279 por meio da entrega das quotas da Ebrasil Energia Ltda. (EBE) e das ações da Centrais Elétricas de Sergipe Participações S.A. (CELSEPAR), Centrais Elétricas de Sergipe S.A. (CELSE) e Centrais Elétricas de Barra dos Coqueiros S.A. (CEBARRA). Em junho de 2022, a EBrasil deliberou por meio de Ata de AGE, a redução de capital social, mediante restituição ao seu único sócio, DC Energia e Participações S.A., de seus investimentos detidos na EBE e suas investidas CELSEPAR, CELSE e CEBARRA. b) Liquidação dos empréstimos e financiamentos: No primeiro quadrimestre de 2022 a EBRASIL liquidou os empréstimos contratados com os Bancos: Itau, ABC e Bradesco. c) Redução do passivo fiscal diferido: Em função do fim dos PPAs da EPESA, a Adminitração efetuou a reversão de passivo fiscal diferido decorrente da diferença entre taxas de depreciação anual dos grupos geradores. A EPESA teve redução de sua receita, por não ter sido despachada pelo ONS no decorrer de 2022. d) Aumento de capital de R$ 198.859, sendo R$ 111.602 integralizados, mediante utilização integral do saldo da reserva de lucros acumulados da Cia., sem modificação do número de ações de emissão da Cia., nos termos do Art. 169, §1º, da Lei das S.A., R$ 87.256 por meio da conferência de bens e direitos de propriedades de ativos imobilizados. **1.2 Relação de entidades controladas e coligadas:** Em 31/12/23 e 2022, a Cia. possuía participações societárias em controladas e coligadas conforme relacionado abaixo:

Investidas diretas	País	Participação acionária 2023	Participação acionária 2022
Ebrasil Energias Renováveis Ltda.	Brasil	100,00%	100,00%
EBrasil Gás e Energia S.A. ("EGAS")	Brasil	99,99%	99,99%
EBrasil Norte Geração de Energia Ltda. ("ENORTE")	Brasil	99,99%	99,99%
JRLC Administração e Participações ("JRLC")	Brasil	50,946%	50,946%
Vigus Engenharia ("VIGUS")	Brasil	100,00%	100,00%
ASTC Tecnologia ("ASTC")	Brasil	99,42%	99,42%
M&M Administração de Patrimônio ("M&M")	Brasil	33,00%	33,00%
Centrais Elétrica de Pernambuco Ltda. ("EPESA")	Brasil	70,68%	77,68%
Termocabo S.A. ("Termocabo")	Brasil	24,00%	24,00%
Celne Participações S.A. ("CELNE")	Brasil	100,00%	-

Investidas indiretas	País	Participação acionária 2023	Participação acionária 2022
Centrais Elétricas da Paraiba S.A. ("EPASA")	Brasil	41,66%	41,66%
Energética Camaçari Muricy II S.A. ("Muricy II")	Brasil	100,00%	-
Pecem Energia S.A. ("Pecém")	Brasil	100,00%	-

a. Investidas diretas:** (i) Controladas:* ***Ebrasil Energias Renováveis Ltda. A Ebrasil Energias Renováveis é uma sociedade Ltda. com sede em Recife- PE constituída em 21/10/20 e tem por objetivo a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Em 31/12/23 e 2022 essa empresa está dormente. ***EBrasil Gás e Energia S.A. ("EGÁS"):*** A EGÁS é uma S.A. de capital fechado com sede em Recife, Estado de Pernambuco, e tem por objeto a participação societária em outras sociedades. Em 2018, passou a deter 41,66% das ações da EPASA – Centrais Elétricas da Paraiba S.A. ***EBrasil Norte Geração de Energia Ltda. ("ENORTE"):*** A ENORTE é uma Empresa Ltda. com sede em Iranduba - Amazonas, constituída em 13/05/10 para atender ao contrato firmado com a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. (controlada da Eletrobrás S.A). O objeto deste contrato era a locação de grupos geradores de energia elétrica e seus sistemas auxiliares e associados e os serviços de operação e manutenção da Usina para uma potência contratada de 50 MW e com o 5º aditivo contratual a potência instalada foi reduzida para 25MW. A Administração tinha como estimativa ingressos de recursos na ordem de R$ 14 milhões/ano, e eventual necessidade adicional de caixa seria suportada por seus controladores. Em 2023 e 2022, a participação em leilões não logrou êxito e a Empresa permaneceu com seu ativo disponível para locação, bem como inserido no mercado de energia para participação de novos leilões. ***JRLC Participações ("JRLC"):*** Sociedade empresária localizada na cidade de Recife-PE, com objetivo de participar de outras sociedades, inclusive holdings de instituições não financeiras, assessoria na gestão de empreendimentos de sociedades coligadas e assessoria administrativa na logística de empreendimentos industriais, comerciais e de serviços. ***Vigus Engenharia ("VIGUS"):*** Sociedade empresária Ltda. localizada no município de Igarassu - PE fundada em 6/06/2003. Sua atividade principal é atividades técnicas relacionadas à engenharia e arquitetura. ***ASTC Tecnologia ("ASTC"):*** A ASTC Tecnologia Ltda. é um Empresa de Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais. ***M&M Administração de Patrimônio Ltda. ("M&M"):*** A Empresa está localizada na cidade de Recife-PE, cujo objetivo social é a administração de bens móveis e gestão de patrimônio pessoal de terceiros e atividades de participação em outras sociedades. ***Centrais Elétrica de Pernambuco Ltda. ("EPESA"):*** A EPESA é uma S.A. de capital fechado que implementou e opera duas centrais geradores termelétricas denominadas Pau Ferro I e Termomanaus, com potência instalada de 94,05 MWh e 142,65 MWh, respectivamente. As autorizações são provenientes do leilão promovido pela ANEEL em 29/06/06. Os contratos de comercialização de energia no ambiente regulado são pelo prazo de 15 anos a partir de 1º/01/09. A EPESA entrou em operação comercial em junho de 2009. A usina possui contratos de comercialização de energia no ambiente regulado pelo prazo de 15 anos, que iniciou em 2008 e finalizando contrato em 2023, quando se encerrou o período de suprimento vinculado aos CCEARs. Em novembro de 2023, a Cia. adquiriu a participação societária das empresas Pecém Energia S.A. e Energética Camaçari Muricy S.A., detentoras das UTEs Pecem II e Camaçari Muricy II, autorizadas pela Portaria ANEEL nº 7 e 9/01/14 de 01/2014 a operar até 2049, conforme o Edital de Leilão no 002/06-ANEEL ("Edital"), e outros dispositivos legais, as quais são investidas da holding Celne Participações S.A., que detém 100% de participação. Ambas UTEs serão constituídas por 321 unidades geradoras em ciclo simples cada, totalizando 144.450 kW de capacidade instalada e 58.000 kW médios de garantia física de energia, utilizando óleo diesel como combustivel e com início de operação comercial estimada para julho de 2024. Em novembro de 2023, a EBrasil cedeu 4% de suas ações em favor da ACLC Holding Empreendimentos e Participações Ltda. e 3% ELOC II Administração e Participações LTDA , passando a deter a participação de 70,68%. ***CELNE Participações S.A. ("CELNE"):*** S.A. de capital fechado, constituída em 18/11/22 a partir da cisão da CH4 Energia Ltda. e tem por objetivo a participação em outras sociedades. Detém 100% de participação nas investidas Pecém e Muricy II. *(ii) Coligada:* **Termocabo S.A. ("Termocabo"):** A Termocabo é uma Cia. anônima de capital fechado com sede no RJ-RJ e uma usina termelétrica localizada em Cabo de Santo Agostinho - PE. Foi constituída em 22/08/2001 e iniciou suas operações em setembro de 2002, com capacidade geradora de 48 MW para atender ao contrato firmado com a Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial (CBEE), cujo término ocorreu em dezembro de 2005 junto com o fim do Programa Emergencial do Governo Federal. A Usina participou e venceu um leilão em julho de 2007 e possui contratos de comercialização de energia no ambiente regulado ("CCEAR") pelo prazo de 15 anos a partir de 1º/01/10. ***b. Investidas indiretas:*** **Centrais Elétricas da Paraiba S.A. ("EPASA"):** A EPASA é uma S.A. de capital fechado que implementou e opera duas centrais geradores termelétricas denominadas Termonordeste e Termoparaiba, ambas movidas a óleo combustível e com potência instalada de 170,80 MWh cada. As autorizações são provenientes do leilão promovido pela ANEEL em 9/07/07. Os contratos de comercialização de energia no ambiente regulado são pelo prazo de 15 anos a partir de 1º/01/10. As Usinas entraram em operação comercial em 24/12/10 e 13/01/11, respectivamente. Pecém Energia S.A. ("PECÉM") S.A. de capital fechado, constituída em 30/07/13 e tem por objetivo operar, explorar e manter a Usina Térmica Pecem II e comercializar a energia gerada. A CELNE detém 100% da participação societária da PECÉM. Constituída por 321 unidades geradoras em ciclo simples cada, totalizando 144.450 kW de capacidade instalada e 58.000 kW médios de garantia física de energia, utilizando óleo diesel como combustível e com início de operação comercial estimada para julho de 2024. **Energética Camaçari Muricy II S.A. ("MURICY II"):** A") é uma S.A. de capital fechado, constituída em 30/07/13 e tem por objetivo operar, explorar e manter a Usina Térmica Muricy II e comercializar a energia gerada. A CELNE detém 100% da participação societária da MURICY II. Constituída por 321 unidades geradoras em ciclo simples cada, totalizando 144.450 kW de capacidade instalada e 58.000 kW médios de garantia física de energia, utilizando óleo diesel como combustível e com início de operação comercial estimada para julho de 2024. **2 Base de preparação: a. Declaração de conformidade:** As DFs individuais e consolidadas preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). O Grupo também se utiliza, de forma espontânea e não obrigatória, das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A autorização para conclusão destas DFs ocorreu na reunião do Conselho de Administração em 28/03/24. Detalhes sobre as políticas contábeis do Grupo estão apresentadas na nota explicativa 7. **3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas DFs são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Grupo. Todas as informações financeiras foram arredondadas para MR$, exceto quando indicado de outra forma. **4 Uso de estimativas e julgamento:** Na preparação destas DFs, a Administração utilizou julgamentos e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revistas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **a. Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas DFs estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota explicativa 13** - equivalência patrimonial em investidas: determinação se o Grupo tem influência significativa sobre uma investida; e • **Nota explicativa 7a)** - consolidação: determinação se o Grupo detém de fato controle sobre uma investida. **b. Incerteza sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31/12/23 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota explicativa 22** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; • **Nota explicativa 23** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados; e • **Nota Explicativa nº 32** - Instrumentos financeiros: principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo. ***(i) Mensuração do valor justo:*** Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros. Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito do Grupo. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, do Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; • **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo, se houver, no final do exercício das DFs em que ocorreram as mudanças. Quando disponível, do Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, do Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, do Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se do Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa 32 – Instrumentos financeiros. **5 Mudança nas principais políticas contábeis:** Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º/01/23, mas não afetaram materialmente as DFs da Cia., conforme descrito na nota 7(p). **6 Base de mensuração:** As DFs individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo, exceto para os instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 32 - Instrumentos financeiros. **7 Principais políticas contábeis:** O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas em detalhes abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas DFs. **a. Base para consolidação:** ***(i) Controladas:*** O Grupo controla uma entidade quando está exposto ou quando tem direito sobre os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de influenciar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As DFs de controladas são incluídas nas DFs consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Nas DFs individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. ***(ii) Participação de acionistas não-controladores:*** O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição. Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido. ***(iii) Perda de controle:*** Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle. ***(iv) Investimentos em entidades contabilizados pelo método de equivalência patrimonial:*** Os investimentos do Grupo em entidades são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial e compreendem suas participações em coligadas e controladas. As coligadas são aquelas entidades nas quais o Grupo, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle suas políticas financeiras e operacionais. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as DFs consolidadas incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método. ***(v) Critérios de consolidação:*** A consolidação foi elaborada de acordo com o CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e incluem as DFs das controladas diretas e indiretas da Cia. Os principais procedimentos de consolidação são: soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a natureza contábil; eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos, bem como as receitas e despesas relevantes, entre as empresas consolidadas; eliminação dos investimentos e correspondentes participações no patrimônio líquido das empresas controladas; e destaque das participações dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado do exercício. ***(vi) Transações eliminadas na consolidação:*** Saldos e transações entre Cias., e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações entre as Cias., são eliminados na preparação das informações contábeis consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com Cia. investida registrado por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação na Cia. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **b. Moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. **c. Receita operacional:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para o Grupo, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. As receitas são reconhecidas no resultado do exercício pelo regime de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica faturada. De forma geral, as receitas decorrem de contratos de fornecimento de energia elétrica, sendo parcela mensal fixada em contrato e variável, cujo valor é definido mensalmente no momento do reconhecimento, de acordo com a demanda requerida pelo Operador Nacional do Sistema - ONS. A receita variável pela venda de energia elétrica é reconhecida por medição equivalente ao volume de energia transferido para o cliente. ***Receita Energia Elétrica no Ambiente de Comercialização Livre:*** Na operação de contratação em ambiente livre, o Grupo tem o direito de reconhecer a receita de venda de energia pelo valor do MWh. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia elétrica tanto no mercado regulado como também no mercado livre. Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração. **d. Benefícios a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. Plano de saúde médico, ajuda educacional e participação nos resultados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas ou custos conforme o serviço relacionado seja cobrado. O Grupo não possui acordos de pagamentos baseados em ações, planos de contribuição definida, planos de benefício definidos ou qualquer outro benefício de LP a empregados. **e. Subvenções governamentais:** As subvenções governamentais decorrentes de incentivos fiscais são registradas no resultado do período, como redução do imposto apurado, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 07(R1). Incentivos governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao valor justo ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. A controlada Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. - EPESA possui o benefício do lucro da exploração que é um benefício fiscal regional que tem por objetivo incentivar as operações de Cias. localizadas na região das extintas Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) por meio da redução/isenção do IR de 75% (setenta e cinco por cento) do IR e Adicionais não Restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, de acordo com a atividade da EPESA. **f. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre variações no valor justo de ativos financeiros e ganhos em aplicações financeiras e empréstimos a partes relacionadas. A receita de juros é reconhecida no resultado "pro rata" dia com base no método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos a partes relacionadas, financiamentos e debêntures. Custos que não são atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: • valor contábil bruto do ativo financeiro; ou • ao custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto. **g. IR e C.S.:** O IR e a C.S. do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 anualmente para IR e 9% sobre o lucro tributável para C.S. sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de C.S., Ltda. anualmente a 30% do lucro real do exercício. A despesa com IR e C.S. compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O Grupo determinou que os juros e multas relacionados ao IR e à C.S., incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de IR e portanto foram contabilizados de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. A Administração do Grupo conduziu análises referente ao ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro referente aos tratamentos fiscais que poderiam gerar incertezas na apuração dos tributos sobre o lucro, acessando seus consultores legais e não identificou tratamentos que potencialmente poderiam expor o Grupo a riscos materialmente prováveis de perda. A Administração do Grupo avaliou que nenhuma das posições relevantes adotadas pelo Grupo sofreu alteração quanto ao julgamento da probabilidade de perdas geradas por eventuais questionamentos por parte das autoridades tributárias. ***Despesas de IR e C.S. corrente:*** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. *(i) Despesas de IR e C.S. diferido:* Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de DFs e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de IR e C.S. diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **h. Estoques:** O custo de aquisição dos estoques compreende o preço de compra, bem como os custos de transporte, seguro, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição de materiais e serviços. Descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes são deduzidos na determinação do custo de aquisição. Quando os estoques são aplicados no processo de geração de energia, o custo médio desses itens é reconhecido como custo do período em que a respectiva receita é reconhecida. **i. Imobilizado:** ***(i) Reconhecimento e mensuração:*** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo fretes e demais encargos financeiros capitalizáveis, deduzidos de depreciação acumulada e perdas na redução do valor recuperável (impairment), se aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos por terceiros contratados pela próprio Grupo inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condição necessária para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componen-

D4Sign d038ff9e-8044-4382-81b5-4cc679caad8d - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

Conteúdo produzido pelo jornal Diario de Pernambuco S/A
A autenticidade deste documento pode ser comprovada pelo QR Code ao lado ou acessando o site
https://publicidadelegaldp.com.br/20240424/

- continuação - **Eletricidade do Brasil S.A. - EBRASIL CNPJ Nº 10.538.273/0001-48**

tes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. ***(ii) Custos subsequentes:*** Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. ***(iii) Reposição de ativos:*** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para o Grupo e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. ***(iv) Depreciação:*** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado nas taxas anuais estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. No decorrer do exercício de 2023, a investida EPESA avaliou fatores internos e externos, incluindo aspectos mercadológicos e tendências de mercado para o setor. Alguns desses aspectos é de que a Administração não teria expectativa de participar de novos leilões no curto prazo. Neste cenário, a Administração da investida EPESA avaliou esses fatores e com base nos julgamentos baseados na última informação disponível e confiável obtidas no exercício considerou uma mudança da vida útil dos ativos depreciáveis. A EPESA verificou a necessidade de equiparar a vida útil dos ativos à vida útil econômica do empreendimento até o final da autorização. A Administração levou em consideração as mudanças ocorridas no cenário econômico e de mercado como fatores determinante de mudança para o exercício, e efetuou a mudança prospectivamente para as DFs A depreciação é reconhecida no resultado. Nos exercícios anteriores as vidas úteis dos itens do imobilizado em construção da investida EPESA eram determinadas à medida que a construção fosse finalizada e o início das operações seja definido, com a mudanças das premissas de depreciação, todos os Ativos passaram a ter vida útil Ltda. com término ao final de 2023.

	Anos
Máquinas e equiptos. - Grupos geradores e sistema de tancagem	30
Máquinas e equipamentos – Outros	10
Instalações industriais	10
Móveis e utensílios	10
Equipamentos eletrônicos	5
Veículos	5
Construções	25

j. Intangível: Reconhecimento e mensuração: Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, contratos de fornecimento de energia e softwares. São mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável. ***Gastos subsequentes:*** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. ***Amortização:*** A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A amortização é reconhecida no resultado. Os métodos de amortização e as vidas úteis são revistos a cada data de balanço e ajustadas, caso existam mudanças relevantes. O prazos estimados de amortização do intangível estão entre 5 e 12 anos. **k. Instrumentos financeiros:** ***(i) Reconhecimento e mensuração inicial:*** O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. ***(ii) Classificação e mensuração subsequente:*** *Ativos financeiros:* No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA – valor justo por meio de outros resultados abrangentes - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR – valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, o Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. *Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:* O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. *Ativos financeiros – Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:* Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • Os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). *Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:* **Ativos financeiros a VJR:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. **Ativos financeiros a custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **Instrumentos de dívida a VJORA:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. **Instrumentos patrimoniais a VJORA:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado. *Passivos financeiros:* **Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. *Desreconhecimento:* **Ativos financeiros:** O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **Passivos financeiros:** O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. *Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge:* O Grupo mantém instrumentos financeiros derivativos de Swaps e opções de compra e venda em moeda estrangeira. O objetivo das operações envolvendo derivativos está sempre relacionado à operação do Grupo e à redução de sua exposição aos riscos de moeda e mercado, devidamente identificados por políticas e diretrizes estabelecidas. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração do Grupo. Todos os ganhos ou perdas decorrentes de instrumentos financeiros derivativos estão reconhecidos pelo seu valor justo no resultado. Ganhos/Perdas relacionados a instrumentos financeiros derivativos relacionados a riscos cambiais e de juros são reconhecidos no resultado financeiro. Os derivativos são mensurados inicialmente pelo seu valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado. **l. Capital social:** ***Ações ordinárias:*** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. O direito a voto é reservado, exclusivamente, aos titulares de ações ordinárias e cada ação dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias dos Acionistas. **m. Redução ao valor recuperável de ativos -** ***Impairment: Ativos financeiros não-derivativos:*** O CPC 48 exige que o Grupo registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus títulos de dívida, empréstimos e contas a receber de clientes, com base em 12 meses ou por toda a vida. Na avaliação do modelo de perdas em crédito esperadas, o Grupo levou em consideração seu procedimento atual de provisão para perdas com devedores duvidosos, estimativas futuras de perdas e indicadores de crescimento aplicáveis à área da atuação do Grupo. O Grupo não apresentou impacto relevante em suas DFs, em virtude de não ter histórico de perdas efetivas com clientes. ***Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:*** O Grupo considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, o Grupo utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando o Grupo considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado. ***Ativos não financeiros:*** Quando aplicável, os ativos não financeiros com vida útil indefinida, são testados anualmente para a verificação se os valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável. O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou o seu valor em uso. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Em 31/12/23 e 2022 o Grupo não possuía ativos não financeiros com vida útil indefinida. **n. Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os passivos relacionados a causas judiciais são provisionados por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis. **o. Arrendamentos:** No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Grupo utiliza a definição de arrendamento no CPC 06 (R2). ***Arrendamentos de ativos de baixo valor:*** O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. **p. Dividendos:** De acordo com a legislação brasileira, a Cia. é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. De acordo com o CPC 24 e o ICPC 08 (R1), apenas os dividendos mínimos obrigatórios podem ser provisionados. Já os dividendos declarados ainda não aprovados só devem ser reconhecidos como passivo nas DFs após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, são mantidos no patrimônio líquido, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das DFs. **q. Novas normas e interpretações adotadas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º/01/24. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas DFs individuais e consolidadas do Grupo: • IFRS 17 Contratos de Seguros; • Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26); e • Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23).

8 Caixa e equivalentes de caixa:	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Caixa e bancos	4.414	432	5.825	4.827
Aplicações financeiras a)	5.713	14.807	73.872	85.641
	10.127	15.239	79.697	90.469

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários de alta liquidez. a) As aplicações financeiras em operações de curto prazo possuem liquidez imediata, baixo risco de crédito e remuneração equivalente a 101% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31/12/23 e 102% em 31 de dezembro 2022. A redução relevante no saldo reflete substancialmente a utilização dos recursos para liquidação dos empréstimos e financiamentos.

9 Contas a receber de clientes	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Clientes faturados (i)	39.669	5.096
Clientes a faturar (ii)	13.616	12.753
Mercado de Curto Prazo CCEE (iii)	1.603	951
Clientes diversos	654	490
	55.542	19.290

O saldo de contas a receber refere-se, substancialmente, à apropriação de receitas relativas aos contratos de disponibilidade de energia elétrica da controlada EPESA e suas investidas Pecém e Muricy II. A Administração do Grupo entende que não é necessário o registro da provisão para perdas de crédito esperada, uma vez que não há expectativa de não recebimento futuro. (i) O saldo em contas a receber é representado pelos contratos de comercialização de energia elétrica CCEAR, na modalidade disponibilidade de energia elétrica atrelada ao fator de disponibilidade das usinas, assinados com 30 distribuidoras por usina e atualizados anualmente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPC-A), classificado como receita fixa e, quando da ocorrência de geração de energia, é classificada como receita variável. O recebimento, tanto da receita fixa e da variável, ocorre em três vencimentos, cada um equivalente a um terço do valor mensal, a partir do mês do reconhecimento da receita, sendo: a) primeiro vencimento no dia 20 do mês subseqüente; b) segundo vencimento no dia 30 do mês subseqüente; e c) terceiro vencimento no dia 10 do segundo mês subseqüente. Considerando que o contas a receber possui vencimento máximo em 40 dias, a partir do faturamento, não é aplicável ajustar ao valor presente. Maiores detalhes vide Nota Explicativa nº 25(i). Em 22/11/23 foram adquiridos novos contratos (Pecém e Muricy II) para comercialização de energia incorrendo em um incremento no contas a receber de clientes faturados no exercício corrente. (ii) Os valores de clientes a faturar correspondem à receita de geração por disponibilidade, que é faturada no mês subseqüente, sendo transferidos para clientes faturados, em conformidade com a regulação do setor. Por força da escritura de emissão de debêntures (Nota Explicativa nº 17), a controlada EPESA cedeu à totalidade da sua receita fixa mensal em garantia, recebendo mensalmente em uma conta centralizadora da Caixa Econômica Federal, e somente após a amortização dos juros, principal e constituição da conta reserva do serviço da dívida, a EPESA terá os recursos disponíveis em sua conta corrente. Além dos debenturistas, a controlada cedeu eventual recebível oriundo da geração de energia como garantia para o fornecedor do combustível (Nota Explicativa nº 15). (iii) A liquidação no mercado de curto prazo é referente a recuperação de energia adquirida pelo Grupo no mercado de curto prazo e o seu recebimento ocorre no 5º dia útil do segundo mês subsequente ao faturamento. **10 Estoques:** Os estoques do Grupo são essencialmente materiais ou insumos a serem consumidos ou transformados no processo de geração de energia da controlada EPESA. O método de avaliação dos estoques de insumos é o custo médio.

	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Óleo diesel (i)	30.630	30.848
Peças de reposição e manutenção (ii)	17.173	19.175
Lubrificantes	310	116
	48.113	50.139

(i) Refere-se ao óleo diesel para geração, a partir de despachos do ONS. (ii) A EPESA mantém em seus estoques peças de reposição necessárias à recolocação em operação das máquinas e dos equipamentos vinculados à geração de energia, bem como para manutenção dos bens em geral. Devido a geração de energia relevante ocorrida em 2021, a Cia.o Grupo realizou compras relevantes de peças de reposição para fins de manutenção planejada para ocorrer ao longo de 2022 e 2023 e manteve ativo para utilização da operação dos novos PPAs de Pecéem II e Muricy II. A Administração avaliou seus estoques existentes em 31 de dezembro de2023 e 2022 e concluiu não ser necessário a constituição de provisão para obsolescência dos estoques.

11 Impostos a recuperar	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
PIS e COFINS a recuperar	-	-	3.460	166
IR retido na fonte (i)	-	1.114	2.020	3.680
Outros	-	-	363	370
	-	1.114	5.843	4.216
Circulante	-	1.114	668	1.689
Não circulante	-	-	5.175	2.527

(i) Referem-se a valores de impostos retidos sobre serviços e pagos a maior em exercícios anteriores, aguardando homologação dos créditos pela RFB para utilização.

12 Outras contas a receber	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Serviços em curso (i)	-	-	-	8.533
Pesquisa e desenvolvimento de novos projetos (ii)	1.495	2.558	2.429	7.387
Depósitos judiciais (iii)	-	-	6.781	6.579
Adiantamento a fornecedores (v)	3.622	3.042	39.949	3.137
Despesas antecipadas	-	-	1.628	725
Dividendos a receber (iv)	847	580	847	580
Outros	10	947	4.068	2.825
	5.974	7.127	55.702	29.916
Circulante	4.479	3.475	45.346	14.706
Não circulante	1.495	3.652	10.356	15.060

(i) Compreendem gastos reembolsáveis bem como gastos com projetos em andamento de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), instituído pelas Resoluções Normativas ANEEL n.º 316/08 e 504/12, que após o encerramento dos respectivos projetos, os saldos são amortizados em contrapartida ao respectivo passivo registrado em outras contas a pagar. Em 2023, devido ao encerramento do contrato para geração de da EPESA, os projetos foram encerrados. (ii) O Grupo está fazendo novos projetos e estudo de viabilidade de novos negócios para as investidas constituídas, conforme nota explicativa nº 13. (iii) Os depósitos judiciais são substancialmente da controlada EPESA referente a disputa com o fabricante de equipamentos e ao valor da multa correspondente ao auto de infração da ANEEL, relativo a não conformidades apuradas em processo de fiscalização, descrito na Nota Explicativa nº 21. (iv) O saldo de dividendos a receber na controladora corresponde a investida Termocabo. (v) Refere-se a adiantamento a fornecedores para aquisição de maquinas e equipamentos para melhoria da usina para atendimento aos novos contratos adquiridos da Pecém e Muricy II, pela investida EPESA.

13 Investimentos: Composição da conta	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Ebrasil Gás e Energia S.A. ("EGAS")	163.327	198.842	162.278	198.815
Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. ("EPESA")	182.222	215.292	-	-
Ebrasil Norte Geração de Energia Ltda. ("ENORTE")	5.900	6.340	-	-
Ebrasil Energias Renováveis Ltda. ("Energias Renováveis")	973	995	-	-
Ebrasil LNG Holding Ltda. ("LNG Holding")	-	8	-	-
M&M Administração de Patrimônio ("M&M")	-	44	-	44
JRLC Administração e Participações ("JRLC")	15.065	15.880	15.065	15.880
Vigus Engenharia ("VIGUS")	278	265	-	-
ASTC Tecnologia ("ASTC")	1.652	6.695	1.652	-
Termocabo S.A ("Termocabo")	19.745	16.613	19.745	16.613
	389.162	460.975	198.740	231.352

a. Informações sobre as investidas

2023 (Controladora) — Investidas diretas	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Percentual de participação	Resultado da equivalência patrimonial	Saldo do investimento
Ebrasil Gas e Energia S.A.	1.070	162.278	22	-	163.327	60.844	99,99%	61.025	163.327
Centrais Elétricas de Pernambuco S.A.	212.012	381.361	184.830	157.372	251.172	54.752	70,68%	50.454	182.222
Ebrasil Norte Geração de Energia Ltda.	1.687	5.004	605	186	5.900	(440)	99,99%	(440)	5.900
Termocabo S.A (i)	66.178	27.284	10.570	622	82.270	18.830	24%	4.519	19.745
Ebrasil Energias Renováveis Ltda. (ii)	1.000	-	27	-	973	(22)	100%	(22)	973
M&M Administração de Patrimônio ("M&M")	1.743	17.011	30.442	-	(11.688)	(1.328)	33%	(4.259)	-
JRLC Administração e Participações ("JRLC")	5.108	39.790	2	4.647	42.706	2.011	50,95%	1.024	15.065
Vigus Engenharia ("VIGUS")	432	-	(42)	196	278	(2)	95%	13	278
ASTC Tecnologia ("ASTC")	2.006	2.786	2.664	468	1.662	6	50%	(5.043)	1.652
Total controladora em 31/12/23	291.236	635.514	229.120	163.491	536.600	134.651	-	107.271	389.162

2023 (Consolidado) — Investidas diretas	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Percentual de participação	Resultado da equivalência patrimonial	Saldo do investimento
Termocabo S.A (i)	66.178	27.284	10.570	622	82.270	18.830	24%	4.519	19.745
M&M Administração de Patrimônio ("M&M")(i)	1.743	17.011	30.442	-	(11.688)	(1.328)	33%	(4.259)	-
JRLC Administração e Participações ("JRLC")(i)	5.108	39.790	2	4.647	42.706	6.651	50,95%	1.024	15.065
ASTC Tecnologia ("ASTC")(i)	2.006	2.786	2.664	468	1.660	6	50%	(5.043)	1.652
Investidas indiretas									
Centrais Elétricas da Paraíba - EPASA	401.550	95.258	68.057	39.254	389.497	143.745	41,66%	59.884	162.278
Total consolidado em 31/12/23 (i)	476.585	182.129	111.735	44.991	504.445	167.904	-	56.125	198.740

2022 (Controladora) — Investidas diretas	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Percentual de participação	Resultado da equivalência patrimonial	Saldo do investimento
Ebrasil Gas e Energia S.A.	408	198.815	29	352	198.842	57.388	99,99%	57.382	198.842
Centrais Elétricas de Pernambuco S.A.	154.439	154.523	30.179	31.536	247.248	36.904	77,68%	55.489	215.292
Ebrasil Norte Geração de Energia Ltda.	1.645	5.233	108	429	6.340	(2.516)	99,99%	(2.516)	6.340
EBrasil Energia Ltda. ("EBE")	-	-	-	-	-	-	-	173.640	-
Termocabo S.A (i)	47.785	37.744	15.178	1.132	69.219	12.545	24%	3.011	16.613
Ebrasil Energias Renováveis Ltda.	1.000	-	5	-	995	(2)	100%	(3)	995
M&M Administração de Patrimônio ("M&M")(i)	1.076	18.469	29.560	345	(10.361)	(411)	33%	(3.010)	44
JRLC Administração e Participações ("JRLC")(i)	14	40.681	8	2.069	38.618	7.193	50,95%	2.222	15.880
Vigus Engenharia ("VIGUS")	434	-	(42)	196	279	95	95%	90	265
ASTC Tecnologia ("ASTC")	2.054	2.786	2.725	460	1.655	(2)	99%	(2)	6.695
Total controladora em 31/12/22	208.855	458.251	77.750	36.519	552.835	111.194	-	286.303	460.966

2022 (Controladora) — Investidas diretas	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Percentual de participação	Resultado da equivalência patrimonial	Saldo do investimento
Termocabo S.A (i)	47.785	37.744	15.178	1.132	69.219	12.545	24%	3.011	16.613
M&M Administração de Patrimônio ("M&M")(i)	1.076	18.469	29.560	345	(10.361)	(411)	33%	(3.010)	44
JRLC Administração e Participações ("JRLC")(i)	14	40.681	8	2.069	38.618	7.193	50,95%	2.222	15.880
Investidas indiretas									
Centrais Elétricas da Paraíba - EPASA	437.331	189.033	83.463	65.711	477.191	135.783	41,66%	54.349	198.815
Total consolidado em 31/12/22 (i)	486.206	285.927	128.209	69.257	574.667	155.110	-	56.572	231.352

(i) O total dos valores consolidados de investimento e equivalência patrimonial, não eliminados no processo de consolidação, referem-se a: investida direta Termocabo S.A., JRLC Administração e Participações e M&M Administração de Patrimônio "M&M) e as investidas indiretas, Centrais Elétricas de Sergipe S.A – CELSEPAR e Centrais Elétricas da Paraíba S.A. – EPASA. (ii) Em 31/12/21, as investidas não estavam em operação e não tiveram movimentações financeiras. A controladora, mantém obrigação no passivo circulante correspondente ao compromisso de aporte de capital, de forma que no patrimônio líquido das investidas os mesmos montantes estão como capital a integralizar. No exercício de 2022, as Empresas foram liquidadas conforme descrito na Nota explicativa nº 1.2. ***b. Movimentação dos investimentos***

Investidas diretas	EGAS [a] 2023	EGAS [a] 2022	EPESA [b] 2023	EPESA [b] 2022	JRLC [c] 2023	JRLC [c] 2022	ENORTE [d] 2023	ENORTE [d] 2022	ASTC [e] 2023	ASTC [e] 2022	Energias Renováveis [f] 2023	Energias Renováveis [f] 2022
Saldo inicial em 1º. de janeiro	198.842	219.772	215.293	210.304	15.880	-	6.340	9.556	6.695	-	995	997
Aumento de capital		-	74.156	-	-	14.134	-	-	-	16.349	-	-
Redução de capital	(41.663)	-	(74.156)	-	-	-	-	-	-	(9.654)	-	-
Equivalência patrimonial	61.025	57.388	50.454	53.835	1.024	1.746	(440)	(2.516)	(5.043)	-	(22)	(2)
Baixa de investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recebimento de dividendos	(54.696)	(78.318)	(64.439)	(34.712)	(1.839)	-	-	(700)	-	-	-	-
Mudanças em participação		-	(19.086)	(14.134)	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ajustes	(181)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final em 31 de dezembro	163.327	198.842	182.222	215.293	15.065	15.880	5.900	6.340	1.652	6.695	973	995

Investidas diretas	VIGUS [g] 2023	VIGUS [g] 2022	M&M [h] 2023	M&M [h] 2022	LNG Holding [i] 2023	LNG Holding [i] 2022	Termocabo [j] 2023	Termocabo [j] 2022	EBE [l] 2023	EBE [l] 2022	Petróleo e Gás [m] 2023	Petróleo e Gás [m] 2022
Saldo inicial em 1º. de janeiro	265	-	44	-	7	7	16.613	18.886	-	453.376	-	73.065
Aumento de capital	-	209	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Redução de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Equivalência patrimonial	13	26	(4.259)	(825)	-	-	4.519	3.011	-	173.640	-	-
Baixa de investimentos	-	-	-	-	(7)	-	-	-	-	(627.016)	-	(73.065)
Recebimento de dividendos	-	-	-	869	-	-	(1.387)	(5.284)	-	-	-	-
Mudanças em participação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ajustes	-	30	4.215	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final em 31 de dezembro	278	265	-	44	-	7	19.745	16.613	-	-	-	-

	Investidas indiretas: CELSEPAR [n] 2023	CELSEPAR [n] 2022	EPASA [o] 2023	EPASA [o] 2022	Controladora Total [a] até [m] 2023	Controladora Total [a] até [m] 2022	Consolidado Total [c]+[h]+[e]+[j]+[n]+[o] 2023	Consolidado Total [c]+[h]+[e]+[j]+[n]+[o] 2022
Saldo inicial em 1º. de janeiro	-	495.586	198.815	219.899	460.974	985.963	231.352	734.371
Aumento de capital	-	-	-	-	74.156	30.692	-	14.134
Redução de capital	-	-	(41.663)	(24.998)	(115.819)	(9.654)	(41.663)	(24.998)
Equivalência patrimonial	-	47.825	59.884	56.572	107.271	286.303	56.125	108.329
Baixa de investimentos	-	(543.411)	-	-	(7)	(700.081)	-	(543.411)
Recebimento de dividendos	-	-	(54.763)	(52.658)	(122.361)	(118.145)	(57.989)	(57.073)
Mudanças na participação	-	-	-	-	(19.086)	(14.134)	-	-
Outros ajustes	-	-	5	-	4.034	31	10.915	-
Saldo final em 31 de dezembro	-	-	162.278	198.815	389.162	460.975	198.740	231.352

Investidas diretas	EGAS [a] 2023	EGAS [a] 2022	EPESA [b] 2023	EPESA [b] 2022	JRLC [c] 2023	JRLC [c] 2022	ENORTE [d] 2023	ENORTE [d] 2022	ASTC [e] 2023	ASTC [e] 2022	Energias Renováveis [f] 2023	Energias Renováveis [f] 2022
Saldo inicial em 1º. de janeiro	198.842	219.772	215.293	210.304	15.880	-	6.340	9.556	6.695	-	995	997
Aumento de capital		-	74.156	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Redução de capital	(41.663)	-	(74.156)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Equivalência patrimonial ajustada	61.025	57.388	50.454	53.835	1.024	1.746	(440)	(2.516)	(5.043)	-	(22)	(2)
Baixa de investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recebimento de dividendos	(54.696)	(78.318)	(64.439)	(34.712)	(1.839)	-	-	(700)	-	6.695	-	-
Mudanças em participação		-	(19.086)	(14.134)	-	14.134	-	-	-	-	-	-
Outros ajustes	(181)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final em 31 de dezembro	163.327	198.842	182.222	215.293	15.065	15.880	5.900	6.340	1.652	6.695	973	995

Investidas diretas	VIGUS [g] 2023	VIGUS [g] 2022	M&M [h] 2023	M&M [h] 2022	LNG Holding [i] 2023	LNG Holding [i] 2022	Termocabo [j] 2023	Termocabo [j] 2022	EBE [l] 2023	EBE [l] 2022	Petróleo e Gás [m] 2023	Petróleo e Gás [m] 2022
Saldo inicial em 1º. de janeiro	265	-	44	-	7	7	16.613	18.886	-	453.376	-	73.065
Aumento de capital	-	209	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Redução de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Equivalência patrimonial ajustada	13	56	(4.259)	(825)	-	-	4.519	3.011	-	173.640	-	-
Baixa de investimentos	-	-	-	-	(7)	-	-	-	-	(627.016)	-	(73.065)
Recebimento de dividendos	-	-	-	869	-	-	(1.387)	(5.284)	-	-	-	-
Mudanças em participação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ajustes	-	-	4.215	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final em 31 de dezembro	278	265	-	44	-	7	19.745	16.613	-	-	-	-

	Investidas indiretas: CELSEPAR [n] 2023	CELSEPAR [n] 2022	EPASA [o] 2023	EPASA [o] 2022	Controladora Total [a] até [m] 2023	Controladora Total [a] até [m] 2022	Consolidado Total [c]+[h]+[j]+[n]+[o] 2023	Consolidado Total [c]+[h]+[j]+[n]+[o] 2022
Saldo inicial em 1º. de janeiro	-	495.586	198.815	219.899	460.974	985.963	231.352	734.371
Aumento de capital (nota 14)	-	-	-	-	74.156	209	-	-
Redução de capital	-	-	(41.663)	(24.998)	(115.819)	-	(41.663)	(24.998)
Equivalência patrimonial ajustada	-	47.825	59.889	56.572	107.271	286.333	61.173	108.329
Baixa de investimentos	-	(543.411)	-	-	(7)	(700.081)	-	(543.411)
Recebimento de dividendos	-	-	(54.763)	(52.658)	(122.361)	(111.450)	(57.989)	(57.073)
Mudanças na participação	-	-	-	-	(19.086)	-	-	14.134
Outros ajustes	-	-	-	-	4.034	-	4.215	-
Saldo final em 31 de dezembro	-	-	162.278	198.815	389.162	460.974	197.088	231.352

14 Imobilizado:

a. Composição da conta	Taxas anuais de depreciação (%)	2023 Custo	2023 Depreciação acumulada	2023 Total	2022 Custo	2022 Depreciação acumulada	2022 Total
Máquinas e equipamentos	3,33 e 10	213.948	(204.575)	9.369	214.366	(164.622)	49.744
Construções	4	82.845	(82.845)	-	82.837	(71.696)	11.141
Moveis e utensílios	10	3.518	(3.062)	456	3.484	(2.851)	633
Terrenos	-	1.058	-	1.058	1.058	-	1.058
Veículos	20	2.077	(1.356)	721	2.077	(1.304)	773
Equipamentos eletrônicos	20	3	-	3	3	-	3
Imobilizado em curso	-	29.358	-	29.358	91.700	-	91.700
Total		332.807	(291.842)	40.965	395.525	(240.473)	155.052

b. Movimentação do custo	Saldo 31/12/22	Adições	Baixas	Saldo 31/12/23
Máquinas e equipamentos	214.366	248	(666)	213.948
Construções	82.837	8	-	82.845
Moveis e utensílios	3.484	34	-	3.518
Terrenos	1.058	-	-	1.058
Veículos	2.077	-	-	2.077
Equipamentos eletrônicos	3	-	-	3
Obras em andamento(i) e (ii)	91.700	50.681	(113.023)	29.358
	395.525	50.971	(113.689)	332.807

	Saldo 31/12/21	Adições	Baixas	Saldo 31/12/22
Máquinas e equipamentos	205.910	8.738	(282)	214.366
Construções	82.864	-	(5)	82.837
Moveis e utensílios	3.427	57	-	3.484
Terrenos	1.058	-	-	1.058
Veículos	1.396	681	-	2.077
Equipamentos eletrônicos	3	-	-	3
Obras em andamento(i)	35.905	95.952	(40.157)	91.700
	330.563	105.428	(40.444)	395.525

c. Movimentação da depreciação	Saldo em 31/12/22	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/23
Máquinas e equipamentos	(164.639)	(40.040)	100	(204.579)
Construções	(71.702)	(11.143)	-	(82.845)
Moveis e utensílios	(2.850)	(212)	-	(3.062)
Veículos	(1.282)	(74)	-	(1.356)
	(240.473)	(51.469)	100	(291.842)

	Saldo em 31/12/21	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/22
Máquinas e equipamentos	(124.282)	(40.540)	183	(164.639)
Construções	(59.815)	(11.887)	-	(71.702)
Moveis e utensílios	(2.592)	(258)	-	(2.850)
Veículos	(1.226)	(56)	-	(1.282)
	(187.915)	(52.741)	183	(240.473)

Na tabela abaixo são apresentadas as principais transações que não envolveram caixa no exercício:

	2023	2022
Adições:	(50.971)	(105.428)
Movimentação:		
Aquisições ainda não liquidadas	5.080	30.915
Integralização de capital (i)	-	74.513
Total das adições com efeito caixa	(45.891)	(7.598)

(i) Em 2017, a DC Energia adquiriu motores da Wärtsila para capitalização e posterior investimento em novos negócios a. O equipamento estava em depósito alfandegário, sendo prorrogado o prazo de permanência em Regime Especial de Entreposto Aduaneiro (Art. 404 do Regime Aduaneiro – Decreto nº 6.759/09 e IN 680). Em 1/06/22, após reestruturação societária, a DC Energia e Participações S.A. subscreveu suas ações para a Eletricidade do Brasil S.A. – Ebrasil através de aumento de capital, incluindo esses 06 motores de geração de energia elétrica adquiridos em 2017, com base em laudo de avaliação contábil, totalizando montante de R$ 74.513, sendo este o principal saldo que totaliza R$ 91.700. A Cia. efetuou avaliação do valor recuperável do ativo através de cotação de motores de mesma característica e não identificou eventuais problemas de desvalorização em relação ao saldo contábil. A nacionalização dos motores ocorreu em julho de 2022 e em abril de 2023 os motores foram vendidos. (ii) A Cia. foi requerida a despachar energia substancialmente no segundo semestre de 2021, tendo grande utilização de seus geradores e utilização das máquinas e equipamentos, efetuando diversas compras de peças para fins de manutenção periódica que ocorrerá ao longo de 2022. Em 31/12/22 o montante de R$ 26.219 de adiantamentos a fornecedores relativos a peça sobressalentes encontrava-se em aberto, sendo esperado o recebimento e transferência para imobilizado em uso dentro do exercício de 2022. Em 2023, novas aquisições foram realizadas para suprir a implantação das UTE's Pecem II e Muricy II. ***Depreciação e amortização das controladas:*** Foram apropriados ao resultado consolidado do exercício, despesas com depreciação e amortização no montante de R$ 51.471 em 2023 (R$ 52.532 em 2022). O incremento da depreciação no exercício refere-se a necessidade de equiparar a vida útil dos ativos à vida útil econômica do empreendimento até o final da autorização na investida EPESA. ***Garantias das controladas:*** Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes do contrato como principal da dívida, juros, comissões, multas e despesas, a controlada EPESA ofereceu como garantia ao Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão Privada de Debêntures não Conversíveis (FI-FGTS 100%) os grupos geradores adquiridos originalmente na instalação das usinas, transformadores e terreno. Com a quitação das debêntures em 2022, essas garantias foram liberadas. ***Recuperação do valor residual dos ativos da controlada EPESA:*** Considerando que para alguns ativos a vida útil estimada é mais longa que os contratos para a comercialização de energia (até 31/12/23), o Grupo adquiriu novos contratos para geração e comercialização de energia, conforme nota explicativa 1.1. O Grupo realizou análise de indicadores de *impairment* e não foram identificados fatores que levam a crer que exista imparidade entre os valores registrados, portanto, nenhuma provisão foi constituída nas DFs. ***Recuperação do valor residual dos ativos ENORTE:*** Alternativas para a recuperação do valor residual da ENORTE são, entre outras: (i) desmobilização e venda dos grupos geradores e chapas de aço no País ou no exterior; (ii) utilização em futuros contratos se a Empresa vencer novos leilões, editais e concorrências para geração; e (iii) destinação para outras atividades, como geradores de reservas para indústrias, autogeração, tancagem de combustíveis de qualquer natureza.

D4Sign d038ff9e-8044-4382-81b5-4cc679caad8d - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

Conteúdo produzido pelo jornal Diario de Pernambuco S/A
A autenticidade deste documento pode ser comprovada pelo QR Code ao lado ou acessando o site
https://publicidadelegaldp.com.br/20240424/

- continuação - **Eletricidade do Brasil S.A. - EBRASIL** CNPJ Nº 10.538.273/0001-48

15 Intangível	2023	2022
Aquisição de contratos (nota 1.1a))		
Contrato Pecém	130.123	-
Contrato Muricy II	130.549	-
Outros intangíveis		
Outros	4	6
	260.676	6

A vida útil do ativo intangível relativo à mais valia atribuída a carteira de clientes dos contratos da Pecém e Muricy II em 11 anos e 10 meses.

16 Fornecedores	Consolidado 2023	2022
Bolt Energy (i)	48.410	-
Areva (ii)	7.571	7.571
Transmissoras (iii)	378	344
Twenty Six Trading (iv)	104	91
Mitsui Sumitomo Seguros	685	650
Sul Americo Grupo de Seguros	-	199
WEG (v)	274	-
Promon Engenharia (v)	296	-
APS Componentes (v)	405	-
Pactual Seguros (v)	669	-
Genrent do Brasil (v)	2.375	-
Nexans Brasil (v)	2.299	-
Outros	2.933	824
	66.399	9.679

(i) Na investida EPESA, aquisição de energia para Pecem e Muricy II, para suprimento de energia vendida conforme contratos CCEARs, conforme Resolução 595 ANEEL (ii) Em 16/11/07, a EPESA contratou a Benco Energia Ltda. ("Benco") para a prestação de serviço de engenharia, gerenciamento, construção e montagem das usinas. Na execução do serviço, a Benco subcontratou em abril de 2008 a Areva Transmissão e Distribuição de Energia Ltda. ("Areva") para instalar os disjuntores-chave, seccionadores, para-raios, transformadores de corrente e tensão, sistema de proteção e controle e os cubículos de média tensão. A Areva emitiu notas fiscais de R$ 7.580, as quais se encontram pendentes de pagamento pela EPESA dado ao fato da Cia. ter movido ação contra a Areva por perdas e danos decorrente do atraso na entrada em operação das usinas (Nota Explicativa n° 24). Parte do valor está depositado em juízo, no valor de R$ 6.781 (R$ 5.343 em 2022), conforme Nota explicativa nº 12. (iv) Tarifa paga pela controlada EPESA, mensalmente para 64 transmissoras pelo uso das redes de transmissão, conforme contratos regulados ("CUST"). (v) Refere-se a serviço aduaneiros para aquisição de peças de reposição no exterior pela controlada EPESA. (vi) Aquisição de equipamentos e serviços para implantação das UTEs Pecem e Muricy. **17 Empréstimos e financiamentos:** Em 2022 o Grupo liquidou os empréstimos e financiamentos, com objetivo de reduzir o endividamento, cuja movimentação ocorreu conforme abaixo:

	Controladora e Consolidado 2023	2022
Saldo inicial	-	172.294
Captações	-	-
Juros incorridos	-	4.542
Variação cambial incorridos empréstimos e financiamentos	-	(16.726)
Pagamento de principal empréstimos e financiamentos	-	(157.772)
Pagamento de juros empréstimos e financiamentos	-	(2.338)
Saldo final	-	-

18 Debêntures	Controladora 2023	2022	Consolidado 2023	2022
Principal	27.778	83.333	27.778	83.333
Juros	123	519	123	519
	27.901	83.852	27.901	83.852
Circulante	27.901	56.468	27.901	56.468
Não circulante	-	27.384	-	27.384

a. Controladora: ***Emissão e encargos:*** Em 31/01/18 a Controladora emitiu debêntures não conversíveis, com garantia real, no valor total de R$ 60.000, que foram integralmente subscritas e integralizadas pelo Banco Bradesco BBI. As debêntures são remuneradas pela DI acrescidas de 2,10% a.a. Em 15 de agosto de 2019, a Controladora emitiu debêntures não conversíveis, com garantia real, no valor total de R$ 250.000 que foram integralmente subscritas e integralizadas pelo Banco Bradesco BBI. As debêntures são remuneradas pela DI acrescidas de 1,43% a.a. e serviram para resgate antecipado da 2º emissão, aporte de capital em investimento e gestão ordinária dos negócios. **b. Consolidado:** ***Emissão e encargos:*** Em 22/01/09, a controlada EPESA emitiu debêntures não conversíveis, com garantia real, no valor total de R$171.000, que foram integralmente subscritas e integralizadas pelo FI-FGTS. As debêntures são remuneradas pela variação da Taxa Referencial (TR) acrescidas de 10% a.a. Em 27/06/22, por meio de Ata de Assembleia de Debenturistas, a EPESA deliberou pelo pagamento do saldo devedor, acrescido de prêmio 3,5% sobre o saldo devedor, mediante resgate antecipado do total das Debêntures em 29/06/22. *Cronograma de desembolso:* As parcelas classificadas no não circulante apresentam o seguinte cronograma de desembolso:

	Controladora e Consolidado 2023	2022
2023	-	-
2024	27.901	27.384
Total	27.901	27.384

A movimentação das debêntures está demonstrado abaixo:

	Controladora 2023	2022	Consolidado 2023	2022
Saldo inicial	83.852	139.563	83.852	170.506
Captações	-	-	-	-
Juros incorridos sobre debêntures	9.580	16.393	9.580	17.792
Pagto. de principal sobre debêntures	(55.556)	(55.556)	(55.556)	(86.248)
Pagto. de juros sobre debêntures	(9.975)	(16.549)	(9.975)	(18.198)
Saldo final	27.901	83.852	27.901	83.852

Cláusulas restritivas – Ebrasil: As principais cláusulas contratuais restritivas ("*Covenants*") do instrumento particular de escritura da terceira emissão privada de debêntures não conversíveis da EBRASIL que configuram em antecipação da dívida ou ônus para a Cia. são como seguem: • Inadimplemento de quaisquer de suas respectivas obrigações pecuniárias referente as debêntures; • Liquidação, dissolução, intervenção ou extinção e/ou qualquer outro evento que caracterize o estado de insolvência da Cia.; • Decretação de falência da Cia., das garantidoras pessoas jurídicas ou de qualquer controlada; pedido de recuperação judicial e/ou extrajudicial formulado pela Cia.; e • Utilização dos recursos captados com a Emissão para outro propósito. A Administração confirma que nenhuma das restrições ou *covenants* foram descumpridos até a data de emissão destas DFs.

19 Impostos e obrigações tributárias	Consolidado 2023	2022
PIS/COFINS e ISS sobre receita	1.688	1.069
Retenções de terceiros	176	48
IRRF a recolher	12	33
Outros	99	57
	1.975	1.207

20 Taxas regulamentares	Consolidado 2023	2022
Pesquisa e Desenvolvimento -P&D (i)	2.039	12.906
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	284	99
Ministério de Minas e Energia -MME	141	50
	2.464	13.055

Conforme dispõe o art. 12 da Lei 10.848 de 15/03/04, a Cia. possui a obrigação de aplicar 1% da receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios abaixo definidos pela ANEEL: • 40% (quarenta por cento) dos recursos devem ser recolhidos mensalmente ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNCDT); • 40% (quarenta por cento) dos recursos devem ser destinados à execução de projetos de P&D regulado pela ANEEL; • 20% dos recursos devem ser recolhidos mensalmente ao Ministério de Minas e Energia - MME. O saldo em aberto, atualizado mensalmente por juros SELIC, refere-se aos recursos que aguardam liberação de projetos contratados e em fase de prospecção. Em 2023, devido ao encerramento do contrato da EPESA, os projetos foram encerrados e em contrapartida as obrigações foram baixadas.

21 Outras contas a pagar	Consolidado 2023	2022
Obrigações trabalhistas e sociais	1.628	1.211
Encargos de transmissão	1.900	1.826
Outros	2.413	351
	5.941	3.388

22 Provisão para contingência	Consolidado 2023	2022
Contingência Civil	186	429
Contingência trabalhista a)	366	366
	552	795

EPESA: **a. Trabalhistas:** A controlada EPESA é parte passiva em 8 processos trabalhistas (14 em 2022), que, segundo seus consultores jurídicos acreditam que a chance de perda é provável. Dessa forma, a Controlada mantém provisão para contingência no montante de R$ 366 em 2023 e em 2022. A controlada possui no exercício de 2023 o montante total de R$ 3.524 (R$ 1.141 em 2022) de causas trabalhistas consideradas como de perda possível. **a. Cíveis e tributárias:** A EPESA possui no exercício de 2022 o montante total de R$ 3.113 de causas tributárias consideradas como de perda possível. Em 2023, foi julgado improcedente. A EPESA é parte de processo no qual a Administração, suportada pela opinião de seus consultores jurídicos, acredita que a chance de êxito seja possível devido ao resultado da audiência preliminar conciliatória, das justificativas e provas apresentadas. Considerando a sentença e acórdão já proferidos nos processos temos o que segue: Em 2008, a Areva emitiu e protestou 24 títulos, decorrentes de fornecimento de equipamentos elétricos para a subestação das usinas da EPESA, totalizando R$ 7.571 (Nota Explicativa nº 15), que foram sustados sob a alegação de que: (i) os serviços não foram prestados; e (ii) os equipamentos não foram entregues na sua totalidade. O acionista controlador da EPESA ofereceu bens em garantia, suspendeu judicialmente a cobrança e o processo foi julgado totalmente procedente pelo juízo de primeiro grau, tendo o Tribunal em sede de Recurso de Apelação mantido a sustação dos Protestos. A Cia., em função da discussão travada no conjunto processual acima, iniciou tais trâmites com citado processo de indenização (contingência ativa) contra esse fornecedor, solicitando: (i) R$ 34.000, por perdas causadas à EPESA pelo atraso no comissionamento das usinas, reduzindo o seu faturamento entre janeiro e junho de 2009; e (ii) R$ 8.631 dos serviços que não foram prestados e materiais que não foram entregues e de multas e perdas financeiras que a EPESA incorreu com terceiros pelos atrasos no comissionamento das usinas causados pelo fornecedor. Cumpre destacar que esta matéria foi vencida pela EPESA em 2 (duas) instâncias, porquanto a sua expectativa de perda é classificada como "remota", pelos mesmos consultores. Atualmente, há prazo processual em curso para apresentação de contrarrazões pela EPESA, que após, os autos judiciais serão remetidos ao Tribunal de Justiça de Pernambuco para o julgamento do recurso interposto o recurso de apelação foi devidamente julgado em 31/10/19 dando parcial provimento ao apelo, mantendo a sustação dos protestos por indevidos e afastando a condenação em danos materiais. Em 03/12/20 por maioria dos votos, acolheu-se os embargos de declaração da Cia., com efeitos infringentes e rejeitou-se os embargos da Areva. Classificamos o risco do processo como remoto, tendo um crédito a receber que será apurado em liquidação de sentença. O processo administrativo iniciado pela EPESA junto à ANEEL em novembro de 2016, solicitando o reequilíbrio econômico-financeiro de contratos de compra e venda de energia. Isso ocorreu devido à revogação da isenção de ICMS sobre o óleo diesel consumido pelas usinas termelétricas Pau Ferro I e Termomanaus, o que impactou os custos de combustível das usinas. A EPESA pediu um aumento no Custo de Combustível das usinas para compensar esse aumento de custos. Após várias etapas e recursos, incluindo uma decisão inicialmente favorável à EPESA seguida de uma anulação dessa decisão devido à falta de manifestação da empresa, o processo finalmente chegou à Procuradoria Federal junto à ANEEL, que recomendou favoravelmente ao pleito da EPESA. Posteriormente, a diretoria da ANEEL decidiu dar provimento ao recurso da empresa em uma reunião pública ordinária. Após essa decisão, foi iniciado o procedimento de liquidação, com a EPESA fornecendo cálculos para subsidiar as áreas técnicas. A Superintendência de Fiscalização Econômica, Financeira e de Mercado (SFF) apresentou valores de custo variável unitário e receita fixa considerando as alterações legislativas, recomendando a tramitação do processo para a Secretaria-Geral da ANEEL (SGM). Atualmente, o processo aguarda envio para a SGM para continuar a tramitação da liquidação da decisão e seu cumprimento integral e os consultores jurídicos estimam a probabilidade do ganho como provável, no valor da causa em R$ 117.000. *Causas de perdas prováveis:* Em 31/12/23 a investida ENORTE possui demandas judiciais classificadas como risco de perdas prováveis por seus assessores jurídicos no montante de R$ 186 (R$ 429 em 2022).

23 Impostos diferidos	Consolidado 2023	2022
IRPJ e CSLL diferidos (i)	3.090	3.090
Total	3.090	3.090

(i) O ativo fiscal diferido está reconhecido na controlada ENORTE e refere-se a saldo de prejuízo fiscal acumulado a ser utilizado nas apurações de lucros tributáveis futuros. Devido o crédito não ter prazo de prescrição, a Administração entende que os fluxos de caixa a serem gerados, ajustados a atual realidade da Empresa, serão suficientes para gerar lucros tributáveis e, consequentemente, utilizar os referidos créditos. **24 Patrimônio líquido:** Em 1/06/22 a Cia. procedeu com aumento de capital no montande de R$ 198.859 sem emissão de novas ações, utilizando R$ 111.602 da conta de reserva de lucros acumulados e R$ 87.257 mediante aporte de bens, direitos e cotas sociais pertencentes ao único sócio, passando a ser R$ 704.937. Ainda em junho de 2022 a empresa procedeu com redução de capital no montante de R$ 629.279, sem cancelamento de ações e restituindo o valor ao único sócio DC Energia, passando o capital a ser R$ 75.658 dividido em 593.334.588 ações ON, sem valor nominal. **a. Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos ao art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em razão da redução de capital ocorrida, o saldo da reserva excedia o limite de 20%, sendo revertido em 2023 para a retenção de lucros o montante de R$ 8.986. **b. Dividendos:** Os lucros serão distribuídos conforme determina a Lei das S.A., ou seja, uma vez constituídas a Reserva Legal (Art. 193), Reserva de Lucros a Realizar (Art. 197) e Reserva para Retenção de Investimentos (Art. 196), os lucros deverão ser distribuídos como dividendos. Em 2023, o Grupo apurou dividendos referentes aos exercícios compostos da seguinte forma:

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	83.007	265.648
(-) Constituição da reserva legal	-	-
(=) Base total dos Dividendos	83.007	265.648
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	20.752	66.412
Dividendos excedentes	62.255	-
Distribuição:		
Dividendos pagos do exercício corrente	(83.007)	(28.575)
Dividendos pagos de anos anteriores	(59.711)	-
Total distribuído no exercício	(142.718)	(28.575)

Em 2023 a Cia. declarou e não pagou o valor de R$ 52.130 (R$ 52.033 em 2022) de dividendos. **25 Partes relacionadas:** Até 31/12/22, a Cia. tinha como principal acionista a DC Energia e Participações S.A., que representava 100% do capital. Em 2022, houve a restruturação societária e o seu principal acionista passou a ser os acionistas pessoas físicas. Os principais saldos, assim como as transações que influenciaram o resultado relativas às operações com partes relacionadas, são decorrentes de contratos de mútuos e foram feitos em condições definidas entre as partes. **a. Composição dos saldos e transações:** As transações com partes relacionadas compreendem operações vinculadas ao objeto social e contratos do Grupo.

2023	Controladora Ativo não circulante	Controladora Passivo circulante	Consolidado Ativo não circulante	Consolidado Passivo circulante	Consolidado Passivo não circulante
Ebrasil Norte Geraçao de Energia	-	-	163	-	164
Vigus Engenharia Ltda	192	-	192	-	-
Centrais Elétricas de Pernambuco S.A.(i)	-	64.115	-	-	-
WVMC participações Ltda.(ii)	-	-	3.975	-	-
Global Geradores Eireli ME (iii)	-	-	315	-	-
Jose Roriz Lustosa Cantarelli Junior	-	-	3.975	-	-
EBRASIL Gás e Energia Ltda	-	-	-	-	-
Ebrasil LNG	-	-	-	-	-
Ebrasil Energias Renováveis	-	1.100	-	-	-
Antares Serviços e Participaçoes	-	19	-	-	-
Dionon Lustosa Cantareli Junior	-	1.000	-	1.100	-
Lucas Lustosa Cantarelli (iv)	-	-	-	-	40.000
Diogo Lustosa Cantarelli (iv)	-	-	-	-	5.000
M&M Administração de Patrimonio LTDA	-	3.857	-	-	-
JRLC Participações LTDA	-	-	-	-	-
Total	192	70.091	8.620	1.100	45.163

2022	Controladora Ativo não circulante	Controladora Passivo circulante	Consolidado Ativo não circulante	Consolidado Passivo circulante	Consolidado Passivo não circulante
Ebrasil Norte Geraçao de Energia	-	-	163	-	-
Vigus Engenharia Ltda	192	-	192	-	-
Centrais Elétricas de Pernambuco Ltda.(i)	-	54.913	15.478	-	164
EBRASIL Gás e Energia Ltda	347	199	347	199	352
Ebrasil LNG	-	8	-	-	-
Ebrasil Energias Renováveis	-	1.000	-	-	-
JRLC Participações LTDA	186	-	186	-	-
Total	725	56.121	16.366	199	516

(i) Operações de crédito realizadas por meio de conta corrente sem definição do valor do principal, decorrentes de mútuo de recursos financeiros entre pessoas jurídicas, concedidos pela Cia. às partes relacionadas. O valor do principal terá incidência de juros à taxa de CDI acrescido a 2% a.a. (dois por cento ao ano). A forma de pagamento será convencionada entre as partes em até 5 anos. (ii) Operações de crédito realizadas por meio de conta corrente sem definição do valor do principal, decorrentes de mútuo de recursos financeiros entre pessoas jurídicas, concedidos pelo Grupo às partes relacionadas, corrigido pelo CDI + 2% a.m. (iii) Em 2022, o Grupo iniciou operações de mútuo com a parte relacionada Global Geradores Eireli ME no valor de R$ 225 corrigida por CDI + 1,15% a.m., com reconhecimento de receita de juros e IOF no valor total de R$ 63. (iv) Em 2023 foram recebidos R$ 45.000 de sócios da controladora Ebrasil, como forma de suprir necessidade de capital de giro para a implantação das UTEs Pecem II e Muricy II. Os valores serão corrigidos à CDI + 2% a.m, com prazo indeterminado. A seguir está apresentada a movimentação dos empréstimos entre partes relacionadas:

	Ativos 2023	Ativos 2022	Passivo 2023	Passivo 2022
Saldo em 01 de janeiro	725	89.745	56.121	74.273
Empréstimos a partes relacionadas recebidos	-	-	104.393	47.458
Empréstimos a partes relacionadas concedidos	-	49.454	-	-
Capital a integralizar em investidas (i)	-	-	-	(73.066)
Encargos	-	3.908	6.457	7.456
Recebimento de partes relacionadas	-	-	-	-
Pagamento de partes relacionadas	(533)	(140.116)	(96.880)	-
Redução por capitalização	-	(2.266)	-	-
Saldo em 31 de dezembro	192	725	70.091	56.121

(i) Foram constituídas novas Empresas sendo a Cia. a única acionista nessas novas entidades. Em 31/12/21 a Cia. não integralizou o capital social nas investidas no montante de R$ 74.273. Em 2022, a Eletricidade do Brasil optou pela retirada da sociedade.

26 Receita operacional líquida	Consolidado 2023	2022
Receita de disponibilidade de energia elétrica	178.214	148.816
Mercado de curto prazo	2	11.655
Suprimento de energia elétrica	178.216	160.471
Deduções da receita operacional		
(-) PIS / COFINS	(16.485)	(14.844)
(-) Programa de P&D e eficiência energética	(1.601)	(1.441)
Total das deduções da receita operacional	(18.086)	(16.285)
Receita líquida operacional	160.130	144.186

As receitas do Grupo são substancialmente geradas pela Controlada EPESA cujos detalhes estão divulgados a seguir: A receita fixa é atualizada na data-base do reajuste tarifário de cada Distribuidora de energia, respeitado o prazo mínimo legal de 12 meses e é destinada para cobrir os custos fixos e eventuais custos associados à declaração de inflexibilidade. A parcela de receita variável corresponde ao produto do custo variável unitário pela diferença entre a energia verificada e a energia correspondente à declaração de inflexibilidade e mediante despacho do ONS. Nas deduções da Receita incluem as contribuições sociais de PIS/COFINS à taxa de 9,25% sobre a receita bruta, apuradas mensalmente pelo sistema não cumulativo, e a parcela de P&D relativa a 1% da Receita operacional líquida de acordo com a Lei 9.991/2000, que objetiva incentivar a busca por inovações tecnológicas do setor elétrico nacional (Nota Explicativa nº 20).

27 Custos dos serviços prestados	Consolidado 2023	2022
Óleo diesel (i)	(365)	(613)
CUST (ii)	(20.315)	(18.797)
Depreciação	(51.054)	(52.191)
Recomposição do sistema (iii)	(227)	(37)
Mão de obra direta	(7.438)	(9.538)
Material de manutenção	(3.677)	(5.973)
Serviços e outros	(3.685)	(12.470)
Ressarcimento de créditos de ICMS (iv)	4.539	38.807
Energia comprada para revenda (v)	(42.289)	-
Total de custos dos serviços prestados	(124.511)	(60.812)

(i) Óleo diesel adquirido para geração de energia de acordo com despachos do O N S, sendo o principal fator para aumento o crescimento do despacho médio que foi de 32,98% em 2021 (1,58% em 2020), o despacho é realizado substancialmente em atendimento as demandas de geração conforme requerimento do Operador Nacional do Sistema (ONS). (ii) O principal custo recorrente refere-se ao valor pago para as transmissoras pelo uso das redes de transmissão, cobrados pela utilização das instalações e dos componentes da rede básica, conforme definido em Resolução da ANEEL. O custo é incorrido independentemente do despacho de energia pelas usinas e é atualizado anualmente com base em regras específicas do setor de energia. (iii) Custos resultantes de participação no Mercado de Curto Prazo (MCP). (iv) Refere-se aos valores do ICMS - Substituição Tributária (ST) cobrados nas notas fiscais de compras de óleo diesel para produção de energia elétrica, tendo a controlada EPESA o incentivo fiscal do diferimento desse imposto, a partir da operação de venda da distribuidora, e para os quais foi solicitado em julho de 2013 o ressarcimento à Secretaria da Fazenda de Pernambuco - SEFAZ/PE, conforme regulamento do ICMS (Decreto nº 14.876/91). No decorrer do exercício de 2023, a Cia. recebeu o montante de R$ 4.539 (R$ 38.807 em 2022) em decorrências desses valores ressarcidos. (v) Registro líquido das transações de contratos de compra e venda de energia elétrica para a operação de lastro nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira.

28 Despesas gerais e administrativas	Controladora 2023	2022	Consolidado 2023	2022
Serviços contratados e bônus a diretoria (i)	(7.400)	(3.475)	(36.188)	(39.715)
Pessoal administrativo	-	-	(8.194)	(8.800)
Impostos e taxas	-	-	(648)	(808)
Depreciação	-	-	(279)	(341)
Telefonia e serviços de apoio	-	-	(451)	(242)
Outros, incluindo seguros e taxas	(1.203)	(671)	(4.642)	(3.240)
Total das despesas administrativas	(8.603)	(4.146)	(50.403)	(53.146)

(i) Serviços de consultoria contratada, inerentes a manutenção do negócio. Despesas de pessoal necessário a manutenção do negócio, relacionada a manutenção programadas das máquinas, que é realizada com equipe específica devido ao conhecimento técnico especializado.

29 Outras receitas e (despesas) operacionais, líquidas	Consolidado 2023	2022
Custo desativação de imobilizado (i)	-	356
Venda de energia elétrica no mercado de curto prazo (iii)	34.642	-
Resultado na venda de bens do ativo imobilizado (ii)	36.307	-
Outras despesas	(1.445)	-
Total	69.504	356

(i) Custo de desativação do imobilizado da EPESA e ENORTE na venda de equipamentos. (ii) O Grupo, através da controlada EPESA, em 2023 realizou a venda dos 06 motores de geração de energia, adquiridos também em 2023 pelo valor de custo que resultou em um ganho na venda do imobilizado no valor de R$ 36.307, classificados como outras receitas e (despesas) líquidas. (iii) Registro da transações de contratos de venda de energia elétrica para a operação de lastro nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira.

30 Resultado financeiro	Controladora 2023	2022	Consolidado 2023	2022
Receitas financeiras				
Descontos obtidos	-	-	-	8.680
Juros sobre aplicações financeiras	406	761	10.224	761
Juros contratos de mútuos	73	3.858	7.386	12.509
Variação cambial ativa	-	9.137	-	9.137
Ganho com instrumentos financeiros derivativos	-	12.157	-	12.158
Juros e rendimentos	-	-	569	1.467
	479	25.913	18.179	44.712
Despesas financeiras				
Juros sobre debêntures	(9.580)	(16.393)	(9.580)	(17.792)
Juros sobre empréstimos	-	(4.535)	-	(4.535)
Juros e IOF sobre empréstimos	(8)	(7)	(8)	(7)
Juros e IOF sobre mútuos	(6.457)	(7.795)	(6.457)	(12.616)
Variação cambial passiva	-	(579)	-	(579)
Perda com instrumentos financeiros derivativos	-	(12.490)	-	(12.490)
Juros e multas pagos a fornecedores	(95)	(622)	(4.326)	(4.793)
	(16.140)	(42.422)	(20.371)	(52.812)
Resultado financeiro, líquido	(15.661)	(16.509)	2.192	(8.100)

31 Impostos correntes:

(i) Impostos correntes ativos	Consolidado 2023	2022
IRPJ corrente a pagar	601	425
CSLL corrente a pagar	-	-
	601	425

(ii) Impostos correntes passivos	Consolidado 2023	2022
IRPJ corrente a pagar	1.314	625
CSLL corrente a pagar	2.078	2.544
	3.392	3.169

(iii) IR e CSSL: Os saldos de impostos correntes do Grupo é composto substancialmente pela apuração da controlada EPESA, a reconciliação dos principais números da controlada está relacionada abaixo:

Apuração EPESA	Controladora 2023 IRPJ	2023 CSLL	2023 Total	2022 IRPJ	2022 CSLL	2022 Total
Lucro antes do IRPJ e CSLL	73.277	73.277		45.021	45.021	
Adições (exclusões) permanentes:	(1.411)	(1.411)		(913)	(913)	
Doações e brindes	1.028	1.028		547	547	
Outros	2.981	-		(58)	(58)	
Depreciação				-	-	
Incentivo Fiscal - Lei do Bem	(2.598)	(2.598)		(1.402)	(1.402)	
Base de cálculo	74.688	74.688		44.108	44.108	
IRPJ e CSLL correntes	(18.648)	(6.722)	**(25.370)**	(11.003)	(3.970)	**(14.973)**
Doações incentivadas/ PAT	995		**995**	659	-	**659**
Outros ajustes fiscais	5	-	**5**	(694)	(126)	**(820)**
Incentivo fiscal - Redução 75% IRPJ	5.845	-	**5.845**	7.018	-	**7.018**
Resultado IRPJ e CSLL	(11.803)	(6.722)	(18.525)	(4.020)	(4.096)	(8.116)
Alíquota efetiva	15,80%	9,00%	24,80%	9,11%	9,29%	18,40%

As alíquotas nominais são 25% para o IR e 9% para a C.S., porém a Cia. pode reduzir em 75% o IR sobre o lucro da exploração pelo prazo de 10 anos a partir do ano-calendário do seu pleito, por estar situada na área incentivada pela SUDENE. A Cia. obteve o Laudo Constitutivo com a SUDENE em 19/12/12, o qual foi referendado pela Receita Federal do Brasil, conforme Ato Declaratório Executivo nº 142 de 27/08/13. Em 2019 houve prorrogação do benefício, para fruição até 2028. **32 Instrumentos financeiros:** O Grupo revisa os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados. Em 31/12/23 e 2022, os valores contábeis consolidados dos instrumentos financeiros se assemelham aos de mercado, como segue:

Instrumento financeiro	Categoria	2023 Valor Contábil	2023 Valor justo	2022 Valor Contábil	2022 Valor justo
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	79.697	79.697	90.469	90.469
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	55.542	55.542	19.290	19.290
Outros contas a receber	Custo amortizado	55.702	55.702	29.766	29.766
Partes relacionadas - mútuos a receber	Custo amortizado	8.620	8.620	16.366	16.366
Passivos financeiros					
Fornecedores	Custo amortizado	66.399	66.399	9.679	9.679
Debêntures	Custo amortizado	27.901	27.901	83.852	83.852
Partes relacionadas - mútuos a pagar	Custo amortizado	46.263	46.263	715	715
Obrigações para aquisição de ativos	Custo amortizado	215.473	215.473	-	-

a. Hierarquia para valorização dos instrumentos financeiros: O CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração. O CPC 40 (R1) também define informações observáveis como dados de mercado obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado. Os três níveis de hierarquia de valor justo são: • **Nível 1:** Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos. • **Nível 2:** Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços). • **Nível 3:** Instrumentos cujos fatores relevantes são dados não observáveis de mercado. **Gerenciamento de riscos:** A Administração realiza o gerenciamento à exposição aos riscos de taxas de juros, câmbio, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios. O principal negócio da Cia. é a disponibilidade de usinas para geração de energia termoelétrica, reguladas pela ANEEL. A Administração possui responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento dos riscos associados aos negócios da Cia. e de suas controladas, sendo este gerenciamento realizado através do mapeamento dos riscos, definição de responsáveis, planos de ação, políticas internas formais, matrizes de aprovação e sistema de gestão integrado. As operações da Cia. e suas controladas que estão sujeitas a fatores de risco são como segue: • **Risco de liquidez** - Este risco decorre de uma eventual falta de capital para fazer frente às obrigações financeiras associadas aos seus passivos financeiros. Para minimizar tais riscos a Cia. possui limites de crédito e gerencia os seus compromissos de curto e LP, bem como, monitora rigorosamente o cumprimento das obrigações contratuais. A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

	Valor Contábil	6 meses	06-12 meses	1-2 anos	3-5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	66.399	66.3998	-	-	7.571	-
Debêntures EBRASIL	27.901	27.901	-	-	-	-
Obrigações para aquisição de controladas	215.473	-	107.168	107.168	569	569
	311.533	88.489	107.168	107.168	8.140	569

A previsibilidade de receitas e custos, associado à margem operacional dos negócios ao longo dos contratos de comercialização, permite o gerenciamento das sobras e necessidades de caixa com grande antecedência. • **Risco taxa de juros** - Esse risco é oriundo da possibilidade da Cia. e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas aos empréstimos e debêntures. Na data das DFs, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Cia. e suas controladas é:

2023	Controladora	Consolidado
Instrumentos financeiros basicamente pré-fixados		
Debêntures (10% a.a.)	27.901	27.901

2022	Controladora	Consolidado
Instrumentos financeiros basicamente pré-fixados		
Debêntures (10% a.a.)	83.852	83.852

• **Risco de variação cambial** - O risco de variação cambial está ligado ao risco de mercado e decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio que possam gerar prejuízos, levando uma redução dos valores dos ativos ou aumento dos valores das obrigações. A principal exposição de variação cambial se refere à flutuação do Dólar. • **Risco de crédito** - O risco surge da possibilidade da Cia. e suas controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro. A exposição máxima do risco de crédito na data das DFs em 31/12/23 está representado pelo saldo consolidado de contas a receber de clientes no montante de R$ 55.542 (R$ 19.290 em 2022). Este risco é avaliado como baixo. O risco de inadimplência no recebimento das receitas é considerado baixo, já que há uma forte estrutura de garantia de pagamento e os serviços prestados são bem regulados por órgãos reguladores (ANEEL, ONS, etc.) e de grande interesse público. • **Risco de aceleração de dívidas** - A Cia. possui debêntures contendo cláusulas restritivas ("covenants"), relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, manutenção de conta reserva e outros, os quais podem configurar a antecipação do pagamento da dívida. Essas cláusulas são monitoradas pela Cia. e suas controladas e, quando aplicável, negociadas com o agente fiduciário, não limitando a capacidade de condução do curso normal das operações. • **Risco de gerenciamento de capital** - A política da Cia. e suas controladas prevê a aplicação de recursos financeiros em instituições financeiras de primeira linha. Todas as movimentações bancárias são aprovadas por dois procuradores que sejam de áreas distintas, administrativa ou operacional. • **Risco matéria prima** - É o risco de a EPESA não dispor em tempo oportuno o combustível necessário para a entrada em operação a partir de despacho da ONS. O contrato de suprimento de combustível celebrado com a BR Distribuidora prevê a entrega nas usinas, frete FOB (responsabilidade do emitente), por preço prefixado e atualizado com base na Portaria MME nº 112/06. O prazo desse contrato é o mesmo dos contratos de comercialização das usinas, ou seja, até 31/12/23. Esse contrato determina que as ordens de compra para fornecimento de combustível deverão ser emitidas com antecedência de cinco dias a contar do dia seguinte do pedido. O contrato prevê ainda o pagamento de uma indenização quando o fornecedor não entregar a quantidade necessária para as usinas atenderem ao despacho. Essa cláusula de indenização está sendo renovada periodicamente, conforme Termo de Compromisso por Prazo Determinado, assinado entre ANEEL e BR Distribuidora em 17/04/09. Este contrato determina que as ordens de compra para fornecimento de combustível deverão ser emitidas com antecedência de 5 dias a contar do dia seguinte do pedido. O contrato prevê ainda o pagamento de uma indenização quando o fornecedor não entregar a quantidade necessária para as usinas atender ao despacho. Esta cláusula de indenização está sendo renovada periodicamente, conforme Termo de Compromisso por Prazo Determinado, assinado entre ANEEL e BR Distribuidora em 17/04/09. Sendo assim, a EPESA possui capacidade de tancagem suficiente para armazenar combustível por cinco dias de geração. Já que o diesel é altamente perecível nas condições climáticas das usinas, a Cia. gerencia este risco através da manutenção de um estoque mínimo de segurança, do acompanhamento do nível dos reservatórios e da lista das usinas termelétricas que estão sendo despachadas dentro da ordem de despacho por mérito e também através de um contato permanente com a BR Distribuidora. **33 Compromissos assumidos: Contratos de compra de energia no mercado de curto prazo:** As investidas Pecém Energia S.A. e Energética Camaçari Muricy II S.A., investidas da EPESA, conforme nota explicativa 1.3, detentoras das UTEs Pecem II e Camaçari Muricy II, foram autorizadas pela Portaria ANEEL nº 7 e 9,/01/14 a operar até 2049, conforme o Edital de Leilão no 002/06-ANEEL ("Edital"). As Cias. possuem garantia física de 58MWmédio em seus contratos. Para tanto, foram celebrados contratos de compra de energia, junto a empresa Bolt Energy Comercializadora de Energia Ltda., para os períodos de janeiro à junho de 2024. O valor justo destes contratos em 31/12/23, são:

Compradora	Contraparte	Início Suprimento	Final Suprimento	Indexador	Mwh	Preço Acordado	Valor Justo
Muricy II	Bolt Energy	01/01/24	31/03/24	IPCA	1,94	453,00	721
Muricy II	Bolt Energy	01/01/24	31/03/24	IPCA	3,87	453,00	1.438
Muricy II	Bolt Energy	01/01/24	31/03/24	IPCA	7,73	453,00	2.873
Muricy II	Bolt Energy	01/01/24	31/03/24	IPCA	20,14	453,00	7.484
Muricy II	Bolt Energy	01/01/24	31/03/24	IPCA	24,32	453,00	9.038
Muricy II	Bolt Energy	01/04/24	30/06/24	IPCA	1,94	510,00	845
Muricy II	Bolt Energy	01/04/24	30/06/24	IPCA	3,87	510,00	1.686
Muricy II	Bolt Energy	01/04/24	30/06/24	IPCA	7,73	510,00	3.368
Muricy II	Bolt Energy	01/04/24	30/06/24	IPCA	20,14	510,00	8.428
Muricy II	Bolt Energy	01/04/24	30/06/24	IPCA	24,32	510,00	10.177
Total - Muricy II							46.057
Compradora	**Contraparte**	**Início Suprimento**	**Final Suprimento**	**Indexador**	**Mwh**	**Preço Acordado**	**Valor Justo**
Pecém	Bolt Energy	01/01/24	31/03/24	IPCA	1,94	453,00	721
Pecém	Bolt Energy	01/01/24	31/03/24	IPCA	3,87	453,00	1.438
Pecém	Bolt Energy	01/01/24	31/03/24	IPCA	7,73	453,00	2.873
Pecém	Bolt Energy	01/01/24	31/03/24	IPCA	20,14	453,00	7.484
Pecém	Bolt Energy	01/01/24	31/03/24	IPCA	24,32	453,00	9.038
Pecém	Bolt Energy	01/04/24	30/06/24	IPCA	1,94	510,00	845
Pecém	Bolt Energy	01/04/24	30/06/24	IPCA	3,87	510,00	1.686
Pecém	Bolt Energy	01/04/24	30/06/24	IPCA	7,73	510,00	3.368
Pecém	Bolt Energy	01/04/24	30/06/24	IPCA	20,14	510,00	8.775
Pecém	Bolt Energy	01/04/24	30/06/24	IPCA	24,32	510,00	10.596
Total - Pecém							46.824
Total - Consolidado							92.881

34 Eventos Subsequentes: Em 14/12/23 foi registrada por meio de Ata de AGE, a entrada da EPESA na participação societária da Setta Geração 7 S.A. aumentando seu capital pela subscrição de 75.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R$ 477,53, perfazendo um total R$ 35.814, passando a ter 75% da participação societária da Setta Geração 7 S.A. O cronograma financeiro de integralização do capital na Setta Geração 7 S.A. tem início em janeiro de 2024 com encerramento em maio de 2024.

Diretoria: Dionon Lustosa Cantareli Junior - **Diretor Presidente;** Carlos Wilson S. Ribeiro - **Diretor Financeiro;**
Kátia Cilene de Oliveira Jucá e Lima - **Diretora de Controladoria;** Richard Kehrer Kovacs - **Diretor de Novos Negócios e Planejamento.**
Mayara Peixoto Quintino Martorelli - **Contadora** CRCPE 021.099/O-5

Relatório dos auditores independentes sobre as DFs individuais e consolidadas: Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Eletricidade do Brasil S.A. – EBRASIL** - Recife – PE: **Opinião com ressalva:** Examinamos as DFs individuais e consolidadas da Eletricidade do Brasil S.A. - EBRASIL. (Cia.), identificadas como controladora e consolidado, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/23 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "base para opinião com ressalva", as DFs individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Eletricidade do Brasil S.A. - EBRASIL em 31/12/23, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva:** Conforme notas explicativas nºs 26 e 29 às DFs consolidadas, a demonstração do resultado do exercício findo em 31/12/23 apresenta nas rubricas de "Receita operacional líquida" e "Outras receitas e (despesas) líquidas" o montante de R$ 160.130 mil e de R$ 69.504 mil, respectivamente. Durante o exercício de 2023, a Administração reconheceu o registro das transações de contratos de venda de energia elétrica para a operação de lastro nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, na rubrica de "Outras receitas e (despesas) líquidas", o que contraria o disposto nas práticas contábeis adotadas no Brasil. Consequentemente, em 31/12/23, nas DFs a rubrica de "Receita operacional líquida" está apresentada a menor em R$ 34.642 e "Outras receitas e (despesas) líquidas" está apresentado a maior em R$ 34.642 mil. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das DFs individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Cia. e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das DFs individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas DFs individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalva", não existem outros principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório. **Responsabilidades da Administração pelas DFs individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das DFs individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de DFs livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das DFs, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cia. e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das DFs, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cia. e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das DFs individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as DFs e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas DFs individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas DFs individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode

D4Sign d038ff9e-8044-4382-81b5-4cc679caad8d - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

Conteúdo produzido pelo jornal Diario de Pernambuco S/A
A autenticidade deste documento pode ser comprovada pelo QR Code ao lado ou acessando o site
https://publicidadelegaldp.com.br/20240424/

- continuação - **Eletricidade do Brasil S.A. - EBRASIL** **CNPJ Nº 10.538.273/0001-48**

envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cia. e controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cia. e controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas DFs ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cia. e controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das DFs individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as DFs representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as DFs individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 28 de março de 2024.

KPMG Auditores Independentes Ltda. - CRC PE-000904/F-7;

Diego Feliciano Irineu - Contador CRC 1SP223212/O-2

D4Sign d038ff9e-8044-4382-81b5-4cc679caad8d - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

Conteúdo produzido pelo jornal Diario de Pernambuco S/A
A autenticidade deste documento pode ser comprovada pelo QR Code ao lado ou acessando o site
https://publicidadelegaldp.com.br/20240424/